



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Robertho Marconi Santos Ruas

**O livre pastejo do gado bovino na via pública de áreas urbanas:
Considerações a partir do caso dos pecuaristas urbanos do Município de Castanhal
(Pará, Brasil, Amazônia Oriental)**

**Belém
2014**

Robertho Marconi Santos Ruas

**O livre pastejo do gado bovino na via pública de áreas urbanas:
Considerações a partir do caso dos pecuaristas urbanos do Município de Castanhal
(Pará, Brasil, Amazônia Oriental)**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Coorientador Prof. Dr. William Santos de Assis.

**Belém
2014**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

Ruas, Robertho Marconi Santos

O livre pastejo do gado bovino na via pública de áreas urbanas: considerações a partir do caso dos pecuaristas urbanos do Município de Castanhal (Pará, Brasil, Amazônia Oriental) / Robertho Marconi Santos Ruas; orientador, Gutemberg Armando Diniz Guerra; coorientador, William Santos de Assis - 2014.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Embrapa Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2014.

1. Conflito social – Castanhal (PA). 2. Urbanização - Castanhal (PA). 3. Agricultura urbana - Castanhal (PA). I. Título.

CDD – 22. ed. 303.6098115

Robertho Marconi Santos Ruas

**O livre pastejo do gado bovino na via pública de áreas urbanas:
Considerações a partir do caso dos pecuaristas urbanos do Município de Castanhal
(Pará, Brasil, Amazônia Oriental)**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação: Belém – PA, ____/____/____

Banca Examinadora

Dr. Gutemberg A. Diniz Guerra (Orientador)
Universidade Federal do Pará

Dr. William Santos de Assis (Coorientador)

Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Membro Titular – Avaliadora interna)
Universidade Federal do Pará

Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
(Membro Titular – Avaliadora externa)
Universidade Federal do Pará

RESUMO

O trabalho caracteriza aspectos da vida de uma família de criadores de gado que desempenha suas atividades produtivas dentro do espaço urbano do Município de Castanhal (Pará, Brasil, Amazônia Oriental). Busca descrever e analisar especificamente a sucessão de eventos que marcaram a relação progressivamente conflituosa desta família com seu entorno social, enfatizando as motivações, esquemas de pensamento, argumentos e pontos de vista que fundamentaram as ações dos atores envolvidos no processo ao longo do tempo. O método utilizado foi o estudo de caso, associado principalmente às técnicas de observação participante, entrevistas com roteiros semiestruturados, debates e visitas guiadas a espaços representativos para a história dos interlocutores, cuja aplicação em campo se estendeu entre os meses de junho de 2013 a fevereiro de 2014. O primeiro aspecto focado foi o conflito social propriamente dito, a interlocução conflituosa da família de criadores urbanos com variados setores da sociedade (vizinhos, concidadãos, legisladores, governantes e autoridades fiscais) em diferentes momentos de sua trajetória. O segundo aspecto detalhado foram os processos de sociabilidade desenvolvidos na educação das crianças no âmbito da família de criadores e a mudança de sua orientação, em decorrência das pressões sociais exercidas contra a realização do pastejo bovino dentro da sede urbana. O terceiro aspecto analisado se referiu à contextualização dos deslocamentos dos pontos de pastejo do gado no município e os consequentes reordenamentos da composição de seus grupos de trabalho (no âmbito da família em comento) ao longo de séries temporais específicas.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Crescimento urbano. Pecuária familiar. Pecuária urbana. Resistência social.

ABSTRACT

The work focuses on some life aspects related to an urban cattle ranching family that herds its animals within the urban area of Castanhal Municipality (Pará, Brazil, Eastern Amazonia). It aims to describe and analyze the specific sequence of events that marked the progressively conflicting relationship between the family and its social environment, emphasizing the motivations, mindsets, arguments and points of view underlying the actions performed by the actors involved in the process over time. The method used was the case study, associated mainly with participant observation, semistructured interviews, debates and guided tours to representative spaces to the interlocutors' history, which were applied in field from June 2013 until February 2014. The first aspect on focus was the social conflict itself, the rough argument performed by the family members and various sectors of society (neighbors, fellow citizens, legislators, government and other authorities) in different moments of their trajectory. The second aspect detailed was the socialization process developed in the children's upbringing within the family environment and the shifts in its orientation, due to the social pressure against the maintenance of cattle grazing in the urban seat. The third aspect analyzed referred to the contextualization of how the cattle grazing points gradually shifted along the land and how it influenced the formation of new working groups compositions within the family under discussion over specific moments in time.

Key-words: Urban agriculture. Urban growth. Family ranching. Urban ranching. Social resistance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	10
2. OBJETIVOS	11
2.1. OBJETIVO GERAL	11
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3. REVISÃO DE LITERATURA	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28
4. ARTIGO 1 - PRESSÕES E OPOSIÇÕES CONTRA PEQUENOS CRIADORES FAMILIARES DE GADO BOVINO LEITEIRO DA ZONA PERIURBANA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL (PARÁ, BRASIL – AMAZÔNIA ORIENTAL)	29
4.1. INTRODUÇÃO	30
4.2. METODOLOGIA	32
4.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
5. ARTIGO 2 - PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO FAMILIAR URBANA DE GADO LEITEIRO EM CASTANHAL (PARÁ, BRASIL)	67
5.1. INTRODUÇÃO	68
5.2. METODOLOGIA	72
5.3. RESULTADOS	74
5.4. DISCUSSÃO	81
5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
5.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
6. ARTIGO 3 - INFLUÊNCIA DA URBANIZAÇÃO NA MUDANÇA DE GRUPOS DE TRABALHO E PONTOS DE PASTEJO DA PECUÁRIA FAMILIAR DOS ARREDORES DE UM CENTRO SUB-REGIONAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL	90
6.1. INTRODUÇÃO	91
6.2. REFERENCIAL TEÓRICO	92
6.3. METODOLOGIA	94
6.4. RESULTADOS	97
6.5. DISCUSSÃO	110
6.6. CONCLUSÕES	112
6.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	117

1. INTRODUÇÃO

Trata, o presente trabalho, da caracterização de aspectos da vida de uma família de criadores de gado que desempenha suas atividades produtivas dentro do espaço urbano do Município de Castanhal (Pará, Brasil, Amazônia Oriental). O interesse em conhecer sobre o referido tema nasceu da convivência deste autor com os interlocutores do estudo realizado, em contatos inicialmente conflituosos, nos quais a investidura em cargo público de chefia no Centro de Controle de Zoonoses incumbia o dever de restringir o pastejo do gado bovino ao longo das ruas e avenidas da sede urbana municipal; dever exercido, inclusive, através da apreensão de reses e aplicação de multas.

Quanto maior a proximidade com os criadores urbanos, mais era possível perceber as múltiplas possibilidades de estudo, entretanto, havia questões que se impunham fundamentais a uma primeira incursão analítica direcionada ao grupo em questão. Cogitou-se discutir acerca das técnicas produtivas e do itinerário técnico de uma prática diferenciada de pecuária familiar; também se pensou em propor uma pesquisa centrada na análise de parentesco, que abordaria tópicos como herança, matrimônio e representações sobre pertencimento e identidade. Ficou claro, no entanto, a partir das primeiras visitas realizadas a título de pesquisa acadêmica, que a tônica da discussão deveria ser a relação entre resistência e reprodução social em um contexto de pressões oriundas do processo de urbanização.

A contrariedade expressa por habitantes do município de diversos estratos econômicas refletia na condição de infratores da ordem pública a que foram submetidos os membros da família de pecuaristas urbanos. Apesar dos atritos com vizinhos, com desconhecidos que cruzavam seu caminho (e, conseqüentemente, de seu rebanho) e do insistente e desgastante assédio das autoridades oficiais, o acesso do gado à via pública se prolongou no tempo, ocorrendo, mesmo que em menor escala, ainda oito anos após a efetiva entrada em funcionamento do órgão fiscalizador responsável pela repressão da prática.

Frente a esse cenário, ficou estabelecido que o objetivo da pesquisa seria descrever e analisar a sucessão de eventos que marcaram e caracterizaram a relação da família de criadores urbanos com o Município de Castanhal, enfatizando as motivações, esquemas de pensamento, argumentos e pontos de vista que fundamentaram as ações dos atores envolvidos no processo ao longo do tempo. O método utilizado foi o estudo de caso, associado principalmente às técnicas de observação participante, entrevistas com roteiros semiestruturados, debates, visitas guiadas a espaços representativos para a história dos interlocutores, levantamento de dados em fontes secundárias, pesquisa documental, pesquisa iconográfica, registro fotográfico, conversas informais e registro sistemático em caderno de

campo. Os procedimentos de aplicação das técnicas de pesquisa seguiram os preceitos metodológicos apresentados em Giddens (2005a), Mann (1973), Barros e Lehfeld (2000), estendendo-se dos meses de maio de 2013 a fevereiro de 2014. Embora tenha havido diferentes momentos do trabalho de campo, e em cada qual tenha sido priorizado um aspecto atinente à temática geral em detrimento de outros, todas as técnicas de pesquisa foram aplicadas de modo contínuo e sobrepostas.

Para a apresentação dos resultados e sua discussão, optou-se pelo modelo de dissertação composta por artigos científicos, ao invés do formato tradicional, dividido em capítulos; tal decisão não se pautou na busca por maior facilidade na escrita, mas sim na percepção de que a adoção dessa estratégia poderia contribuir para o aperfeiçoamento da habilidade do autor do trabalho na escrita científica dentro de uma modalidade de comunicação que vem tendendo a assumir crescente representatividade na composição dos índices de produtividade da pesquisa acadêmica.

Assim, o primeiro artigo se concentrou na interlocução conflituosa da família de criadores urbanos com variados setores da sociedade (vizinhos, concidadãos, legisladores, governantes e autoridades fiscais) em diferentes momentos de sua trajetória. A redação evidenciou as tensões vividas, priorizando a exposição dos episódios em que se definiram as posições de cada parte envolvida e a análise do quadro de relações de poder e hierarquia de credibilidade instituído no qual se firmou a classificação de ilegalidade da atividade dos criadores urbanos de gado. No contexto de adversidade em que resultou a sucessão de contatos entre a família enfocada e os setores da sociedade local, concluiu-se que as ações desempenhadas e os argumentos emitidos pelos sujeitos do estudo podem ser entendidos como componentes de uma estratégia de resistência cujo fundamento reside na percepção do trabalho (labor) como elemento dotado de valor intrinsecamente positivo e na reprodução de esquemas de pensamento e matrizes produtivas associadas às noções de dignidade e suficiência econômica. Dessa feita, no primeiro artigo, foi focado o aspecto do conflito social propriamente dito, seus momentos de destaque, dinâmica interna e repercussões.

No segundo artigo, analisaram-se os processos de sociabilidade desenvolvidos na educação das crianças no âmbito da família de criadores, para entender o paradoxo entre a manutenção da identidade cultural do grupo (e, por conseguinte, de um dado modo de vida) e a busca por melhores condições de vida através do cumprimento dos estágios formais da escolarização. Compararam-se as experiências vividas pela geração dos filhos do casal de imigrantes primeiros e aquelas vividas pela geração dos netos do referido casal, considerando-se as diferenciações de gênero (meninas e meninos) em ambos os casos. Concluiu-se, nessa

segunda parte, que, enquanto a sociabilidade na primeira geração favoreceu a reprodução das práticas, costumes e modo de vida do grupo até então, com marcante diferenciação na educação de meninos e meninas e baixa prioridade atribuída à escolarização das crianças, na segunda geração a sociabilidade tem sido marcada pela ruptura com os esquemas típicos e pela maior importância atribuída à formação escolar. Assim, foi possível afirmar que existe um processo em curso de transição produtiva, que busca efetivar, no modo de educar as crianças da geração seguinte, a adequação da presença da família ao espaço urbano ora ocupado, sem mais ter que conviver com os confrontos que vêm progressivamente se desenrolando e aumentando a insegurança social sentida pelos criadores familiares de gado da zona periurbana. O aspecto focado no segundo artigo foi, portanto, a questão da reprodução social e as mudanças de sua orientação.

Por fim, o terceiro artigo descreveu os deslocamentos dos pontos de pastejo de gado utilizados pelos membros da família em estudo no município e os reordenamentos da composição de seus grupos de trabalho ao longo de séries temporais específicas. A análise desses itens permitiu associá-los ao fenômeno de crescimento urbano do Município de Castanhal e à consequente formulação de esquemas de pensamento que atribuem a determinadas formas de ocupação do espaço a noção de atraso e predispõem à intolerância à presença de gado bovino no interior de áreas urbanas. Este último texto se ocupou do aspecto geográfico, propondo uma análise espacial, relativa às tendências de ocupação do espaço urbano e de sua efetiva ocupação ao longo do tempo. Tal perspectiva permitiu rastrear as movimentações concretas dos membros da família de criadores urbanos, contribuindo para esclarecer o nível de contato de seus rebanhos com a população humana residente e, por conseguinte, sugerir o grau de influência dessa presença supostamente incômoda na formulação de reações de desagrado pelos moradores da cidade.

A despeito do parcelamento do problema de pesquisa em três artigos, que discutem aspectos mais restritos do tema geral, procurou-se garantir a integridade da proposta de investigação, seja pelo estabelecimento de pontos de contato entre os artigos, seja pela preservação das áreas sobrepostas entre eles. Em relação aos pontos de contato, exemplificase sua existência pela complementariedade entre o primeiro e o terceiro artigos: enquanto o primeiro aborda a relação entre diferentes atores sociais em conflito direto, o terceiro possibilita visualizar padrões de ocupação do espaço que influenciaram a instalação do referido conflito e que, em um tempo posterior, refletiram consequências do conflito instaurado. Do mesmo modo, enquanto o primeiro e o terceiro artigo expõem detidamente dados da oposição entre os criadores urbanos e a opinião pública municipal, o segundo sugere

a relação entre essas pressões sociais enfrentadas pelo grupo familiar pesquisado e as mudanças de orientação das práticas de sociabilidade das crianças da nova geração.

No tocante às áreas de sobreposição, podem ser percebidas como o paralelismo entre fatos que, embora se intercalem e se sobreponham em uma única linha temporal, foram, por motivos de operacionalização da pesquisa, separados em três diferentes âmbitos, conforme os aspectos priorizados na elaboração de cada texto. Apenas a leitura dos três artigos poderá conferir a completa visão que se pretendeu produzir a partir do trabalho de campo. Apesar disso, cada artigo, individualmente, apresenta os elementos suficientes para travar a discussão a que se propõe. Isso significa que, na abrangência de sua proposta, cada artigo pode se sustentar, mas apenas em conjunto podem fornecer uma compreensão integral do fenômeno analisado. A sobreposição, entretanto, não significa repetição, nem deve ser tão acentuada que inviabilize a recepção de cada um dos três artigos como peça original.

Anotadas as considerações a respeito dos objetivos da pesquisa, da síntese das conclusões e do formato de apresentação do percurso metodológico, resultados e discussões, e verificada a possibilidade de que os produtos da elaboração teórica interajam de modo convergente, apontando para a consolidação de um determinado entendimento acerca do problema estudado, resta enfatizar a relevância do tema levantado, frente ao quadro teórico e político-institucional relativo à análise do desenvolvimento, seu custo social, suas matrizes de pensamento subjacentes (ligadas à questão da ideologia) e às propostas de criação de mecanismos de amortecimento dos danos sociais causados, reforçados ou intensificados pelas iniciativas desenvolvimentistas (no caso, ligadas ao fenômeno do crescimento urbano).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. A pesquisa científica: A coleta de dados. In: _____. **Fundamentos de Metodologia Científica**: um guia para a iniciação científica. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000. p. 89-100.

GIDDENS, Anthony. Métodos de pesquisa sociológica. In: _____. **Sociologia**. 4ª Ed. Artmed: Porto Alegre, 2005a. p. 508-526.

MANN, Peter Henry. Pessoas como fonte de dados. In: _____. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 89-107.

2. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

- Descrever e analisar os eventos que caracterizaram a relação da família de criadores urbanos com a sociedade e as autoridades do Município de Castanhal, enfatizando o contexto social, as motivações, esquemas de pensamento, argumentos e pontos de vista que fundamentaram as ações dos atores envolvidos no conflito ao longo do tempo.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o processo de interlocução conflituosa entre a família de criadores urbanos com variados setores da sociedade (vizinhos, concidadãos, legisladores, governantes e autoridades fiscais) em diferentes momentos de sua trajetória.
- Analisar a relação entre as pressões sociais sofridas pela família de criadores e a reformulação de esquemas de organização e reprodução familiar.
- Reconhecer a relação entre os contextos histórico, geográfico e social na determinação de tendências e consolidação de disposições e expectativas acerca da ocupação do espaço urbano e suas restrições correlatas no Município de Castanhal.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Trata, a presente seção, dos registros da atividade pecuária realizada dentro do espaço urbano, constantes na literatura científica nacional e internacional, em condição análoga à situação analisada pela dissertação. Mais que listar as menções que tem sido feitas a casos semelhantes ao que ora se enfoca, no entanto, é de interesse prioritário, para que se possa adequadamente enquadrar este novo trabalho frente ao panorama do campo com o qual se relaciona, compreender o âmbito no qual se tem produzida a discussão acerca do tema, e quais perguntas de pesquisa têm animado as investigações realizadas.

O modo como as atividades compreendidas ou descritas como pecuária urbana, e também as atividades a ela associadas, são recepcionadas por cada tipo de sociedade varia com o passar do tempo e com o contexto cultural em voga nas diferentes localidades, o que justifica o fato de ser uma ocupação tolerada em determinadas regiões e, por outro lado, malvista em outras, em alguns casos, havendo ambas as ocorrências dentro de um mesmo país. Maia (2005; 2007; 2010), por exemplo, em três estudos, analisou a permanência de elementos identificados como reminiscências de um período anterior da cidade de João Pessoa (Paraíba, Brasil), marcado pela ruralidade, tanto na produção econômica quanto nos seus modos de vida e estrutura social; reconheceu existir, na contínua e periódica realização de eventos como a feira do gado, certa nostalgia, por indicar a vontade de manter viva a memória de elementos supostamente capazes de fortalecer a identidade e a unidade cultural da população do lugar. Opostamente à tentativa de valorização da história da região, a autora descreveu as dificuldades por que passam as famílias de criadores de gado leiteiro que, ainda à época da publicação de seus trabalhos, ocupavam lotes urbanos com currais e vacarias entremeados às construções típicas da cidade e à malha rodoviária.

Em Maia (2005), especificamente, é possível depreender os principais elementos de pressão que afligem os pequenos produtores urbanos envolvidos com a pecuária leiteira, de modo geral, associados à ocupação diferencial do espaço. Em primeiro lugar, há o fenômeno da urbanização em si, que intensifica a ocupação do solo, o cercamento de terrenos, a redução do espaço desocupado (supostamente disponível à livre circulação) e o aumento do valor (custo ou preço) associado à unidade de superfície da terra. Além de promoverem a especulação imobiliária, influenciando a decisão dos pecuaristas urbanos em vender suas terras, os citados fatores de pressão, conforme a descrição da realidade observada pela autora em referência, parecem induzir a uma perspectiva negativa dos produtores quanto ao futuro de sua atividade, por estar encarcerada em lotes restritos, cercados por construções que os

sufocam e por vias de passagem tomadas por automóveis, que tornam perigosa a circulação de seus animais.

Em segundo lugar, a inversão das vantagens locacionais também pode ser considerada uma pressão sobre os pecuaristas pesquisados por Maia (2005), pois a facilidade de escoamento da produção leiteira na capital estadual, que servira como atrativo para a ocupação de terrenos pelos produtores no lugar, entrou em colisão com a posterior e progressiva proliferação de mercados distribuidores da distribuição industrial, como, por exemplo, o de leite em caixa lacrada; associado à sofisticação dos processos da indústria alimentícia e das demandas da saúde pública e vigilância sanitária, aliás, o próprio fortalecimento da fiscalização sobre a produção e a comercialização do leite *in natura* teria representado outra dificuldade à produção familiar do leite bovino no município de João Pessoa.

Em terceiro lugar, Maia (2005) destacou as pressões exercidas pelos proprietários de imóveis localizados próximos aos currais e vacarias e pela prefeitura, insatisfeitos com a permanência de espaços voltados à produção pecuária leiteira no interior da área urbana, em bairros residenciais. Embora esta ocorrência remeta à situação vivenciada pelos pequenos pecuaristas urbanos de Castanhal, retratados nesta dissertação, é necessário pontuar que a intensidade da oposição à qual os produtores citados pela autora com a qual ora se discute, pelo o que se pode extrair de seu texto, estavam submetidos era de um baixo grau (ao menos à época da publicação de seu trabalho), não podendo ser caracterizada pela implementação de medidas taxativas de restrição à continuidade das atividades produtivas típicas do curral. Assim, a pesquisa de Maia (2005) não contemplou a temática do conflito, estando mais proximamente comprometida com a exposição da situação de vulnerabilidade social dos pequenos pecuaristas urbanos da capital paraibana.

Ao contrapor a valorização de elementos associados à noção de ruralidade por parte da população de João Pessoa com o desprestígio e a desassistência vivenciados pelos pequenos pecuaristas urbanos no mesmo município, Maia (2005; 2007; 2010) permitiu deduzir que a pecuária urbana é uma atividade que tende a sofrer crescente oposição da sociedade, especialmente por contrariar o valor positivo amplamente atribuído à vida dita moderna e sofisticada do centro urbano, supostamente incompatível com formas consideradas atrasadas e inapropriadas à nova dinâmica instaurada. Formuladas no âmbito do nordeste brasileiro, as pesquisas da autora em comento foram animadas não pela tentativa de recriar ou reproduzir condições representativas de épocas pretéritas, como expresso em Maia (2005), mas pela reflexão de que a integração das famílias dos pecuaristas ao contexto mais intensamente

urbanizado que então se impunha deveria ocorrer de um modo que possibilitasse uma transição produtiva o menos impactante possível em direção a atividades mais alinhadas às especificidades do ambiente ocupado (e suas respectivas mudanças) e às expectativas de seus concidadãos, sem, para isso, serem expropriados, nem obrigados a abandonar integralmente suas tradições, costumes, saberes e organização social peculiar.

De modo contraditório às percepções registradas na João Pessoa do tempo recente, Araújo (2008), analisando o processo de modernização do espaço urbano do Município de Caicó (Rio Grande do Norte, sito à Região Nordeste do Brasil) ao longo das décadas de 1950 e 1960, relatou um movimento contundente em direção à supressão das formas urbanas de produção agrícola. Em sua dissertação, o referido autor sugeriu que os projetos de desenvolvimento e modernização do espaço urbano teriam sido pensados por representantes da elite local, que objetivavam construir uma cidade que, na sua concepção, fosse “moderna, civilizada, progressista” (ARAÚJO, 2008, p. 21). Em decorrência da implantação de equipamentos e serviços correlatos ao ideal urbano visado, foi-se transformando a paisagem do lugar, fortalecendo ainda mais as representações de progresso social e as expectativas a elas relacionadas.

A despeito das mudanças e rupturas descritas por Araújo (2008), também seria possível detectar a permanência de alguns costumes e hábitos dentre a população local, trazidos de momentos anteriores da organização social do município. Nesse contexto, destacavam-se a comercialização de animais, como gado e galinhas, e sua criação em estábulos localizados em terrenos de setores urbanos ou, no caso das galinhas, no fundo de quintais de bairros residenciais. Para lidar com a incongruência representada pela presença de animais de produção, vistos como símbolos de atraso, dentro do espaço que se pretendia dotar de urbanidade e modernidade, foi exercida pressão sobre a administração municipal, com o intuito de impedir a perpetuação de costumes considerados inadequados. Para ilustrar o caso, é válido recorrer ao texto de Araújo (2008, p. 111-112):

“No mesmo contexto de saúde pública e de higienização dos espaços da cidade, exigia-se da administração municipal a produção urgente de territórios adequados para a localização de uma feira de gado em Caicó. (...). No que se referia à localização geográfica dessa feira, a sugestão era que esta fosse inserida num ponto afastado do centro urbano.

A criação de uma feira de gado em Caicó faria da cidade um ponto de convergência de negociantes e de outras pessoas vindas de variados lugares, proporcionando ao comércio local e aos segmentos ligados à pecuária, possibilidades reais de expansão. Essa feira traria para a cidade novos negócios nos setores da pecuária, abrindo o comércio local para a compra e venda das espécies bovinas criadas nas fazendas da região.

Enfim, muitas vantagens poderiam ser auferidas com a concretização dessa iniciativa. O que não poderia ser realmente tolerado e justificado era que a administração pública aceitasse a instalação de estábulos nos espaços da urbe, tampouco que os rebanhos de gado fossem levados para as avenidas e ruas da cidade com intento de comercializá-los, pois a presença destes animais na paisagem urbana estava dando um aspecto de atraso à cidade e evocando certo saudosismo rurícola.

Acerca da intolerância em aceitar esses animais nas ruas da cidade, assim como, em aceitar a criação de galinhas nos porões e no interior das habitações, uma solicitação do Comandante do 1º Batalhão Rodoviário, por indicação do Departamento de Saúde Pública, fazia cumprir que a prefeitura tomasse as devidas providências no sentido de intensificar as medidas necessárias para uma melhor limpeza e embelezamento da cidade, determinando que fossem colocadas em prática as posturas municipais, na parte em que proibiam ‘[...] criar e manter porcos e vacas dentro do perímetro urbano ou suburbano desta localidade, [mais precisamente nos quintais das residências]’ (...).

A criação de vacas e porcos no espaço urbano era, para uma cidade que cobiçava o moderno, sinônimo de ruralidade, de insalubridade, de anti-higiênico e de anti-civilização. Diante desta concepção, as posturas municipais alertavam a população que, após o dia 27 de março de 1956, a prefeitura recolheria esses animais, caso fossem encontrados nas ruas ou nas habitações, sendo apreendidos e conduzidos para os depósitos da municipalidade, bem como intimados os seus donos, sob multas, a cumprir a ordem estabelecida.

Para uma cidade que ansiava tanto o progresso, o atraso era a última coisa que a mesma desejava ver praticado em seu espaço urbano.”

Ao mesmo tempo em que a atividade algodoeira e a criação de gado, ambas caracterizadas como pertencentes ao setor primário, portanto agrícolas, estimulavam o crescimento econômico da região do Seridó Potiguar, a modernização do espaço urbano de Caicó, já nas décadas de 1950 e 1960, foi marcada pela clara imposição de um conjunto de valores, em cujo âmbito não mais se admitia a convivência pacífica entre elementos supostamente incompatíveis, por estarem associados a domínios ou categorias relacionados a diferentes modos de vida e de organização social. Conforme a argumentação proposta por Araújo (2008), portanto, a pecuária urbana, ao entrar na pauta da discussão quanto à modernização local, teria sido identificada como um dos entraves à conquista da almejada sofisticação que determinados espaços deveriam alcançar.

Assim, chama a atenção o fato de que os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, embora vizinhos, tenham abrigado casos tão opostos quanto à relação entre as autoridades e a população local, de um lado, e os criadores urbanos de gado e de outros animais de produção, por outro lado. Esta simples comparação também revela a tendência de que haja uma distinção, progressivamente mais clara e pronunciada, entre atividades classificadas como tipicamente urbanas e aquelas outras, ditas não urbanas, ou francamente rurais. Parece, de modo geral, esperado que as leis e a administração pública, a partir de determinado momento, se tornem mais incisivas no combate à permanência de atividades que se oponham ao projeto de urbanização, que representa não só a expectativa de melhores condições de vida, mas também a formulação de uma noção de crescimento como fuga da barbárie e da desordem.

Ao apresentar um cenário em que as imposições e restrições são mais incisivas que as expostas por Maia (2005), Araújo (2008) propôs uma discussão mais ampla, pois questionou padrões e tendências assumidos no movimento de modernização do espaço, analisando diversos fatores em conjunto, entretanto, se distanciou de um foco em particular, um grupo em particular de pessoas, como o fez Maia (2005; 2007; 2010). Os objetivos que animaram a pesquisa de Araújo (2008) e o fizeram anotar dados relevantes acerca do tema da pecuária urbana foram, portanto, diferentes, produzidos a partir de seu interesse no entendimento dos processos de produção do espaço, e contribuem para a presente construção, exatamente por apresentarem o contraponto à visão particularizada, que poderia facilmente desencadear a assunção de uma perspectiva dualista, ou mesmo maniqueísta, caso viesse a considerar os grupos de criadores urbanos como polo positivo, vitimado pelas ações do polo negativo, seu algoz, representado pelo restante da sociedade, responsável por sua perseguição.

Outra relevante contribuição atinente à problemática dos pecuaristas urbanos se refere à categorização do espaço onde suas atividades produtivas são desempenhadas. Gehlen (2010) apresentou uma zonação que torna fácil visualizar as áreas com diferenças substanciais quanto ao grau de urbanização, dividindo-as em espaço urbano, espaço suburbano e espaço periurbano. Estudando o Município do Cabo de Santo Agostinho, a 30 km de Recife (capital do estado de Pernambuco, na Região Nordeste do Brasil), a citada autora apontou que, nos setores propriamente urbanizados, a pecuária urbana se caracterizava pela criação de galinhas, perus, patos, pombos, galos, coelhos, porcos, cabras e gado leiteiro (este último, também deixado em ruas, praças e calçadas, pastejando), sendo considerada ilegal a criação de tais animais de produção. Segundo sua pesquisa, apesar de os criadores recearem receber multas ou ser alvos de processos, a fiscalização seria pouco efetiva, não chegando a obter sucesso na supressão dos plantéis urbanos.

Mais externamente, se localiza o espaço suburbano, com aspecto intermediário entre o urbano e o rural, e terras menos caras que no setor urbano, fazendo com que funcione como centro de recepção para migrantes, constituindo uma “estrutura social multicultural” (GEHLEN, 2010, p. 156). Nessa zona, prevalecem os cultivos dentro de pequenas propriedades, com destaque para o plantio do inhame, do milho, do coco e da cana-de-açúcar, voltados ao atendimento das necessidades do mercado local. Como zona mais afastada, a autora localizou o espaço periurbano, onde, embora exista certa infraestrutura urbana e clara indicação de influência do setor urbano, prevalece o aspecto rural. Dessa interface entre rural e urbano, teria origem o espaço conceituado como “povoado metropolitano”. Ali, ao contrário

do que ocorreria com o espaço suburbano, ainda haveria condições para que o uso agrícola das terras permanecesse plenamente rentável, inclusive pela via da monocultura.

A argumentação de Gehlen (2010), diferente dos autores citados anteriormente, tangenciou a figura dos pecuaristas urbanos como representantes de uma classe mais ampla, a dos adeptos da agricultura urbana. Para a autora, nesses espaços onde ocorre uma sobreposição entre urbano e rural, advinda geralmente da efetivação do fenômeno de urbanização em áreas tradicionalmente rurais ou enriquecidas pela renda advinda das atividades agrícolas, não haveria que se falar em supressão de elementos remanescentes do passado rural. Por isso, ela concluiu que seriam equivocadas as medidas adotadas pelas autoridades municipais, que buscariam instituir políticas de desenvolvimento e de promoção da industrialização, ignorando as especificidades do contexto biofísico, do capital humano e das potencialidades produtivas de cada lugar. Especificamente no campo de estudo onde ela optou trabalhar, isto pôde ser constatado pela ausência de apoio oficial à produção urbana de produtos naturais e pela depreciação e proibição do pastejo de gado pela cidade.

O estudo acerca das diferentes zonas de urbanização se relaciona à análise da presença de produtores rurais dentro de espaços urbanos, considerando sua importância para a segurança alimentar da população. Desse modo, Gehlen (2010) propôs que se formulasse um modelo de desenvolvimento agrícola para as cidades, pautado na utilização de espaços disponíveis no sistema urbano, o que poderia ser uma opção especialmente interessante, no caso das cidades que ocupam uma posição intermediária entre seu passado rural e um pretense posto de centro plenamente urbanizado. Ao transcender o relato analítico, alinhando-se a uma postura propositiva, a autora se aproximou de Maia (2005; 2007; 2010), entretanto, ao almejar uma compreensão mais extensiva da realidade em estudo, buscando sondar uma multiplicidade de fatores em interação, claramente adotou postura semelhante àquela de Araújo (2008). Também como Araújo (2008), Gehlen (2010) não esteve preocupada com a temática do trabalho e da vida dos pecuaristas urbanos, mas sua contribuição se pautou justamente na identificação (mesmo que tangencial) deste grupo como componente do painel que constitui o quadro da agricultura urbana, acarretando a necessária correlação de seu estudo em face à acumulação teórica já existente acerca desta modalidade de produção agrícola.

Igualmente imbuído da percepção de viabilidade da pecuária urbana como prática capaz de, simultaneamente, reduzir a gravidade dos impactos ambientais produzidos em decorrência do modelo de produção de alimentos em voga e possibilitar que o acesso à comida seja ampliado a uma parcela maior da população, Oliver (2012) se propôs a

investigar, através de metodologia experimental, os limites, barreiras e possibilidades efetivamente relacionados a uma proposta concreta de prática de agricultura e pecuária urbana. Para tanto, sua discussão é iniciada pela apresentação de vários casos observados em outros países, nos quais algum impacto econômico marcante – ou a mera expectativa de recessão – obrigou a população a desenvolver mecanismos de produção agrícola que acarretassem redução da distância entre as áreas produtivas e as zonas consumidoras, processo, este, que abrangeu mudanças em leis nacionais e locais, que permitissem a realização de atividades outrora vedadas ao espaço urbano. O autor, enfim, pontuou o caso brasileiro, criticando o fato de que as leis estaduais, em sua generalidade, proíbem a prática da pecuária urbana de modo taxativo e sem concessões, refletindo um movimento iniciado pelo pensamento higienista, que vigorou na década de 1950 e que até hoje ainda dominaria o modo de pensar dos burocratas. Com a subsequente eliminação dos precários rebanhos, teria se fragilizado a segurança e soberania alimentar de diferentes estratos da população.

Oliver (2012) resume dados do programa Bruschi, de caprinocultura urbana, que se funda nos pressupostos filosóficos descritos no parágrafo anterior, abrangendo um esforço de melhoramento genético, inseminação artificial e manejo zootécnico de um plantel de cabras Toggenburg, na cidade de Coronel Pacheco, em Minas Gerais (Região Sudeste do Brasil). Uma notável diferença da abordagem proposta por este autor seria seu alinhamento com preceitos agroecológicos e sua aproximação a métodos de precisão, caracterizando-se por uma preocupação com a dosimetria da alimentação, com o manejo de odores e dejetos e com os aspectos sanitários e controle de vetores. Nesse sentido, a pecuária urbana deixaria de ser uma atividade orientada tão somente por práticas familiares tradicionais, e passaria a incorporar um direcionamento científico e tecnológico, que deveria contar com um programa de assistência técnica específica para esse fim, reconhecidamente inexistente no panorama atual, e, mais precisamente, incabível no modelo que tem sido pensado para o desenvolvimento agropecuário brasileiro e para o processo de modernização dos setores urbanos de seus municípios.

Percebe-se, assim, que, partindo de generalizações obtidas da observação de casos ocorridos em países estrangeiros e no próprio Brasil, Oliver (2012) focou sua atenção na categoria analítica da pecuária urbana, não se preocupando em fazer uma caracterização sociológica, nem uma descrição antropológica dos grupos sociais tradicionalmente implicados no tema. Buscou, sim, construir sua exposição em termos dos critérios técnicos necessários para a prática da pecuária urbana dentro de um molde que garantisse a soberania alimentar das famílias de produtores, ao passo em que também eliminasse as principais consequências

negativas advindas da criação de gado realizada sem a devida assistência e acompanhamento especializado, e que têm se situado no motor das reclamações, oposições e preconceitos subjacentes à visão higienista que orienta o processo de urbanização. Dessa feita, torna-se possível perceber que a aproximação ao tema em foco tem sido animada por diferentes interesses de pesquisa, e também por diferentes posições quanto à viabilidade da pecuária urbana como modelo produtivo e econômico local. Atingindo-se o patamar da pesquisa agrônoma propriamente dita, a pecuária urbana deixaria de ser um resquício de passado, ou um símbolo de atraso que necessitaria ser eliminado, para abrir caminho para formas mais avançadas de produção. Nessa visão paralela, seria, inclusive, possível vislumbrar a pecuária urbana como método de produção a ser incentivado e disseminado, mas, para tal, como mencionado pelo autor com o qual se discute, seria ainda necessário rever não só a legislação, mas os próprios valores que têm sido arraigados ao longo da história e que vicejam como representações objetivadas e compartilhadas por um grande número de pessoas.

Movidos por uma compreensão similar à de Oliver (2012) acerca das potencialidades da agricultura urbana, Resende e Cleps Júnior (2006) sugeriram que esta modalidade de produção agrícola seria menos complexa, tecnologicamente acessível e menos demandante de recursos financeiros, permitindo a inclusão de setores empobrecidos, jovens, mulheres e idosos ao mundo do trabalho, o que lhes permitiria melhorar sua condição econômica e social. Outros pontos positivos da agricultura urbana seriam a utilização de pequenas áreas, como quintais e jardins, a criação de espaços verdes dentro das cidades e a diminuição dos riscos de insegurança alimentar, devido à produção de alimentos frescos e baratos. Também em concordância com Gehlen (2010), os autores em comento reconheceram o potencial da agricultura urbana para contribuir com o desenvolvimento econômico das cidades, carecendo, entretanto, de legitimação e de apoio dos gestores públicos.

Opondo-se à visão de orientação higienista, que condena várias atividades incluídas no rol da agricultura urbana, como marcadamente a pecuária urbana, Resende e Cleps Júnior (2006) declararam que, caso este campo de atuação estivesse integrado a projetos e políticas públicas e ao planejamento do poder público, seria possível estabelecer medidas para que fossem plenamente respeitados os preceitos de saúde pública, proteção ambiental, saneamento (inclusive considerando o manejo de resíduos sólidos e líquidos) e urbanismo, configurando um quadro de desenvolvimento urbano sustentável. Quando praticadas sem a devida orientação, as atividades ligadas à agricultura urbana podem acarretar graves problemas, como a contaminação do ecossistema pelo uso inapropriado de insumos orgânicos e químicos e a produção de alimentos contaminados ou tóxicos. Por isso, como explicitado por Oliver

(2012), seria importante estabelecer programas de assistência técnica e extensão a essas atividades produtivas de cunho originalmente rural, praticadas no contexto citadino. Com este tipo de iniciativa, seria possível utilizar os recursos racionalmente, inclusive integrando a adoção de recursos reciclados ou recicláveis, para produzir alimentos saudáveis.

Resende e Cleps Júnior (2006) realizaram sua pesquisa no espaço urbano do Município de Uberlândia (Estado de Minas Gerais, Região Sudeste do Brasil). Referindo-se à agricultura urbana como conceito genérico, que abrangeria o conjunto de atividades típicas do meio rural (cultivo de vegetais, criação de animais, pesca, etc.), desenvolvidas próximas ou no interior das cidades, extrapolando a visão tradicional de agricultura como sendo restrita ao cultivo de plantas, buscaram, basicamente, caracterizar as pessoas envolvidas nas citadas práticas, descrevendo suas condições de vida, de moradia, de trabalho e de renda, e também a organização da unidade produtiva, aí incluída a compreensão das condições de posse da terra, características físicas da área ocupada pela produção, tipos de produção e sua base tecnológica, formas de comercialização, problemas enfrentados e entraves; por fim, sondaram os planos e perspectivas quanto ao futuro da atividade. Os autores em questão constataram que, em Uberlândia, a agricultura urbana seria uma atividade praticada predominantemente por migrantes, oriundos de diversas partes do país, em busca de melhores condições de vida, como emprego saúde e educação. Tais agricultores urbanos foram descritos a partir de um perfil marginal, por viverem “à margem de um tipo social tido como ideal para a sociedade capitalista moderna” (RESENDE; CLEPS JÚNIOR, 2006, p. 195) – a maioria, com pouca ou nenhuma instrução escolar formal, predominando pessoas com idades avançadas.

A organização do trabalho seria do tipo familiar em todas as propriedades, com variações na quantidade de membros envolvidos, de acordo com cada tipo de atividade desenvolvida. Em relação especificamente à pecuária urbana, é válido referir que:

(...) constatou-se o predomínio da produção de leite bovino. Entre os dezoito produtores de leite bovino, identificou-se grandes e pequenos produtores, com uma média entre 8 e 90 litros de leite/ dia. As formas de comercialização desse leite são variadas. Alguns produtores engarrafam o leite em vasilhames de refrigerante (garrafas "pet", de dois litros) e vendem na própria vizinhança, de porta em porta, ou ainda a compradores regulares, com entrega programada. Outros beneficiam a produção, transformando o leite em queijo do tipo "minas" e também vendem na vizinhança ou em mercearias (RESENDE; CLEPS JÚNIOR, 2006, p. 198).

Uma situação interessante foi o caso dos denominados pecuaristas itinerantes, que se assemelham à condição dos sujeitos enfocados na presente dissertação:

Esses criadores itinerantes não possuem nenhuma terra e também não ocupam, categoricamente, áreas particulares. Esses pecuaristas mantêm pequenas áreas (um

curral e uma cocheira), alugadas, ou cedidas, nas quais tratam e ordenham seus animais durante a noite e no começo da manhã, e durante o dia pastoreiam os animais por áreas, lotes vagos ou APP's. As condições de trabalho desses criadores é altamente precária. Trabalham o dia todo montados "no lombo de um cavalo" (RESENDE; CLEPS JÚNIOR, 2006, p. 195).

De modo geral, para Resende e Cleps Júnior (2006), a realização das atividades de agricultura urbana em Uberlândia seria marcada pela atração de pessoas que não encontram oportunidades no mercado de trabalho formal, por serem consideradas desqualificadas para ocupar os postos típicos do mundo urbano. Afirmaram, portanto, haver grande instabilidade no uso da terra naquele contexto, especialmente devido à incerteza propiciada pela especulação imobiliária e à expectativa de que progrida a conversão de uma maior quantidade de terras para uso urbano, como loteamentos e terrenos residenciais. As condições de vida dessas pessoas seriam caracterizadas pela precariedade e pela pobreza.

Quanto ao aspecto da relação entre a realização de atividades de agricultura urbana e o posicionamento oficial das autoridades administrativas municipais, o trabalho de Resende e Cleps Júnior (2006) revelou que há um franco desconhecimento e desinteresse dos gestores por este tipo de produção, que é tratada como algo marginal, sendo reprimida por diferentes órgãos normativos da cidade, como a vigilância sanitária. Segundo os autores, não há iniciativas voltadas a conhecer, normatizar e incentivar essas atividades, razão pelas quais elas permanecem obscuras e, não raro, malvistas. Não se depreende, do conteúdo apresentado por essa dupla de autores, entretanto, registro expresso nem compreensão implícita, de que haja atividade fiscalizadora flagrantemente repressiva sobre esses grupos, inclusive de pecuaristas urbanos, indicando ainda haver, no Município de Uberlândia, certa tolerância em relação à permanência de pessoas praticando atividades agropecuárias dentro do espaço urbano, apesar de o referido município, de acordo com Toledo (2011), estar situado em região de notável concentração urbana e socioeconômica no país.

Nestes termos, a pesquisa de Resende e Cleps Júnior (2006) se aproximou principalmente da caracterização da diversidade de formas que pode assumir a agricultura urbana, sendo estimulada pelo posicionamento de que o incentivo à tal modalidade de produção agrícola pode levar à melhora de vários indicadores no espaço urbano, como dinamização e diversificação da economia, aumento da segurança alimentar (devido à produção local dos alimentos, que diminui o custo com transporte, possibilitando o acesso da população a produtos naturais frescos, baratos, diversos e livres de contaminantes), acesso de grupos vulneráveis ao mundo do trabalho, preservação de modos de vida e saberes tradicionais, conservação do meio ambiente e constituição de um ecossistema urbano

saudável. Embora, assim como Gehlen (2010), não emita propostas concretas para tornar as diferentes práticas de agricultura urbana mais alinhadas às normas ambientais, de saúde pública e vigilância sanitária, o que poderia facilitar a aceitação e legitimação da atividade, o trabalho realizado em Uberlândia expõe o conjunto de demandas existentes no contexto do município focado, e que irão requerer atenção específica de futuros estudos e programas de extensão, os quais poderão, como o fez Oliver (2012), responder a cada caso de modo particular. Parece ser, então, um conjunto de peças que se sobrepõem, mas também se sucedem, formando um painel no qual figuram elementos que, embora correlatos, são diversos, sendo genericamente denominados como agricultura, mas constituindo-se em práticas tão diferentes, quanto o são o manejo de plantas, o de ambientes, o de animais de produção, o de insetos, etc.

Em relação especificamente à questão da regulamentação da realização de atividades agrícolas dentro do espaço urbano, cabe citar Silva (2009), que, ao descrever aspectos do processo de urbanização do Município de Igarapé, a 45 km de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil), referiu constar, dentre as disposições referentes ao uso e ocupação do solo constantes no Plano Diretor instituído para a localidade, a garantia de que os usos existentes das terras à época da aprovação do plano diretor, mesmo que não se enquadrassem nas definições estabelecidas, poderiam permanecer, desde que adotassem medidas capazes de amenizar os impactos causados, sendo vedada sua expansão e permitindo-se apenas as obras necessárias à sua manutenção. Essa concessão incluiu áreas tradicionalmente utilizadas por pecuaristas. Isso ocorreu, aparentemente, porque, embora o processo de ocupação residencial e urbanização já estivesse em curso desde muitos anos antes, oficialmente aquelas terras permaneciam sendo classificadas como rurais, inclusive recebendo vantagens associadas a essa classificação, como as verbas federais para pagar o transporte escolar das crianças residentes nessas áreas.

Em decorrência das condições estabelecidas pelo Plano Diretor citado por Silva (2009), criou-se uma situação restritiva às famílias que, embora mantivessem o gado confinado em currais a partir do final da tarde, permitiam que os bois e vacas transitassem pelos lotes vagos não cercados. Como atividade rural já praticada antes da aprovação do Plano, a pecuária urbana em Igarapé foi autorizada a prosseguir, mas faria parte de seu compromisso em amenizar os impactos locais, o compromisso de manter o gado confinado em todos os momentos. Segundo a referida autora, essa medida, se acatada, inviabilizaria a pequena produção leiteira, pois o confinamento impediria que o gado tivesse acesso à

vegetação espontânea dos lotes desocupados, sendo, as famílias de criadores, então obrigadas a custear a compra de ração, o que representaria um grande impacto a seu orçamento.

Ao se referir a processos de mobilidade compulsória, nas quais alguns vaqueiros teriam sido obrigados a mudar-se, com sua família e gado, para bairros diferentes, em decorrência do incômodo causado pelo livre pastejo do seu rebanho em áreas abertas, especialmente criticado em áreas mais densamente povoadas e urbanizadas, Silva (2009) ilustrou o acirramento de tensões, também relacionado à alteração das expectativas dos pecuaristas urbanos quanto ao futuro de suas atividades. Atraídos a pequenos adensamentos em décadas passadas, acreditavam ter encontrado um lugar onde poderiam obter as benesses da proximidade ao centro urbano e, simultaneamente, a possibilidade de continuarem trabalhando com tarefas ligadas à produção rural, pela qual nutriam grande apreço (inclusive em relação aos valores, relações sociais e modos de vida correlatos). A expansão urbana e a conversão ou reclassificação das terras, entretanto, levaram a uma situação de insegurança, gerando casos de desistência e conflitos.

A discussão proposta por Silva (2009) também evidenciou a questão dos critérios de conceituação, classificação, e como eles são influenciados por representações específicas. As concepções acerca de como cada área de terra deveria ser utilizada se referiria, portanto, a desejos ou visões particulares, e também a critérios quantitativos, como o tamanho dos terrenos individuais. Em decorrência da ausência de efetiva descrição e análise das atividades desenvolvidas e do modo de vida dos grupos residentes, de sua heterogeneidade, porém, poderia ocorrer a formulação de informações pouco precisas, até falsas, atribuindo características irreais a determinada localidade e população e levando alguns de seus grupos constituintes à invisibilidade, como não raro ocorre com os praticantes da agricultura urbana e, especificamente, da pecuária urbana.

Assim como Silva (2009), Maia (2005; 2007; 2010), Araújo (2008), Gehlen (2010) e Resende e Cleps Júnior (2006) apresentam contribuições a partir de estudos produzidos no âmbito da ciência geográfica, adotando, portanto, como ponto de vista predominante, o fenômeno de produção do espaço, no caso, urbano. Destaca-se, como diferencial, o trabalho de Oliver (2012), que esteve centrado no aspecto zootécnico relacionado à efetiva realização da atividade de pecuária urbana, situando-se no âmbito da ciência animal. Por essa percepção, é relevante pontuar a complementariedade entre tais abordagens. A Geografia, apesar de ainda não fornecer uma teoria acabada e unificada acerca do fenômeno da pecuária urbana, põe à disposição do interessado alguns instigantes estudos de caso, suficientes para formular uma visão da diversidade social dos grupos descritos como agricultores urbanos e, mais

precisamente, dados os objetivos da presente dissertação, como pecuaristas urbanos. Como não se pode intervir eficientemente sobre aquilo que não se conhece, as ciências humanas têm possibilitado revelar as múltiplas formas pelas quais podemos reconhecer a modalidade de produção rural aqui enfocada. Quanto às ciências técnicas, como a Agronomia, a Engenharia de Pesca, a Medicina Veterinária e outras mais, caber-lhes-ia trabalhar em conjunto, ou sequencialmente, contribuindo com a elaboração ou aperfeiçoamento de técnicas e tecnologias voltadas à tentativa de adequar as atividades tipicamente rurais realizadas no contexto urbano ao que preconizam as normas legais tangentes à qualidade ambiental, à saúde pública e à vigilância sanitária. A minimização ou completa eliminação dos principais impactos gerados por essas atividades poderia influenciar no redirecionamento das discussões acerca do planejamento urbanístico e da aprovação dos futuros planos diretores, os quais, por hora, ainda estão pautados em uma visão higienista inflexível e que condena *a priori* a presença de elementos tidos como rurais no meio urbano.

Quanto à oposição entre agricultura urbana e orientação higienista da ocupação do espaço citadino, é interessante notar que a literatura científica brasileira não tem priorizado o estudo do conflito, das situações de concreta oposição entre os sujeitos envolvidos na questão. Assim, é possível detectar menções a proibições, imposições de gestores públicos, permanências não autorizadas, resistência e desistência, mas a minuciosa descrição das etapas que constituem a interlocução dos atores sociais não é apresentada, deixando uma lacuna que dificulta a compreensão integral dos casos analisados. Certamente, há diferentes abordagens metodológicas, partindo de autores que priorizam a análise macroestrutural, até aqueles que se apoiam em estudos de caso focados em grupos específicos, como também se percebe existir variabilidade no grau de liberdade dos autores para assumir posturas alinhadas a determinada matriz filosófica ou política, e por isso há trabalhos escritos com ênfase na descrição objetiva de acontecimentos correlacionados a causas e consequências, enquanto outros são explicitamente justificados pela necessidade de se conhecer dado contexto, para que se defenda esta ou aquela corrente de pensamento; no segundo caso, sendo marcante o envolvimento de pesquisadores ligados à pesquisa agroecológica e à pesquisa dos pequenos agricultores familiares, de orientação geralmente sistêmica e interdisciplinar.

Apesar de as pesquisas com orientação agroecológica e de agroecossistemas familiares, mais que as pesquisas macroestruturais de foco objetivo, reconhecerem a situação de pressão imposta aos pequenos agricultores urbanos – com ênfase nos praticantes da pecuária –, sugerindo que o estímulo para que sua atividade fosse perpetuada poderia ser uma opção mais promissora para a estabilidade econômica, ambiental e alimentar do meio urbano,

elas não chegam a explorar o detalhamento dos processos de enfrentamento, o choque de posições, valores e visões de mundo que abastecem a discussão acerca das liberdades dos indivíduos e da organização da sociedade. Dessa feita, ao promoverem o debate acerca dos benefícios que um modelo de agricultura urbana poderia trazer, estabelecem uma agenda preliminar de pesquisas, apresentando uma série de desafios aos tecnólogos dos campos das ciências agrárias, que passariam a ter que adequar os modos de produção ao contexto biofísico e social urbano; entretanto, ao não conciliarem este estudo aos processos específicos e objetivos de exclusão social por que passaram e ainda passam os agricultores urbanos – e enfaticamente os pecuaristas –, estes pesquisadores deixam de ser capazes de refletir quanto à reversibilidade das disposições legais e urbanísticas que originariamente afastaram a possibilidade de se realizar produção agropecuária dentro dos setores urbanos do espaço de diferentes cidades.

É devido à percepção de variabilidade e não uniformidade do processo de conflito, que também deve diferir o grau de reversibilidade das leis, planos diretores e códigos de postura que instituíram a efetiva proibição das atividades agropecuárias no centro urbano. Por isso, um argumento generalista de defesa dessa modalidade de trabalho dificilmente será acatado em muitos lugares, tendo em vista a especificidade dos antecedentes locais, que informam e influenciam as reformulações da visão de mundo e a tomada de posturas e posições, no debate que fundamenta as decisões coletivas do presente e do futuro.

Tal estudo minucioso do conflito, com ênfase nos episódios de agressão e enfrentamento, pode ser exemplificado pelo texto de Abdissa e Degefa (2011), que analisaram o processo de expansão urbana de Addis Abeba, capital da Etiópia, ocasionado por um acentuado crescimento do tamanho da população da cidade em um período de 13 anos, e que resultou na ampliação do setor urbano e supressão das áreas periurbanas de produção da agropecuária de base familiar. No trabalho, os autores enfatizaram a conformação existente antes do engolfamento da periferia, destacando a organização da produção agrícola periurbana, e descreveram o processo de mudança das orientações de disposição do espaço urbano, para, por fim, expor e analisar a conformação estabelecida pela nova política urbanística do local.

Foi de proeminente destaque, no texto dos autores citados supra, a narrativa acerca dos diversos momentos que caracterizaram a intervenção oficial do governo sobre a propriedade e, conseqüentemente, sobre as possibilidades de reprodução social e modo de vida dos grupos de produtores agropecuários da periferia da capital. Sua elaboração teórica se socorreu dos conceitos de “dispossession” e “displacement”, utilizados no sentido de desapropriação (ou

expropriação) e deslocamento compulsório, associada ao corpo de conhecimento e discussão acadêmica e científica pré-existente acerca do tema. Este esforço de categorização e enquadramento do caso concreto analisado pelos autores reflete a riqueza de detalhes com que foram descritos os acontecimentos relacionados à mudança paralela da organização espacial da cidade e das condições de vida e trabalho dos outrora produtores da periferia.

Dessa forma, diferentemente da tradição teórica constatada nos trabalhos produzidos no Brasil, e também provavelmente pela contundência e agressividade do caso ocorrido em Addis Abeba, Abdissa e Degefa (2011) mantiveram seu interesse fortemente direcionado à temática do conflito e de seus elementos e momentos constituintes. Tal percepção, entretanto, não deve afastar a possibilidade de que, mesmo em contextos de conflito brando (como parece ter sido o caso de alguns dos estudos produzidos por pesquisadores brasileiros e citados anteriormente), a pressão exercida sobre os pecuaristas urbanos seja alvo de investigação e sistematização científica. Tais estratégias de descrição, categorização e sistematização poderiam informar acerca das especificidades dos processos de supressão ocorridos nos diferentes lugares onde a agropecuária urbana costumava ser praticada, possibilitando posteriores iniciativas de reversão do entendimento e das disposições estabelecidas no contexto pretérito, afinal, não se pode desconstituir aquilo que não se compreende.

Esta multiplicidade de possibilidades também foi expressa por Bellows et al. (2005), que destacaram que as atividades de agricultura e pecuária urbanas têm cunho tradicional, sendo pautadas em técnicas arraigadas à história familiar, através do repasse entre gerações, e geralmente não contariam com serviços públicos nem privados de assistência técnica contínua. Geralmente alinhada aos princípios da pequena economia familiar de subsistência, a citada modalidade produtiva teria pouca visibilidade, levando a uma baixa percepção da sociedade em geral quanto à sua importância para a segurança alimentar e autonomia econômica dos grupos de praticantes. A visibilidade de tal tipo de agropecuária adviria, por outro lado, da percepção de suas expressões desagradáveis pela população, como ruídos, sujidades, resíduos, bloqueios da passagem dos pedestres e dos automóveis. Seriam as diferenças relativas à organização da produção, à contenção dos impactos e transtornos causados aos concidadãos e às influências ideológicas e simbólicas que estimulariam as diferentes posições da sociedade local e de seus representantes legislativos e administrativos quanto à convivência com os produtores agropecuários do meio urbano. Por isso, assim como nos Estados Unidos, e também observado no Brasil, poderiam ser detectados casos em que não há nenhuma regulamentação nem restrição formal à presença de atividades agropecuárias em solo urbano, casos de clara e explícita ilegalidade, e casos de semilegalidade.

Portanto, o conhecimento contextual proposto coaduna com a percepção de Bellows et al. (2005), acerca da variabilidade dos modos de constituição das relações entre produtores agropecuários urbanos e sociedade local, e, quando ocorrerem processos supressivos, também haverá que se falar em contextualidade e especificidade de cada caso. Embora seja bastante provável existirem padrões discerníveis de estabelecimento de relações e de processos de choque de percepções e enfrentamento, que poderiam, talvez, compor tipologias, ainda parece ser pouco possível propor este tipo de estudo de síntese, devido à falta de material disponível para comparação e discussão. Necessário é, para o momento, prosseguir com estudos descritivos e focados em particularidades locais atinentes ao tema em estudo. Parece, também, bastante apropriado que se passe a caracterizar de modo sistemático os eventos pertencentes ao estágio do conflito propriamente dito, do questionamento da ação do produtor familiar urbano e da contestação de tal questionamento. O aprofundamento da compreensão de cada estágio do relacionamento entre produtor agropecuário urbano e sociedade, desde seu estabelecimento, até as etapas de convivência e ao possível desfecho supressivo, poderá auxiliar que pesquisadores, extensionistas e tecnologistas possam ter sua ação mais bem orientada em proposições futuras, tendo em mãos um referencial que os habilite a sugerir e realizar intervenções mais direcionadas, orgânicas e factíveis frente ao contexto histórico, político e social do campo onde estiverem inseridos.

Esta é a síntese. Apesar de ainda existirem muitas lacunas a preencher no entendimento dos fatores envolvidos com os processos sociais discutidos, acredita-se ter sido possível perceber as conexões existentes entre as diferentes propostas de trabalho dos pesquisadores do tema, tanto daqueles pertencentes a áreas do conhecimento diretamente interessadas na questão, quanto de áreas que a tangenciam, enfatizando a coexistência de tendências metodológicas e correntes de pensamento bastante diversas. Também se pôde, a partir da análise ora realizada, depreender algumas demandas de pesquisa que emanam do corpo teórico disponível, subsidiando a formulação de novas perguntas de pesquisa e a própria tomada de decisões acerca do rumo que os trabalhos de campo devem seguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDISSA, Feyera; DEGEFA, Terefe. Urbanization and changing livelihoods: the case of farmers' displacement in the expansion of Addis Ababa. In: TELLER, Charles; HAILEMARIAM, Assefa. (orgs.). **The demographic transition and development in Africa: the unique case of Ethiopia**. Londres/Nova Iorque: Springer, 2011. p. 215-235.

ARAÚJO, Marcos Antônio Alves de. **Sobre pedras, entre rios** – Modernização do espaço urbano de Caicó/RN (1950/1960). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

BELLOWS, Anne C., et al. Urban livestock agriculture in State of New Jersey. **Urban Agriculture Magazine**, v. 1, n. 2, p. 8-9, 2000.

GEHLEN, Vitória. Para além dos limites do urbano: áreas peri-urbanas e questão ambiental. **Cadernos CERU**, v. 21, n. 1, p. 145-161, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro. Currais e vacarias na cidade. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 4, n. 7, p. 35-48, 2005.

Maia, Doralice Sátyro. A feira de gado na cidade: encontro, conversas e negócios. **Revista Formação**, v. 14, n. 1, p. 12-30, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. Desvendando o campo na cidade: notas metodológicas. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 35-57, 2010.

OLIVER, Claudio Ferraz. Caprinocultura urbana. A tradição como inovação. Programa Bruschi de caprinocultura urbana. In: WORKSHOP SOBRE PRODUÇÃO DE CAPRINOS NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA, 9, 2012, Juiz de Fora-MG. **Anais...** Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2012. p. 11-22.

RESENDE, Sidivan; CLEPS JÚNIOR, João. A agricultura urbana em Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 19, p. 191-199, 2006.

SILVA, Alessandra Ferraz Godoy da. **O embate das forças rurais e urbanas na apropriação de um território multifuncional em Igarapé e Mateus leme-MG**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: a manutenção da concentração socioeconômica nas metrópoles da Região Sudeste do Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47 E, p. 1-16, 2011.

4. ARTIGO 1 - PRESSÕES E OPOSIÇÕES CONTRA PEQUENOS CRIADORES FAMILIARES DE GADO BOVINO LEITEIRO DA ZONA PERIURBANA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL (PARÁ, BRASIL – AMAZÔNIA ORIENTAL)

Pressões e oposições contra pequenos criadores familiares de gado bovino leiteiro da zona periurbana do Município de Castanhal (Pará, Brasil – Amazônia Oriental)¹

Resumo – Analisam-se, neste artigo, os conflitos envolvendo uma família de pequenos criadores de gado bovino, frente às oposições de concidadãos e às restrições impostas pelas autoridades locais, quanto ao pastejo de seu gado em vias públicas da zona periurbana de uma cidade amazônica de médio porte. O estudo de caso empregou observação participante, entrevistas e pesquisa documental. Embora seja ocupada uma posição subordinada pelos criadores na hierarquia de credibilidade das versões emitidas sobre o conflito, mantém-se uma conduta de resistência do grupo, pautada na necessidade de sustento, e também na tentativa de preservar um modo de vida estimado por seus membros.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Resistência social. Política de desenvolvimento. Pecuária familiar. Pecuária urbana.

Pressures and oppositions against traditional family breeders of dairy cattle in the peri-urban area of Castanhal City (Pará, Brazil – Eastern Amazonia)

Abstract – It is analyzed, in this paper, the conflicts involving a family of small dairy cattle breeders, faced with the opposition of society and restrictions imposed by the local authorities, against the livestock grazing on public lands in peri-urban zone of a medium-sized Amazonian city. The case study employed participant observation, interviews and document research. Despite the subordinate position occupied by the focused group in the credibility hierarchy of versions issued on the conflict, the group maintains a resistance conduct, based both in the need for sustenance, and in an attempt to preserve a way of life cherished by its members.

Keywords: Urban agriculture. Social resistance. Development policy. Rural activity. Family livestock. Urban ranching.

¹ Texto formatado conforme as diretrizes para submissão de trabalhos originais ao periódico Mundo Agrario (ISSN 1515-5994), para o qual o artigo foi enviado.

1. Introdução

A cidade, como forma de ordenamento espacial, advém do aprofundamento da divisão do trabalho entre as áreas rurais (de produção agrícola, pecuária e extrativista) e as áreas de comércio dos excedentes alimentares regionais (Huberman, 1981). Esta concepção de espaço, baseada nas atividades produtivas desenvolvidas pela população humana em determinado local e tempo, se distancia da hipótese da urbanização integral (Monte-Mór, 2006; 2003 apud Veiga, 2004), que, ao restringir a análise das relações sociais no espaço brasileiro contemporâneo a relações capitalistas (primordialmente urbanas), nega a existência de um contexto rural diferenciado. Por outro lado, não se integra com a dicotomia rural-urbano, que simplifica e polariza uma questão complexa. Compatibiliza-se, entretanto, com Wirth (1951 apud Veiga, 2004), que preceitua o uso de tipologias baseadas na gradação das formas de sociabilidade, em aspectos ecológicos, de organização social e de comportamento coletivo e personalidade. Além do menor grau de artificialização do ecossistema, Veiga (2004), na noção de rural que defende, aponta a realização de atividades produtivas humanas de caráter acessório à ação metabólica produtiva (principal) dos microrganismos, plantas cultivadas e animais de criação. Assim, nem mesmo o agronegócio poderia ser visto como indústria, nem como atividade urbana, podendo, no entanto, assumir uma condição híbrida (Latour [1994]).

A formação de espaços associados à noção de urbano, reconhecida a diversidade de formas que possa assumir, advém de uma especialização ou dissociação frente ao contínuo que o delimita, e fomenta a criação de atividades tipicamente urbanas, assim como de uma paisagem e de uma dinâmica própria. A existência de espaços cada vez mais especializados sugere o ritmo com que as mudanças ocorrem, através da expansão das cidades e de sua interação com áreas próximas, processo que pode, inclusive, engolfar áreas remanescentes de formações espaciais pretéritas, “engolindo-as” (Abdissa & Degefa, 2011). Paralelamente ao crescimento físico da área ocupada pelo espaço urbano, ocorre uma mudança qualitativa da cidade, que inclui a implantação de indústrias, a abertura e pavimentação de ruas, a criação de infraestrutura de telecomunicações, a ampliação dos serviços públicos e o saneamento básico (Maia, 2005; Satterthwaite, McGranaham & Tacoli, 2010).

A mudança da paisagem ocorre paralelamente à mudança dos valores sociais e da expectativa compartilhada pelos cidadãos. A mentalidade dominante que se forma influencia o posterior processo de institucionalização, em que, através da criação de

leis, a tendência da cidade em adquirir um aspecto urbanizado pode ser alçada ao status de norma. Portanto, considera-se a criação de leis como uma atividade que formaliza as expectativas dos membros da sociedade (ou pelo menos de seus setores representativos), transformando-as em direitos, deveres ou proibições. Aos grupos que divergem do ponto de vista predominantemente aceito, caberia passar por um processo de adequação (Berger & Luckman, 2004).

Em sociedades democráticas, a aceitação das normas decorre da percepção coletiva de sua legitimidade, observadas as condições de sufrágio universal e representatividade política, que antecedem o processo legislativo. A insatisfação popular, as tecnologias de informação, a atividade da imprensa e a regulação cruzada entre os três poderes democráticos são exemplos de fatores que promovem o ajustamento das normas, impedindo que elas sejam favoráveis apenas aos interesses particulares do legislador ou que sejam fiéis apenas à sua visão de mundo, como também que destoem da noção de justiça comumente aceita pela população (Rohling, 2009). Desse modo, as normas alçadas à categoria de leis gozam da aceitação de uma parcela quantitativamente representativa dos membros da sociedade. Aos demais, cabe lamentar, adaptar-se ou resistir.

A partir destas considerações, pretendeu-se estudar o caso das famílias criadoras de gado bovino da zona periurbana da cidade de Castanhal. Conforme relatado pelos interlocutores mais idosos deste estudo, várias famílias teriam saído da região nordeste do Brasil, fugindo da seca e da pobreza, em direção ao Município de Castanhal, localizado na região norte do país, nas décadas de 1960 e 1970, passando a realizar atividades de pecuária dentro da sede municipal. Por mais que restringissem o rebanho a áreas fechadas no período noturno, elas permitiam que as reses pastassem livremente nos logradouros públicos ao longo da manhã e da tarde. Durante vários anos após a chegada desses pequenos pecuaristas, sua atividade permaneceu sendo vista como algo pitoresco pelos moradores da cidade, a qual ainda guardava notável ligação com a esfera rural e seus costumes.

Embora eventualmente trouxesse transtornos para a circulação de pessoas ou veículos, a presença dos rebanhos era assimilada pela população de então, que, apesar do deboche, não costumava formalizar queixas sobre a atividade dos pecuaristas urbanos ante as autoridades locais. Com o passar do tempo, entretanto, paralelamente à diminuição das áreas verdes e das áreas de produção rural no centro da sede do município, também diminuiu a tolerância do povo com a opção

produtiva adotada pelos pecuaristas urbanos, que obrigava os demais cidadãos a dividir as ruas, avenidas e passagens com bois, cavalos e vacas.

Dentre os fatos que sustentaram a formulação das visões negativas em relação à atividade dos pequenos pecuaristas, destacam-se as fezes deixadas no rastro do rebanho e a apregoada possibilidade de ocorrerem acidentes em decorrência do acesso do gado às estradas. A presença daqueles animais não condizia com a nova paisagem, e tampouco com a ideia de cidade, agora elaborada a partir dos elementos informados pela mídia (noção de mundo moderno, encontrada tanto em telejornais quanto em obras de ficção) e pelos planejadores. O que era visto como pitoresco passou a ser considerado desagradável e inadequado.

Tomou corpo, em 2005, no Município de Castanhal, a relação antes citada, entre expectativas compartilhadas e institucionalização de leis. Embora aquelas famílias de pecuaristas fossem importantes para o abastecimento alimentar da cidade, sua atividade se tornou, pelas particularidades de sua execução, inconveniente, sendo alvo de determinação presente na Lei Orgânica Municipal, que proibiu o pastejo de gado na via pública do setor urbano de Castanhal e na zona periurbana próxima. O ideal de cidade como lugar sofisticado – portanto, restritivo à natureza supostamente selvagem (Gonçalves, 2006) – ficou acima da função da pecuária leiteira como fonte do sustento daquelas famílias, cabendo ao Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), criado em 2006, fiscalizar o cumprimento do citado dispositivo.

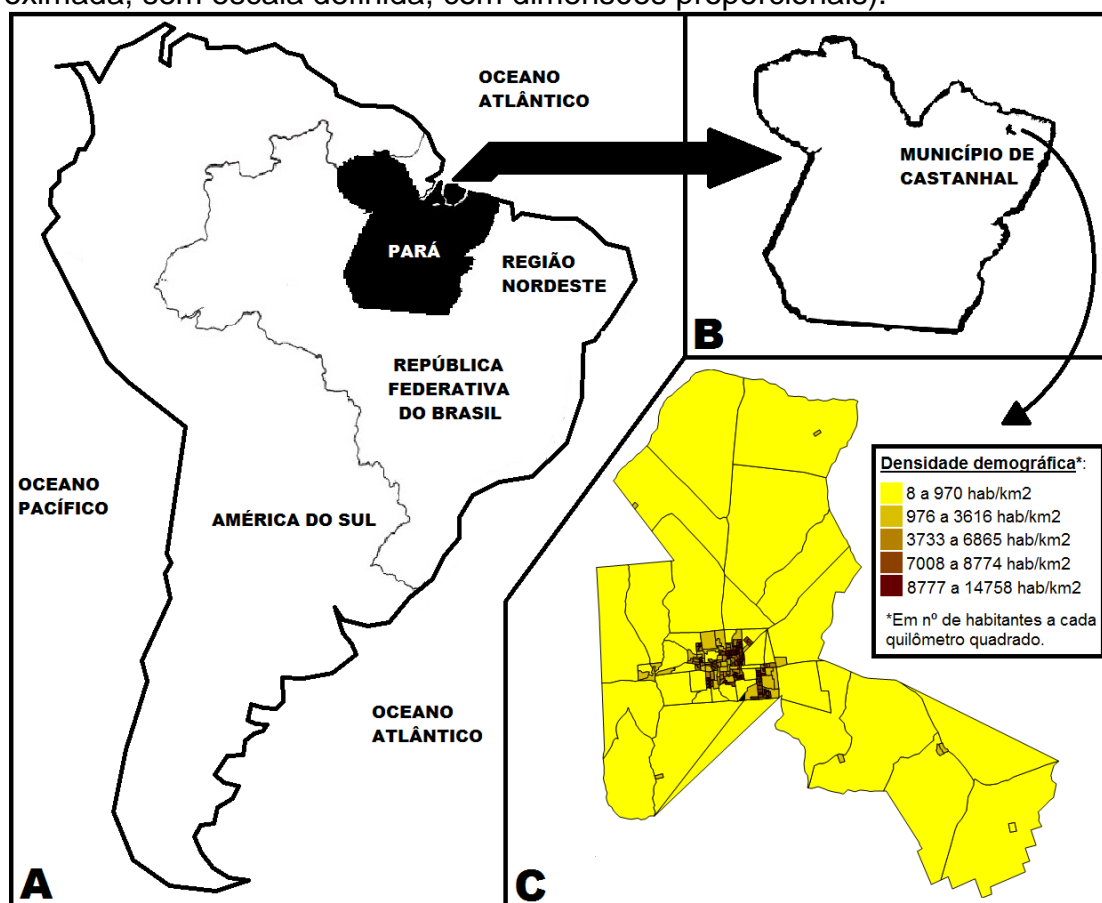
Através do dilema vivido pelas famílias de produtores urbanos, entre atender expectativas sociais (no caso, o cumprimento da lei) ou prosseguir com a realização de uma atividade que garantia seu sustento, buscou-se compreender como se desenrolou a trajetória de resistência dos interlocutores da pesquisa frente ao crescimento urbano na sede do Município de Castanhal, enfatizando-se os momentos de maior tensão entre os produtores leiteiros e a sociedade local.

2. Metodologia

2.1. Local e contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Município de Castanhal, no nordeste do Estado do Pará (Brasil) (Figura 1), que integra a Mesorregião da Região Metropolitana de Belém e dista 68 km do Município de Belém, capital estadual (IBGE, 2010). A altitude da localidade é de 41 metros, com clima Equatorial Am e fuso horário UTC-3 (CASTANHAL, 2013).

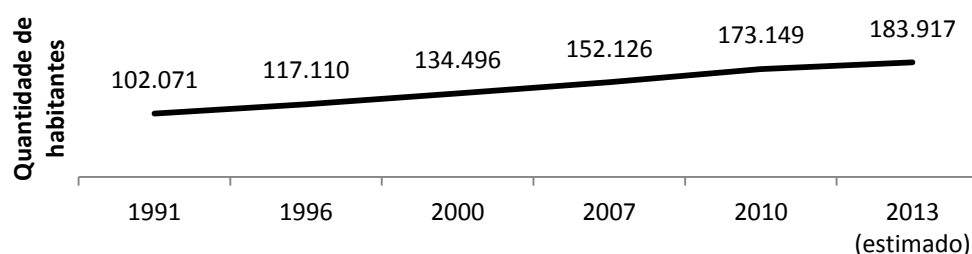
Figura 1 – Cartograma da localização do Brasil e do Estado do Pará no contexto da América do Sul (A), destacando a posição relativa do Município de Castanhal no estado (B) e o grau de ocupação humana no município (C), de acordo com os setores de análise do Censo Populacional de 2010 (IBGE, 2013). (Representação aproximada, sem escala definida, com dimensões proporcionais).



Fonte: dos autores (2014) e IBGE (2013).

A população do município, em 2010, era de 173.149 pessoas, em um gráfico com tendência crescente (Figura 2).

Figura 2 – Variação da população de Castanhal entre 1991 e 2013.



Fonte: adaptado de IBGE (2010; 2013).

Os domínios do município ocupam uma área de 1.029 km², resultando em uma densidade demográfica de 168 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010),

que não reflete com fidelidade a concentração populacional existente no quadrante central do Município (Figura 1-C). A distribuição dos habitantes entre as áreas urbanas e as áreas rurais do Município é apresentada na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Distribuição da população de Castanhal em 2010.

Zona	População absoluta	População relativa
Urbana – sede municipal	149.896	86,5%
Demais setores urbanos	3.482	2,1%
Rural	19.771	11,4%
TOTAL	173.149	100%

Fonte: IBGE, 2010.

Considerando toda a população existente em 2010, 81,5% dos habitantes se declararam como alfabetizados. No item migração, verificou-se que a maior parte da população, 91,7%, era composta por pessoas nascidas na Região Norte do Brasil; os nordestinos foram os migrantes mais numerosos vindos das outras regiões do país (6,4%); e 5,5% da população residente em Castanhal em 2010 era formada por imigrantes que tinham chegado ao Pará havia no mínimo 10 anos (IBGE, 2010).

O último Censo contabilizou 45.442 domicílios particulares permanentes, sendo 40.456 (88,5%) urbanos e 4.986 (11,5%) rurais (IBGE, 2010). A renda entre os domicílios situados nas zonas urbana e rural também variou (Tabela 2).

Tabela 2 – Diferença de renda entre domicílios urbanos e rurais.

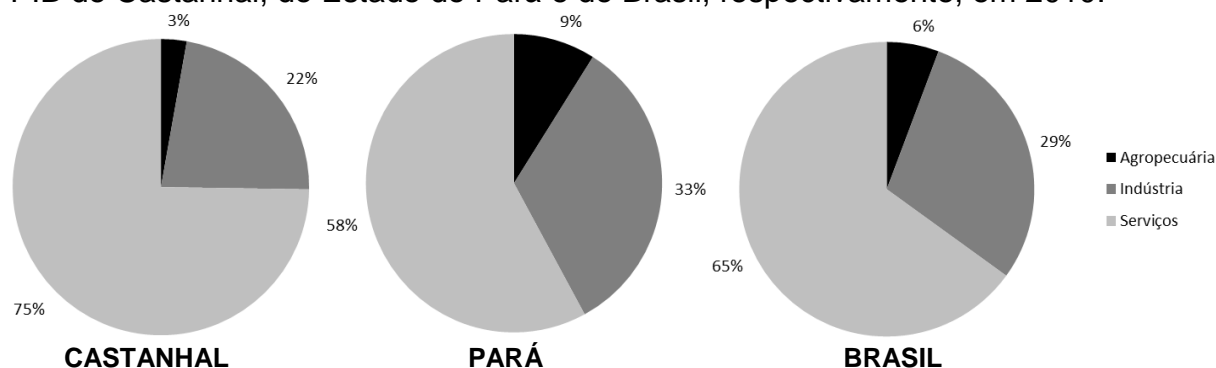
Zona	Renda média	Renda mediana	Renda per capita
Urbana	R\$ 1.884,7	R\$ 1.090	R\$ 325,5
Rural	R\$ 1.002,9	R\$ 660	R\$ 200

Fonte: IBGE, 2010.

A economia do Município de Castanhal é baseada principalmente no setor de serviços, com uma participação, em termos relativos, menor dos setores agropecuário e industrial para a composição do Produto Interno Bruto (PIB), quando em comparação com a formação do PIB estadual e nacional (Figuras 3, 4 e 5). Dentre os gêneros agropecuários produzidos, há hortaliças, fruteiras, além de outras culturas perenes, roças, com destaque para o plantio de mandioca, e leite bovino (este, em quantidade menor que a demanda dos laticínios locais) (Veiga, Freitas & Pocard-Chapuis, 2006; Alves, Modesto Júnior, Cardoso & Nascimento, 2011). Quanto aos serviços, constituem-se principalmente de atividades de comércio (com 959 estabelecimentos em situação legal, registrados na Secretaria de Finanças) e

atendimento do público nas áreas de alojamento (hotéis e similares) e alimentação (restaurantes e similares) (458 estabelecimentos em situação legal) (Miranda, 2012).

Figuras 3, 4 e 5 – Participação dos diferentes setores de atividades na formação do PIB de Castanhal, do Estado do Pará e do Brasil, respectivamente, em 2010.



Fonte: IBGE (2010).

No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado em 2010, Castanhal obteve a marca de 0,673, com Índice de Gini (medida utilizada para calcular a desigualdade da distribuição de renda) de 0,550 (PORTAL ODM, 2010).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, havia, naquele ano, mais de quatro mil habitantes ocupados em estabelecimentos agropecuários (Tabela 3).

Tabela 3 – Caracterização dos trabalhadores ocupados em atividades agropecuárias em Castanhal no ano de 2006.

Gênero	Geral	Com 14 anos ou mais	Com menos de 14 anos
Homens	3.222	3.135	87
Mulheres	1.171	1.109	62
TOTAL	4.393	4.244	149

Fonte: IBGE (2006).

Embora, como já mencionado, a população residente em áreas rurais contabilize 19.771 habitantes, menos de cinco mil trabalhadores se ocupam em atividades agropecuárias. Dentre as explicações possíveis para essa discrepância, estão o assalariamento urbano (estimulado pelo desenvolvimento de infraestrutura e linhas de transporte), o deslocamento de jovens para os *campi* universitários da sede municipal (como os da Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade do Estado do Pará – UEPA e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, citando apenas as instituições públicas), a ocupação local de cargos públicos e de postos de trabalho no comércio das agrovilas, a obtenção de aposentadoria rural (com conseqüente interrupção das atividades agropecuárias) e a

falta de vinculação de atividades correlatas à agropecuária (serrarias, frigoríficos, contabilistas de propriedades rurais) na estatística oficial.

Além da quantidade de trabalhadores, o Censo Agropecuário de 2006 também trouxe dados referentes à presença de bovinos e da produção leiteira no Município de Castanhal. Eram 185 os estabelecimentos agropecuários onde havia bovinos na época, contabilizando-se 17.234 cabeças (93 por estabelecimento, em média aproximada), e apenas 41 estabelecimentos onde havia produção de leite (a partir da ordenha de 918 vacas; em média, 23 por estabelecimento produtor). Através dessa atividade, em 2006, produziram-se 970 mil litros de leite nos referidos estabelecimentos, gerando uma receita global de 524 mil reais (IBGE, 2006).

Os dados oficiais não permitem, entretanto, especificar a participação dos criadores urbanos na produtividade agropecuária do Município. Acredita-se que tenham uma participação residual, devido à condição de ilegalidade com que são identificados seus praticantes e à percepção do cotidiano de não ser, esta forma, a tônica da produção agropecuária local. Apesar disso, citamos Maia (2010), que, trabalhando os espaços rurais localizados nas franjas do Município de João Pessoa (Região Nordeste do Brasil), refletiu sobre a dificuldade em aplicar as definições de cidade e de campo a determinados espaços, destacando a escassez de bibliografia específica acerca do tema, assim como a ausência ou grande confusão dos dados e dos registros oficiais, que não permitem detectar com clareza a presença dessas atividades, sua dimensão e seus padrões de distribuição espacial. Na visão dela:

Tal fato aparece facilmente nos registros do IBGE e das instituições governamentais locais, ao tratar os índices de urbanização, de população urbana e de área urbana, quando muitas vezes desprezam aqueles subespaços rurais ou mesmo as áreas rurais oficialmente delimitadas. Portanto, o pesquisador há de construir os dados para então poder afirmar que está tratando de uma realidade, de um espaço concreto. (...) O que vem se constatando é um certo desprezo ou não interesse por registrar e oficializar as pequenas unidades que desenvolvem atividades agropecuárias no perímetro urbano (Maia, 2010: 39).

2.2. Interlocutores da pesquisa

Foram interlocutores da pesquisa os membros de uma família de pequenos pecuaristas do Município de Castanhal. Na classificação de Wolf (1976), trata-se de uma família extensa, formada por cinco núcleos familiares menores, organizados em torno do núcleo do patriarca e de sua esposa. São oriundos do Estado do Ceará e

mantêm, como em sua terra de origem, a criação de gado leiteiro como principal atividade produtiva na maioria das unidades domésticas. Os contatos do pesquisador ocorreram, mais frequentemente, com o casal formado pelo patriarca e sua esposa, com quatro filhos homens, quatro filhas, dois genros e uma nora, todos com idade superior a 18 anos. Dessas pessoas, apenas cinco ainda trabalham diretamente com o gado; apesar disso, 12 delas têm, em meio ao rebanho da família, cabeças de gado de sua posse, recebidas como presente em algum momento de sua vida, geralmente o nascimento, constituindo-se como dote.

2.3. Método e técnicas de coleta de dados

O método de pesquisa empregado foi o estudo de caso, juntamente com as técnicas de observação participante, entrevistas com roteiros semiestruturados, pesquisa documental, iconográfica, registros fotográficos e visitas guiadas (Mann, 1973; Barros & Lehfeld, 2000; Moreira, 2002). As interlocuções entremearam diálogos com interlocutores individuais e interação com grupos de interlocutores, como uma tentativa de compreender de modo integrado as experiências vividas ao longo da trajetória deles, identificando os elementos compartilhados da visão formulada acerca de sua história (Mann, 1973; Barros & Lehfeld, 2000).

A realização das entrevistas – no total de 13 (conforme subitem anterior) – ocorreu de modo individual, para impedir que as respostas dos entrevistados fossem influenciadas pela presença de outras pessoas, em momentos combinados previamente com os membros da família (geralmente no início da tarde com os homens – pouco antes de eles partirem para pastorear o gado às 15h – e no final da tarde com as mulheres), em uma área pouco movimentada do pátio do domicílio do patriarca e de sua esposa. Os roteiros prévios se constituíram de perguntas definidas, abertas, admitindo respostas livres, e versaram sobre os seguintes temas: (1) processo de constituição familiar e do espaço produtivo; (2) relações pessoais intrafamiliares e extrafamiliares ao longo do tempo; (3) ocupações produtivas dos membros do grupo ao longo do tempo; (4) significado da atividade de criação de gado; e (5) percepção das reações de outras pessoas e de instituições à pecuária urbana/periurbana ao longo do tempo.

Em relação às visitas guiadas, ocorreram em espaços de convivência, trabalho e memória do grupo estudado (Moreira, 2002). Ocorreram nos arredores das residências de cada subnúcleo familiar, pela sua vizinhança, nas áreas que já

tinham sido usadas como pasto e nas atuais áreas de pastejo. Nas visitas a cada um dos lugares por onde moraram ou aonde costumavam levar o gado para pastar, buscou-se sondar a existência das tensões nas sucessivas temporalidades, o que permitiu formar noções sobre a representatividade dos diferentes eventos da trajetória da família de pequenos pecuaristas urbanos e sobre as ações e intensidade da resistência encenada em resposta.

Compreende-se, a partir de Lins de Barros (2011) e Barbosa (2012), que a tarefa de recolher significados a partir dos elementos compartilhados nas diversas narrativas emitidas pelos sujeitos implica, muito mais que a reconstrução de uma história objetiva, o registro do impacto de fatos históricos, em determinado contexto político e social, sobre o modo de vida de um grupo familiar e sobre a estrutura emocional e de identidade que o sustenta. Salienta-se, ademais, que não foi objetivo da pesquisa rastrear o processo histórico de crescimento e urbanização do Município de Castanhal em si, mas sim resgatar o conjunto específico de acontecimentos que tiveram impacto sobre a trajetória, as estratégias de resistência e os temas a partir dos quais os pecuaristas urbanos formulam suas narrativas.

2.4. Fases da pesquisa

A pesquisa foi precedida por um período de contato prévio com os interlocutores do estudo, que serviu para estabelecer os canais de comunicação e laços de confiança, os quais possibilitaram a coleta dos dados ora apresentados. Essa experiência de aproximação durou seis anos e se caracterizou pela atuação do primeiro autor deste artigo como coordenador do CCZ de Castanhal, em uma relação geralmente conflituosa com a família de produtores que ora se analisa.

A coleta de dados específicos para realizar a presente pesquisa se estendeu entre maio e agosto de 2013, com a aplicação das técnicas já citadas. Nesta etapa, buscou-se que os interlocutores conseguissem dissociar a imagem da equipe de pesquisa daquela imagem pré-existente da autoridade municipal, ambas representadas, em diferentes momentos do longo relacionamento, pela mesma pessoa. Como se pretende discutir adiante, a percepção dessa contradição não foi disfarçada, nem despercebida pelos interlocutores, que a verbalizaram, nos termos do tema que historicamente vinha regando seus encontros: o medo da família de ser definitivamente proibida de prover seu sustento ao modo como sabiam e como vinham praticando há pelo menos três décadas.

A despeito de demonstrarem estar conscientes da situação contraditória em que estavam se envolvendo, e a despeito das perceptíveis restrições de alguns membros da família em colaborar com a coleta de dados, conseguiu-se, ao final da fase de pesquisa de campo, reunir relatos capazes de subsidiar a formulação de uma versão histórica acerca das experiências vividas pelo grupo focado, notando-se, inclusive, as expressões de subjetividade, como incertezas, expectativas, omissões e intensificações de lembranças, mágoas e desconfiança.

O tratamento das narrativas obtidas foi feito pela identificação, mensuração da frequência e interpretação do sentido de elementos significativos nas falas (Silva, Gobbi & Simão, 2005; Lins de Barros, 2011). Estas marcas significativas foram elementos que se repetiram nas falas de alguns ou vários informantes, informações enfáticas, enunciação de fatos classificados, pelos próprios informantes, como verdadeiros e marcantes. Sempre que possível, foram também consultadas outras fontes, como jornais, anotações pessoais, reportagens televisivas, fotografias pessoais, livros, legislação e trabalhos científicos e acadêmicos. Também foram consultados os registros de ocorrências existentes no CCZ, acerca de apreensões de gado pertencente à família de pecuaristas em foco e de termos de compromisso assinados entre as duas partes. Com base nas referidas fontes, foi possível confrontar os elementos contraditórios e elaborar a presente síntese.

3. Resultados e discussão

3.1. A chegada dos migrantes nordestinos a Castanhal

A criação de gado bovino no Ceará (Região Nordeste do Brasil), na década de 1970, era uma atividade marcada por dificuldades. Por um lado, a seca impedia que o rebanho tivesse acesso à água; por outro, ela interferia na composição da vegetação, privilegiando o crescimento de plantas tolerantes ao calor, mas de pouca importância para o forrageio. A indisponibilidade de alimentação adequada para os animais obrigava a que se comprasse ração, alternativa dispendiosa e incompatível com a condição econômica vivenciada, naquele contexto, pela família de criadores ora estudada. Desde então, o gado já era mantido em espaço livre e pastejava em terras que não eram da posse da referida família, constituindo uma prática comum no semiárido nordestino, o fundo de pasto, uma forma de gestão da terra e de outros recursos naturais, caracterizada pela articulação entre terrenos familiares e áreas de uso comum, onde a criação dos rebanhos não é confinada por cercas e sua

alimentação tem como base a vegetação nativa, configurando-se como opção que viabiliza a produção em áreas com restrição alimentar para o gado (Alcântara & Germani, 2009; Borges, 2013). À época, o grupo era formado por marido, esposa e cinco crianças (a mais velha possuía apenas cinco anos de idade).

Duvidando da melhora da situação, o casal decidiu vender o gado que possuía, e o chefe da família viajou, sozinho, para o Estado do Pará (Região Norte do Brasil). Longe de seus familiares, o patriarca trabalhou para alguns grandes fazendeiros no Município de Castanhal, preparando a terra para o cultivo de produtos alimentícios. Após um ano, o empregado se sentiu insatisfeito por trabalhar na terra de outra pessoa, ganhando pouco dinheiro, e estranhava o clima do estado, marcado pelo excesso de chuvas, diferente de sua terra natal. Nas palavras dele:

“A vida lá [no estado do Ceará] era muito difícil, a boiada [era] magra, doente, não aguentava aquela seca. Já aqui, era aquela chuva todo dia. (...) Aqui, o gado era forte, sadio, e não faltava pasto.” (Entrevista com o patriarca, realizada em 19/05/2013).

Em comum acordo com o marido, a esposa vendeu a casa no Ceará e viajou, com os cinco filhos, para o Pará. Embora o marido não estivesse satisfeito com as condições de vida e trabalho que tinha conseguido no novo estado, ele acreditava que poderia superar as dificuldades, pois o clima no norte do país diferia bastante da seca vivenciada no nordeste. Gradualmente, trabalhando ora como assalariado ora como diarista, foi possível juntar dinheiro para comprar bois e vacas:

“Foi só eu juntar um dinheirinho, que chamei a mulher pra cá, e comecei a comprar umas cabeças, pra trabalhar por conta própria.” (Entrevista com o patriarca, realizada em 19/05/2013).

Como as crianças ainda eram pequenas, coube à esposa ajudar o marido a cuidar do gado e retirar leite das vacas. Devido a essa ajuda, a mulher se acidentou várias vezes, uma vez, caindo da carroça, outra, sendo imprensada pelas vacas, o que causou, inclusive, a perda de alguns filhos, em gravidezes interrompidas.

Segundo Chayanov (1981), a produção familiar nos sistemas camponeses (categorizados como não-capitalistas) depende do tamanho e da composição do grupo familiar, considerando a quantidade de membros capazes de trabalhar e a efetiva colaboração que cada um consegue dar, de acordo com sua idade e

experiência. A produção advém da auto-exploração do trabalho familiar, cuja medida é determinada pelo equilíbrio entre a satisfação das necessidades do grupo e a fadiga relacionada à execução de cada serviço. Assim, retomando a noção de ciclo de desenvolvimento da família camponesa (Chayanov, 1966), é possível caracterizar a família em estudo, na fase ora descrita, como um grupo com poucos anos de formação e uma crescente taxa C/W (razão entre consumidores e produtores).

Devido ao aumento do número de consumidores, que são os filhos pequenos, inaptos a colaborar com os afazeres dos pais, é necessário aumentar os produtos advindos da auto-exploração dos membros aptos ao trabalho, gerando uma condição de penosidade do trabalho agrícola, que também recai sobre a mulher (como explicitado em Arnauld de Sartre et al. [2013]), obrigada a se envolver mesmo nas tarefas mais árduas, pelo menos até o 15º ano do ciclo de desenvolvimento idealizado de Chayanov (1966), quando ocorre o declínio da taxa C/W, em decorrência do envolvimento dos filhos com as atividades produtivas familiares e o ganho de experiência e maior aptidão para realizar as tarefas a eles confiadas.

3.2. Os filhos dos criadores urbanos de gado

Conforme iam completando os oito ou nove anos, os filhos do sexo masculino passavam a acompanhar o pai nas atividades com o gado. A crescente participação dos filhos no trabalho de reparar o rebanho e tirar o leite das vacas possibilitou que a esposa e mãe se dedicasse às atividades da casa, o que incluiu o interesse pela pequena criação de aves (galináceos e patos), ovinos e caprinos; segundo relato da mulher, estas criações já foram importantes na geração de renda em momentos em que o gado, sozinho, não pôde suprir as necessidades da família:

“Eles [o marido e os filhos] dizem que não tem importância, né? Mas já teve ocasiões em que foram as galinhas e os porcos que seguraram as pontas por aqui.” (Entrevista com a esposa do patriarca, realizada em 18/05/2013).

Na visão dos homens – marido e filhos adultos da interlocutora referida –, a essas atividades acessórias não se atribui grande importância:

“Não, [essa atividade] quase não ajuda em nada, não. É um serviço que a mulher que cuida. O serviço principal é mesmo tirar leite.” (Entrevista com o patriarca, realizada em 19/05/2013).

A demarcação de papéis masculinos e femininos se pode fazer notar pela ausência de envolvimento das filhas nas tarefas que envolviam o gado. A participação delas se limitava a entregar as marmitas com o almoço dos homens da casa, seu pai e irmãos. As mulheres, em casa, também cuidavam das roupas sujas do pai e dos irmãos, com a ajuda e sob a supervisão da mãe. Tal registro encontra apoio no texto de Witkoski (2007), que anotou: “Com o chefe da família, fica a responsabilidade da socialização, destinada ao mundo do trabalho, dos meninos” (p. 170). Devido a essa compreensão, a participação das mulheres no trabalho desenvolvido no âmbito da família camponesa é classificada como ajuda, até nos momentos em que é estritamente o mesmo daquele realizado pelos homens.

Além da elaboração desses papéis sociais no interior da estrutura familiar, na esfera extrafamiliar, os filhos do casal (inclusive as meninas) recebiam qualificações específicas, por fazerem parte daquele grupo. Na escola, sofriam assédio dos colegas de classe, sendo vítimas de apelidos maldosos, como “peida leite”, cuja formulação remetia ao trabalho do pai e dos meninos. Mas qual teria sido o fato que originalmente levou aquelas crianças a se tornarem alvos preferenciais das situações de constrangimento promovidas pelos colegas?

É evidente que, em decorrência da precária condição econômica da família naquele estágio, o dinheiro obtido pelo patriarca seria suficiente apenas para comprar um terreno de pequenas dimensões, capaz de alojar o gado durante a noite, mas não de fornecer uma área de pastejo compatível com a quantidade de animais. Conseqüentemente, era deixado que as reses, assim como ocorria no Ceará, permanecessem perambulando pelas redondezas, ao longo das ruas do bairro onde a família morava, em busca de plantas para consumir. Em decorrência disto, os membros da família, em especial aqueles vistos na companhia do gado, ficavam em evidência, sendo prontamente associados à atividade e suas peculiaridades.

Os habitantes da cidade, e até as pessoas em trânsito, sabiam da existência de várias famílias² que permitiam o livre pastejo de seu gado pelas ruas do Município de Castanhal. Apesar de expressarem descontentamento com a presença de gado bovino nas ruas da cidade, os moradores continuavam comprando o leite dos criadores urbanos. Talvez a presença de bois e vacas, perambulando pela cidade, fosse considerada menos incômoda no contexto pacato e interiorano em que Castanhal se constituía assim que os migrantes se assentaram. Com o passar dos anos, porém, mais ruas foram asfaltadas, o número de carros aumentou, terrenos

tomados por vegetação foram limpos e loteados, cedendo espaço para empreendimentos imobiliários ou permanecendo vazios, à espera de compradores. Desse modo, cresceu o descontentamento de vizinhos e de outros moradores do município, com aquela estranha situação de, em plena cidade, existirem bovinos pastejando pelas ruas. Tal descontentamento se materializava, como referenciado pelo patriarca e por seus filhos mais velhos, na forma de críticas e reclamações dirigidas por algumas pessoas com quem cruzavam, enquanto pastoreavam ou guiavam o gado ao longo de espaços supostamente impróprios para tal:

“Acho que tinha gente que não gostava quando nós passávamos, que achava ruim. Mas o que a gente podia fazer? Era o nosso serviço.” (Entrevista com o segundo filho mais velho do patriarca, realizada em 18/05/2013).

Os ataques sofridos pelos filhos do casal na escola, portanto, nada mais seriam que a extensão de uma reprovção iniciada fora da escola, nascida dos dissabores da crescentemente difícil convivência entre o gado dos criadores e os demais cidadãos urbanos. Tal tratamento pejorativo fez com que a experiência escolar não fosse agradável para as crianças, do mesmo modo como não foi agradável, para seus pais, o convívio frequentemente conflituoso com os vizinhos.

3.3. Falta espaço na cidade grande

Principalmente nas décadas de 1980 e 1990, ampliaram-se os limites do espaço ao qual a coletividade atribuía o nome de cidade. Áreas periféricas, antes tomadas por formações vegetais com pequena interferência humana ou por fazendas, passaram, através de um processo gradual, a ser ocupadas por habitações, geralmente de modo desordenado, ou sob a forma de loteamentos com precárias condições de saneamento. O aumento do número de casas refletiu o crescimento populacional do município nos últimos 30 anos e esteve ligado à ampliação do tamanho do espaço ocupado, compreendido como espaço urbano. Assim, a probabilidade de que os criadores urbanos de gado continuassem contando com a relativa condescendência da população era cada vez menor.

Insatisfeita, a população do município passou a pressionar o prefeito, para que tomasse providências e impedisse a presença de gado nas ruas da cidade. Frente às frequentes denúncias no Legislativo, ao assédio do Executivo (na figura do então prefeito) e ao envolvimento do Poder Judiciário na questão, em meados da década

de 1990, a família de criadores decidiu se mudar, indo habitar uma casa em um bairro distante do centro, onde supunham se livrar dos problemas relacionados às reclamações levantadas até então. O contínuo crescimento municipal, porém, impediu que os conflitos cessassem. Como a polêmica atividade de criação de gado bovino com pastejo livre pelas ruas se manteve como a opção principal para obtenção do sustento familiar dos membros daquele grupo, e eles se estabeleceram exatamente em uma área periférica em franco processo de ocupação, rapidamente iniciaram-se as reclamações dos moradores do novo bairro, contra a presença dos animais soltos, sujando as ruas e dificultando a passagem de carros e de pedestres:

“É muita confusão. A gente, às vezes, não fala, porque é vizinho, e, para não dar uma briga maior, a gente não fala nada, mas é uma situação muito triste, a nossa, de ter que conviver com um pessoal desse jeito.” (Entrevista com a esposa do patriarca, realizada em 18/05/2013).

“Eles diziam que podia causar algum acidente, e é verdade, até por que está na lei, né? A lei está aí pra colocar ordem nas coisas.” (Entrevista com o filho mais velho do patriarca, realizada em 25/05/2013).

A mudança de bairro coincidiu com a época em que vários dos filhos e filhas do casal já tinham se casado, levando ao estabelecimento de uma rede de subnúcleos familiares, aos moldes de uma família extensa (Wolf, 1966). Embora o matrimônio geralmente tenha levado à saída da casa dos pais, ele em geral não significou a renúncia à atividade de criação bovina.

3.4. A nova lei e o clímax do conflito entre criadores e autoridades municipais

Afora os conflitos já pontuados, é possível destacar, como estopim para o desgosto dos criadores com a criação de gado bovino nas ruas de Castanhal, a criação do CCZ do município. Entre os anos de 2004 e 2007, ocorreu a criação do CCZ, sua plena entrada em funcionamento e seu estabelecimento como instituição responsável por coibir a presença de gado bovino (dentre outros, como os equinos) solto pelas ruas da cidade (como previsto na Lei Orgânica Municipal n. 052/2005). Quando encontrado perambulando pelas ruas, sem nenhum vaqueiro a tomar conta, nem instrumentos de contenção (como cordas ou correntes), o gado era capturado pelos agentes públicos do CCZ (Figura 6).

Figura 6 – Recorte de jornal demarcando a ação do CCZ na repressão à presença de animais no setor urbano do Município de Castanhal.



Fonte: Jornal Independente, n. 808, de 21.05.2005 (sábado), p. 7.

As seguidas capturas de reses da família de criadores geraram situações de atrito entre as partes, caracterizadas por discussões e tentativas de recuperar o gado apreendido sem o pagamento do valor de resgate. Em determinados momentos, os criadores lançavam argumentos que chegavam a alcançar forte apelo emocional:

“Mas doutor, esse é o único trabalho que a gente sabe fazer. Se vocês proibirem a gente de tirar o leite, o que a gente vai fazer na vida?” (Fala espontânea do filho mais velho do patriarca, registrada na memória do autor principal deste artigo, de fato ocorrido em 2007).

Demorou a surgir entendimento entre os criadores e o órgão municipal. No início, a coordenação do CCZ tinha, aos criadores, como infratores da ordem pública. A partir desta ótica, praticavam atos punitivos contra os trabalhadores, a fim de deixar claras

as normas que, em tese, garantiriam condições adequadas de vida no município. O impacto gerado sobre a realidade social e econômica da família de criadores, em decorrência do pagamento de multas e de resgates de rebanhos retidos, entretanto, não fez cessar a realização da criação de gado nos moldes habituais. A alimentação do gado com a vegetação espontânea das ruas urbanas e a proximidade ao mercado consumidor, afinal, eram as exatas condições que configuravam vantagens para o sucesso do empreendimento familiar, o qual garantia a formação de renda suficiente para seu sustento e reprodução.

Apenas quando a coordenação do CCZ passou a ser capaz de enxergar os criadores urbanos de gado com empatia, foi possível que se iniciasse um verdadeiro processo de diálogo, em que não mais ocorria uma sucessão de falas dos tipos ameaça/desafio, ordem/negação ou imposição/súplica, passando, a relação, a se configurar como interlocução construtiva, direcionada por um objetivo comum a ambas as partes. Nesse âmbito, também coube à referida coordenação influenciar a equipe de técnicos do CCZ, levando-os a compreender de um novo modo a relação entre o órgão municipal e a família de produtores. Se, no início, os técnicos assumiam o discurso oficial (de remoção do gado das ruas) como se fosse sua própria postura pessoal, referindo-se aos pecuaristas com reprovação, com o decorrer do caso, passaram a conceber a possibilidade alternativa de intervenção.

Enxergar os pecuaristas urbanos significou entender que, apelando ao conceito de dignidade, eles almejavam receber tratamento condizente com aquele que o senso moral informava ser merecido por qualquer ser humano. O fato de persistirem realizando uma atividade malvista, sendo, inclusive, considerada ilegal, devido ao modo como determinadas tarefas a ela relativas eram (e ainda o são) executadas, não significava que os referidos criadores de gado não possuíssem capacidade intelectual de entender a situação em que estavam envolvidos, nem representava má fé ou desvio de caráter. Se esses trabalhadores incorriam em infração e perturbavam o bem-estar dos demais cidadãos, expondo-os ao risco de acidentes e contratemplos, não o faziam com este objetivo, visto almejarem, com seu trabalho, apenas obter o dinheiro para continuar sustentando suas famílias. Ao suplicarem por misericórdia, discutirem agressivamente, usarem palavras de baixo calão ou tentarem recuperar seu gado de modo irregular, praticavam a resistência contra imposições que colocam em risco seu modo de vida, seu modo de ser, de trabalhar e de se relacionar entre si, como família, através da elaboração de códigos e noções

acerca do próprio (consanguíneo ou não) e do alheio (estrangeiro, não familiar). Inversamente, foi fundamental que os membros da família de criadores superassem, mesmo que parcialmente, a imagem negativa que tinham das autoridades do governo. Devido ao histórico de pobreza, desassistência e coerção vivido por eles, havia grande propensão a que tratassem os agentes públicos como inimigos, como poderosos impositores de decisões cruéis – o que de fato eram. Quando puderam perceber que interessava à coordenação do CCZ saber de sua história de vida, notaram que, através daquela relação, poderia ser desenvolvido um consenso e uma solução para o impasse. A partir desse ponto, os criadores começaram a desfazer a caricatura que tinham desenhado, em suas mentes, daqueles sujeitos. Na nova configuração, a coordenação do CCZ partiria da premissa de que os criadores estavam dispostos a fazer as alterações em seu sistema de produção, para adequar suas atividades à lei municipal; os criadores, por sua vez, partiriam da premissa de que poderiam confiar na sinceridade das atitudes dos servidores do CCZ, quando eles se dispuseram a conversar para pensar em maneiras de resolver as situações pendentes, até então causadoras de impasses entre ambos.

3.5. Tentativas de articulação

No começo do ano de 2008, a família de criadores urbanos passou a ensaiar a compra de um terreno medindo 200 tarefas (600.000 m²). Simultaneamente, o coordenador do CCZ visitou a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), para organizar uma ação conjunta de cooperação técnica com fins sociais, voltada para a concessão temporária de um trator para a prestação de serviços agrários (plantação de capim/forragens) na terra de posse da família, para torná-la apta a receber as reses. Caso a combinação tivesse se concretizado, teria resolvido o problema de ordem pública com o qual os sujeitos estavam envolvidos. Por fim, o parecer social emitido pela SEMAS foi favorável à concessão temporária do bem público, entretanto, devido ser ano de eleições municipais, a decisão não surtiu efeito, pois a ação, por possuir caráter ambíguo, de favorecer não somente o interesse público, mas também o interesse de particulares, talvez estimulasse a produção de denúncias contra a administração pública municipal, prejudicando a tentativa de reeleição de seu titular para um novo mandato.

No início de 2009, após as eleições municipais, buscou-se rearticular o movimento de apoio à família de criadores, como pode ser verificado através dos três termos de

compromisso assinados entre o CCZ (compromissário) e os criadores urbanos de gado (compromitentes), nos meses de fevereiro e março de 2009 (Tabela 4).

Tabela 4 – Sinopse dos termos de compromisso assinados entre CCZ e criadores urbanos de gado em Castanhal, durante os meses de fevereiro e março de 2009.

Compromisso	Data	Animais
Retirar gado da área urbana da cidade (90 dias)	20/02/2009	41 bovinos
Retirar gado da área urbana da cidade (90 dias)	20/02/2009	125 bovinos; 2 equinos
Retirar gado da área urbana da cidade (90 dias)	06/03/2009	22 bovinos; 9 bezerros; 1 muar

Fonte: Centro de Controle de Zoonoses de Castanhal, 2013.

Complementarmente, foi entregue um termo de prestação de informações, em 03/03/2009, no qual a matriarca da família declarou ser proprietária de uma área classificada como rural (de 300m x 1000m, comprada por R\$ 20 mil, conforme documento anexo de compra e venda de imóvel, datado de 05/03/2009), denominada de São Benedito da Praia, cadastrada no INCRA, que precisava de preparo e adequação para receber os 236 bovinos então alojados em estabelecimento da área urbana; a condição financeira dos compromitentes, entretanto, não lhes permitia adquirir equipamentos de preparo, roçagem e aração da terra. O CCZ, como compromissário, assumiu disponibilizar um trator para roçar e arar a área, um tratorista, e acompanhamento técnico, por meio de parceria com a Secretaria de Agricultura e Pecuária de Castanhal, que providenciaria orientação de engenheiro agrônomo e médico veterinário durante o preparo do terreno.

Os compromitentes deveriam prover proteção ao trator disponibilizado e custear seu combustível, assim como eventuais reparos a esse maquinário (planejaram vender algumas cabeças de gado para esses fins, ilustrando o papel do rebanho como estoque de capital [Ferreira-Darnet, 2003]), além de fornecer apoio logístico, alimentação e alojamento ao tratorista. Foram compromitentes do termo não só o casal de pais, como também seus filhos homens ligados à atividade de criação de gado, as filhas mulheres e um dos genros. Apesar da disposição criada entre as partes para resolver de modo pacífico e dialogado o impasse, o consenso a que se chegou não foi levado a termo, pois a mudança nos quadros da administração municipal no início do ano de 2009, apesar da permanência do prefeito anterior e do mesmo nome à frente do CCZ, impossibilitou a retomada da articulação institucional entre o referido órgão e a Secretaria de Agricultura e Pecuária de Castanhal.

A situação que se seguiu foi marcada pela assinatura de duas declarações de

descumprimento de termo, respectivamente em 23/07/2009 e 1º/06/2010, devido à incapacidade dos criadores de manter seus rebanhos fora do espaço público. Apesar de também não ter cumprido sua parte no acordo, a administração pública municipal não precisou declarar que descumpriu nenhum termo, caracterizando o desequilíbrio existente entre as diferentes partes envolvidas na questão.

O fracasso na cooperação entre a administração municipal e a família de criadores levou à continuidade dos antigos problemas e da insatisfação de uma parcela da população. A cada novo contato entre o CCZ e os criadores, ocorria captura de animais, eram estendidos prazos adicionais para remoção do rebanho da área urbana do município e, em alguns casos, os criadores ficavam isentos de pagar as taxas de resgate de animais apreendidos. Apesar de os documentos oficiais preverem que, no caso de descumprimento dos termos de compromisso, os animais capturados ficariam sob a tutela do CCZ, podendo ser destinados para abate, leilão ou doação, a cessão dos prazos adicionais era como um *mea culpa*, pela incapacidade do poder público, de promover a articulação entre seus órgãos.

Embora os termos de compromisso e suas respectivas declarações de descumprimento indicassem um terreno onde o rebanho, desde que acompanhado por vaqueiro, poderia ficar enquanto vigesse seu prazo, não se obteve o resultado almejado, e, passados os prazos, o gado continuava a ser solto pelas ruas, para alimentar-se da vegetação disponível. A dificuldade em se adaptar às imposições sociais da cidade – materializadas na ação das autoridades locais – fez com que os membros de alguns núcleos da grande família de criadores vislumbassem possibilidades alternativas. Foi quando ocorreu a venda do rebanho – no todo ou em parte – de dois criadores, para empregarem-se em atividades que não requeriam qualificação formal no centro da cidade, e a realocação do rebanho de dois outros criadores, em lotes agrícolas localizados em assentamentos do município.

3.6. Indefinições e renúncias

No momento da pesquisa (2013), contaram-se quatro rebanhos (outrora próximos) em posse e gestão de membros da família: o rebanho do pai, também gerido pelo segundo filho mais velho, que reunia as reses do casal e dos filhos, filhas e netos que, tendo recebido cabeças de gado pela ocasião de seu nascimento, não as retiraram para formar rebanho individual; o rebanho de um dos genros do patriarca, com menor quantidade de cabeças e mantido em terreno próprio, sem ocorrência de

soltura para pastejo nas ruas da cidade; o rebanho combinado de um dos filhos com um dos genros, alocado em terreno temporariamente cedido por um proprietário não aparentado, com fins de manutenção da posse de sua terra; e o rebanho de um filho, que se mudou, com seu gado, para um assentamento, em uma agrovila da zona rural do município, devido à pressão exercida pelo CCZ³.

Vários familiares não têm nenhuma ligação com a criação de gado, como a maioria das filhas, as noras, a maioria dos netos e netas do casal e alguns filhos homens, neste caso, por motivos de falta de saúde ou nascimento recente (com resultante afrouxamento da compulsoriedade de vivenciar os estágios de sociabilidade pelo trabalho, impostos aos mais velhos) ou, nos demais casos, devido à desistência da árdua lida com a criação de gado em um contexto adverso de instabilidade social.

A desistência da lida com o gado é uma renúncia a um estilo de vida descrito como cansativo. Ao desgaste físico, acresce-se a imagem negativa elaborada pela coletividade de moradores da cidade, devido tal atividade ser realizada em um espaço considerado inoportuno. Combinadas, as duas causas influenciam a percepção de alguns criadores, quanto à inviabilidade de continuarem criando gado em áreas periurbanas. Tal percepção é ainda reforçada pela rapidez com que vem ocorrendo a ocupação das franjas periféricas (Figuras 7 e 8), aumentando a suposta obviedade da inadequação da realização de atividades genericamente classificadas como rurais naqueles espaços.

Figuras 7 e 8 – Fotografias enfocando a casa do patriarca (em primeiro plano) e arredores, tiradas em maio de 2013 e fevereiro de 2014, respectivamente. Indicam o acelerado ritmo de ocupação residencial de setores periurbanos de Castanhal. Programas de habitação, como o “Minha Casa, Minha Vida”, agilizam a construção de casas, mesmo em áreas onde não há sequer pavimentação asfáltica, ratificando a ambiguidade do processo de constituição do espaço urbano registrado.



Fonte: trabalho de campo (2013, 2014).

A situação de renúncia à atividade de criação de gado na zona periurbana foi identificada duas vezes dentro do grupo familiar estudado. Um dos genros do patriarca, tido como filho pelo casal de criadores mais velhos, a partir de determinado momento, quando sentiu que a pressão já era demasiadamente forte, decidiu se desfazer de seu rebanho, deixando as poucas cabeças restantes aos cuidados do segundo irmão mais velho de sua esposa; empregou-se como auxiliar de almoxarifado em um clube esportivo, próximo ao centro da sede urbana.

De outro lado, um dos filhos do casal, cansado das batalhas travadas com as autoridades municipais para continuar realizando seu trabalho e supostamente influenciado pela esposa, pessoa nova na família, sem pertencimento prévio ao círculo de convivência do grupo e sem boa aceitação por parte dos pais dele, se desfez de seu rebanho por completo e encontrou emprego na construção civil, sofrendo um acidente de trabalho e ficando temporariamente incapacitado.

Em ambos os casos, registraram-se falas de arrependimento e de nostalgia, por uma época em que, embora o dinheiro não fosse abundante, ao menos entrava diariamente na unidade doméstica, em um ritmo mais próximo àquele característico dos gastos de uma família camponesa ou suburbana:

“Cansava [a atividade de criação], mas o que eu faço agora também cansa, e a gente só vê o dinheiro no final do mês. (...) Eu até penso em voltar, mas aí não sei até quando a gente vai poder ter nossas vacas.” (Entrevista com o genro renunciante, realizada em 1º/06/2013).

“Eu me sentia melhor como era antes, mas era muita confusão e implicância. (...) Depois que eu vendi [todos os animais], não teve mais jeito de voltar.” (Entrevista com o filho renunciante do patriarca, o quarto mais velho, realizada em 02/06/2013).

“Pra mim, é um desgosto muito grande, porque ele se meteu com aquela, lá, e comeu todas as vacas que tinha. Agora, vai ver como está!” (Fala espontânea da esposa do patriarca, registrada em conversa informal realizada em 09/06/2013).

Assalariando-se, não só os ex-criadores passaram a ter data certa para receber uma quantia fixa, como também se viram obrigados a receber ordens de um patrão. Em decorrência da falta de qualificação profissional formal, esses homens perceberam não possuir meios para abandonar a atividade que desde jovens aprenderam a

executar (e que vinha lhes proporcionando sustento e, percebe-se, também prazer, devido à afinidade com o tipo de serviço), sem que fossem obrigados a submeter-se a postos de trabalho pouco valorizados, submetidos a uma lógica que tolhia sua autonomia (Neves, 2003). Considera-se que essas desistências tenham ocorrido como resposta à falta de perspectiva dos renunciantes quanto ao futuro da atividade outrora realizada, face às sucessivas tentativas oficiais (ações executivas, da Prefeitura, e legislativas, da Câmara de Vereadores) de suprimi-la.

Nos demais núcleos familiares componentes da família extensa pesquisada, há uma clara divisão em grupos, ou pessoas dentro de certo grupo, que acreditam que a criação de gado leiteiro seja a melhor, senão única, opção para garantirem seu sustento, e grupos ou indivíduos que, mesmo persistindo na atividade, torcem e realizam investimentos para que seus filhos trilhem uma trajetória estudantil que os permita obter titularidade de profissões liberais urbanas, libertando-os do fardo de não terem opções. Livres da instrução formal precária, passariam a ter possibilidades alternativas. Considerando os criadores que buscaram antecipar esta tentativa de conversão, apostando em uma travessia dentro da própria geração, sem investir na mediação por filhos, aponta-se ter havido uma decepção com os postos de trabalho conquistados no centro da cidade. O despreparo formal foi traduzido em baixos salários e na imposição de se submeterem a riscos ocupacionais e ao trabalho informal, inclusive havendo um caso de ex-criador ter-se tornado “flanelinha”, o cada vez mais presente limpador de vidros e reparador de carros, na porta de um grande e popular supermercado atacadista de Castanhal. As falas, no caso dos ex-criadores, mostraram saudosismo, vontade de retomar a antiga vida, que, embora difícil, garantia o sustento e alguma certeza de sobrevivência:

“Era um serviço garantido, e, apesar da dureza, a gente já estava acostumado, porque era desde novo que nós íamos vigiar o gado.” (Entrevista com o filho renunciante do patriarca, o quarto mais velho, realizada em 02/06/2013).

“Antes, eu trabalhava mais, mas o que entrava, era meu, era da família. Hoje, eu trabalho em um lugar que eu até gosto, mas gosto menos do que quando cuidava das vacas e tirava leite pra vender.” (Entrevista com o genro renunciante, realizada em 1º/06/2013).

3.7. A provável inviabilidade do prosseguimento da pecuária urbana

Os produtores enfocados no presente artigo, tendo se construído de modo

flagrantemente dissonante em relação a seu contexto, formularam uma existência deslocada, tanto do ponto de vista temporal, quanto espacial. Isso é percebido na incompatibilidade entre o contexto urbano onde se inserem e a atividade que exercem, a pecuária leiteira. As atividades de cunho rural, como o cultivo de vegetais, a criação de animais e o extrativismo (nos três casos, com fins de subsistência e venda de excedentes ou simplesmente comercialização de toda a produção), não deveriam, de acordo com o senso geral, se estender além das áreas de produção, dos campos onde se esperaria que ocorressem. Por isso, considera-se que os pecuaristas em comento estejam deslocados no sentido espacial, afinal recorrem a uma atividade tipicamente vista como rural, para garantirem sua sobrevivência em um espaço categorizado como urbano, desrespeitando a especialização dos espaços, instituída pela vida moderna (Fernandes, 2004).

Por outro lado, a família de pequenos pecuaristas se dispôs, em um passado ao qual se pode denominar de recente, a ocupar uma área sabidamente localizada dentro de um espaço social e politicamente reconhecido como cidade (como clara contraposição a campo, nos termos do pensamento dualista) (Biazzo, 2008), ali desenvolvendo atividades não urbanas, ignorando as normativas associadas ao ambiente que ora passava a ocupar. Tal estado de liberdade, no sentido de ação livre e sem requisitos formais a se observar, coincide com uma condição pretérita de organização da sociedade, quando ainda não havia regras claras, apenas uma noção geral e não sistematizada de expectativas e restrições sociais (Timasheff, 1939). Esta forma de viver em sociedade parece, no contexto brasileiro atual, estar superada, considerando haver todo um corpo jurídico a delimitar o poder de ação das pessoas, no seu trato com as outras pessoas, as instituições e o meio ambiente (BRASIL, 1988). A lógica subjacente à conduta dos produtores rurais pesquisados revela, portanto, que suas operações de interpretação e tomada de decisões são realizadas a partir de uma posição temporalmente deslocada, visto buscarem apoio de conceitos assentados no senso moral popular, na compreensão de justiça como direito natural (Gouveia, 1998) e na preservação da dignidade humana pelo trabalho. A simplicidade, a falta de instrução formal e a necessidade de recorrer ao que estivesse disponível para garantir a sobrevivência dos membros da família, inclusive de núcleos aparentados em maior dificuldade, foram elementos que impulsionaram o grupo em foco a desafiar uma ordenação territorial que ia progressivamente se consolidando em paralelo à sua chegada ao Município de Castanhal e execução de

seus serviços. O grupo de produtores não tinha o objetivo de causar problemas à vida dos demais habitantes, e achavam injusto que sofressem perseguição, pois, do seu ponto de vista, tudo o que estavam fazendo era trabalhar honestamente. Poderiam, sim, buscar empregos precários, com baixos salários, que não requeressem grande qualificação profissional, mas, além das privações materiais, ali também seriam submetidos à alienação social, obrigados a romper com sua identidade e com seu modo de vida (Reijntjes, Haverkort & Waters-Bayer, 1994).

Ao não se conciliarem com as expectativas sociais de seu entorno, as famílias de pecuaristas urbanos, pobres, sem força política e em pequeno número, foram associadas à figura de infratores, de desafiadores da ordem pública. Sua atitude de desvio, conforme compreensão de Becker (1977a), se configurava pela posição singular a partir de onde incidiam seu ponto de vista. Não se poderia esperar que os outros grupos sociais, mesmo aqueles do mesmo estrato socioeconômico, se sensibilizassem com a insegurança dos produtores leiteiros, pois com eles não partilhavam identidades, nem lógicas. Viviam em uma mesma cidade, em um mesmo tempo, mas não viviam uma história compartilhada (Berger & Luckman, 2004; Rahmeier, 2007), pois, de um lado, os produtores e, do outro, os demais habitantes, narravam versões conflitantes dos mesmos fatos (significações sociais [Berger, 1985] divergentes), cada qual prezando por prevalecer os aspectos que imbuíssem de credibilidade sua própria fala, em detrimento dos antagonistas.

A escassez de tamanho, entretanto, desfavoreceu aos pecuaristas, que tiveram sua versão relegada à posição inferior na hierarquia de credibilidade (Becker, 1977b) instituída. A versão oficial, da autoridade política local, centralizada, se somou às falas populares dispersas de reprovação, direcionadas à conduta dita irresponsável, dos criadores de gado. Tais falas se consubstanciaram a partir do burburinho e de comentários, que resistiram através da memória de habitantes do município, mas também das opiniões emitidas por radialistas, jornalistas e outros comunicadores (inclusive através de *sites* da *internet*, como *blogs* e portais), ratificadas por ouvintes, através de ligações telefônicas às emissoras de rádio, e por leitores, em comentários postados nas páginas da *internet*, em apoio aos comunicadores e revoltados com a presença de rebanhos em vias de circulação de pedestres e automóveis (posições, aliás, intensificadas, após J. V. B., de 22 anos de idade, morrer em decorrência de ter se envolvido em uma colisão entre a moto que pilotava e uma égua que vagava desacompanhada, à noite, pela Rodovia PA-136 – ligação dos municípios de

Castanhal e Inhangapi –, em maio de 2014 [PORTAL GLOBO.COM, 2014]).

Caso seja amplamente aceita a posição de que a modernidade, a vida sofisticada, requer uma criteriosa ordenação espacial, que seletivamente posiciona os elementos desejáveis e elimina os indesejáveis, como se realizasse uma faxina, então, a pretensa modernidade estará relacionada a uma noção de desenvolvimento excludente (Oliveira, 2002), que impõe a supremacia de um suposto bem comum, suprimindo o indivíduo dotado de motivação divergente, obrigando-o a se adequar às imposições, sem o devido tempo, nem apoio técnico e logístico para tal (como demonstrado por Maia [2005] e Abdissa e Degefa [2011], em estudos de caso com temáticas semelhantes a este); e que, adicionalmente, não tende a privilegiar a honestidade na emissão dos seus argumentos de base (D'Araújo, 1992; Zhouri & Oliveira, 2007; Almeida, 2008; Foschiera, 2009).

3.8. Os elementos impeditivos a uma reconversão pacífica e assistida

O modelo de desenvolvimento pautado em imposições, embora possa ser considerado degradante (quanto a seu impacto sobre as relações humanas), não exime os desviantes de sua condição concreta de desvio. Por isso, não se defende que as famílias de pecuaristas urbanos sejam consideradas vítimas inocentes de uma injustiça, como se jamais tivessem cogitado a possibilidade de que os fatos ocorressem do modo como o foram, como se não pudessem prever as pressões a que seriam submetidos. Defende-se, entretanto, que seus atos não foram praticados com o objetivo de agredir seus concidadãos, nem intencionalmente causar-lhes prejuízos. Percebe-se, então, ser um equívoco enquadrá-los como criminosos, como merecedores de medidas drásticas.

“Tem mais é que tirar!”, “Só fazem é sujar tudo por aqui!” e “Já até passou do tempo!” foram frases ditas de diferentes modos e com variadas palavras, durante os meses de maio e junho de 2013, por pessoas questionadas, em circunstâncias informais (conversas do primeiro autor com conhecidos e desconhecidos), acerca da ação do CCZ, de promover a supressão da presença de bois, cavalos e outros animais de produção no espaço urbano, inclusive na periferia próxima, de Castanhal. A impaciência e a intransigência impressas nas falas de reprovação aos criadores, emitidas por pessoas de diversas classes econômicas, ilustram o quanto está entranhada a visão geral de que os elementos indesejáveis (no caso, pessoas) devem ser removidos, independentemente do custo social dessa operação. O

referido enraizamento de ideias no pensamento popular, um tipo de cristalização, se configura como objetivação, pois dota os fatos (e o modo de percebê-los) de certeza, de obviedade, de fatalismo (Berger, 1985; Berger & Luckman, 2004).

Afora os enfáticos defensores de atitudes definitivas, que parecem não se preocupar com os efeitos colaterais das medidas sumárias, como os impactos emocionais, psicológicos e socioeconômicos recepcionados pelos grupos minoritários e divergentes, há ainda quem, apesar de não condenar os pecuaristas urbanos, simplesmente não enxerga como violento o modo como até a atualidade têm se dado as tentativas de sua remoção; neste ponto de vista, os produtores urbanos de leite nada mais estariam enfrentando que as consequências pretensamente naturais e ditas justas do desvio no qual historicamente se encontravam.

Interessante notar como até mesmo pessoas de camadas populares mais baixas demonstraram concordar com o modo como essas relações de imposição das normas estão organizadas. Em vez de levantarem questionamentos quanto à dificuldade dos criadores de gado em se reestabelecer em outro lugar, em geral apresentaram defesa, inclusive vigorosa, em alguns casos, da ação desempenhada pelo CCZ, assumindo posições de caráter legalista. A esse quadro de alinhamento a uma concepção de ação estatal por um sujeito que, além de não se beneficiar de seus dispositivos, tem, nas “vítimas” das ações referidas, contrapartes do mesmo estrato econômico, Freire (1987) denominou adesão.

A despeito das críticas que se possa fazer à objetivação e à adesão, sendo amplamente aceita uma determinada forma de organização social em dado território político, nos espaços entendidos como públicos ou coletivos, cabe o respeito às regras adotadas pelo grupo maior, a população local. Esta compreensão, embora reafirme a condição de desviantes dos pecuaristas urbanos, por utilizarem a via pública para o pastejo de seu gado, não deveria eximir os demais membros da sociedade da responsabilidade de constante reavaliação das normas que regem suas relações, o que poderia evitar que os grupos marginais sofressem com a vulnerabilidade social advinda das proibições e restrições impostas, sem que se apresentassem alternativas viáveis, às suas atividades produtivas.

Estar a par das regras e não desviar-se do caminho por elas previsto gera o conforto de agir com certa liberdade (Lebrun, 1981), de não estar sob o risco de sofrer punições. Acreditar que a observância das normas isenta o ser humano de refletir sobre sua conduta, entretanto, é um engano, no qual incorrem aqueles que

criminalizam e condenam diariamente os pecuaristas urbanos. Impedir o prosseguimento das atividades pecuárias na área urbana do Município de Castanhal é um objetivo que não precisaria estar associado à perseguição de vizinhos, nem à falta de assistência técnica oficial. Obrigados a seguir a lei, esses grupos marginalizados se veem perdidos, sem opção, senão resistir, na aceção direta do termo: insistem em manter uma posição, apesar das forças contrárias.

Não são vítimas, os pecuaristas urbanos. Aconteceu-lhes, entretanto, de estarem no caminho do postulado desenvolvimento, na condição de elementos desviantes, indesejáveis, aptos à remoção. Dos observadores, por seu turno, ainda se espera que abracem a responsabilidade de não aderir tão facilmente à versão oficial, que prega o crescimento a qualquer custo (através de um paradigma de desenvolvimento, ressalta-se, questionável); e de, adicionalmente, não tratar com indiferença nem desinteresse as medidas opressivas que o poder público, democraticamente constituído, venha a tomar, como, por exemplo, tratar grupos sociais como meros erros que precisam ser rapidamente riscados do mapa.

3.9. O quadro atual

Chegado o ano de 2014, o quadro geral não apresentou mudanças notáveis⁴. Embora dois rebanhos já tenham sido alocados de modo a satisfazer os anseios da população, o maior deles, sob o comando do chefe da família e de seu segundo filho mais velho, permanece ora pastejando em um terreno alugado, de características inadequadas, ora solto, alimentando-se da vegetação espontânea. A tônica das reclamações populares não remete às atividades desse grupo específico, visto haver rebanhos até maiores, em condições menos controladas, que, em vários episódios, já tornaram perigosa a circulação de veículos na estrada que liga Castanhal ao município vizinho, Inhangapi (como antes mencionado).

Apesar de não ocuparem o centro da insatisfação do povo, esses criadores ainda são malvistos por seus vizinhos de bairro. A relação do CCZ com a família ora retratada se tornou menos conflituosa, embora haja ranços da caricatura feita no passado, ainda não totalmente desfeita. À época da proposição da presente pesquisa, por exemplo, a matriarca da família brincou, ao se deparar com o coordenador do CCZ, em visita sem motivo que supostamente fizesse jus: sugeriu, jocosamente, que o homem ali estaria para levá-la presa. Ela sabia que não era o caso, mas, para ela, aqueles encontros conflitantes de outrora tinham sido tão

marcantes, que seriam, inescapavelmente, o tema persistente de qualquer encontro posterior. Nas seguidas entrevistas e encontros, a mulher se incomodava quando, na sua frente, era dada voz para que outros familiares seus prestassem informações sobre a família, assim como se notou serem de seu desagrado as atividades de pesquisa realizadas conjuntamente a algum familiar seu, em lugar diverso do qual ela estivesse, ou seja, longe de suas vistas. Preocupava-se, ainda, que estivesse, com seus pares, sendo alvo de alguma investigação com intenções secundárias. É possível dizer que a senhora invocou, para si, a função de sintetizar a experiência vivida, buscando meios para silenciar versões alternativas e garantir a solidez da narrativa versada na trajetória de seus perseguidos familiares. Esta narrativa, além do valor cerimonial, guarda função motivadora, por incentivar o investimento de novos e sucessivos esforços na perpetuação de sua identidade e modo de vida, e função agregadora, por sugerir a união como estratégia de superar as investidas dos perseguidores, em oposição à fragilidade a que se submetem os familiares que se isolam ou se destacam, como fragmentos, do corpo familiar mais amplo.

4. Conclusões

A análise do processo de constituição de um quadro de pressões e oposições contra a atividade de pastejo de gado bovino desempenhada por uma família de criadores (figurando como ilustração de algumas outras, em condição similar) na via pública de áreas periurbanas de Castanhal representou a possibilidade de vislumbrar tanto uma evidência da heterogeneidade que caracteriza a composição sociocultural da população residente em torno dos médios e grandes centros urbanos amazônicos, quanto a persistente indefinição de parâmetros acerca dos modos de ocupar o espaço e de se apropriar dos recursos produtivos na região.

Do mesmo modo, a pesquisa realizada explicitou os ritmos de transformação da sociedade local, sendo, tais mudanças, percebidas no modo como as pessoas (comuns ou autoridades) reagem às ações encenadas no cotidiano pelos diversos atores sociais com os quais convivem, ao mesmo tempo em que, sugerindo a dinâmica da interlocução entre tais atores, pontuou a tendência de prevailecimento do ponto de vista adotado pelas instituições oficiais sobre os modos de vida tradicionais de uma parcela da população, qualificada negativamente pelo discurso predominante, devido à posição que ocupa, à margem da sociedade.

No caso concreto apresentado, a construção da figura dos criadores familiares de gado bovino leiteiro da zona periurbana a partir de um grupo familiar específico e considerado representativo permitiu sumarizar as condições de existência específicas da categoria, que estiveram ligadas ao questionamento da pertinência de sua atividade produtiva. Tais condições, representadas pela soltura do gado em terrenos públicos e abertos, para ali se alimentar de vegetação espontânea, e pela condução do rebanho, guiado por vaqueiro, ao longo de vias públicas (inclusive através da sede urbana e seus setores mais urbanizados), somadas à rápida disseminação de novos empreendimentos imobiliários (mas também de muitas construções residenciais precárias e irregulares) na zona periurbana, levaram a um choque de interesses e expectativas, ocasionando a insatisfação de parte da população municipal quanto àquele tipo de prática pecuária. Uma zona outrora ambígua e receptiva a modos de produção de cunho agrário, por estar paulatinamente se aproximando a uma forma de organização mais similar à da sede urbana propriamente dita, tem se tornado menos flexível, recebendo com rigidez as propostas de ocupação dissonantes da lógica que passou a operar com maior contundência, especialmente após a formulação da Lei Orgânica Municipal.

É possível concluir, portanto, que existe uma proeminente ligação entre as transformações demográficas, infraestruturais e da lógica compartilhada (coletiva), por um lado, e o quadro de crescente inviabilidade da atividade produtiva realizada pela família de interlocutores do estudo, por outro lado. Da elaboração de regulamentos que normatizam a vida em sociedade, decorre a imposição de uma visão predominante, que obriga mesmo os grupos menos representativos a se alinharem a determinadas expectativas contraditórias a seu modo de vida. Por não possuírem força na interlocução, os membros de tais grupos minoritários se veem ameaçados, mobilizando, em resposta, estratégias de resistência, cuja função geralmente se limita a retardar um processo supressivo que, cedo ou tarde, se efetiva, demarcado por um ritmo específico, correlato às peculiaridades de cada caso. Desse modo, pode-se também definir como equivocada a análise que preceitua ser, a resistência, uma opção concreta dos grupos ameaçados diante da proibição oficial, visto que a citada reação, em geral, não teria a capacidade de anular as pretensões proibitivas, apenas adiá-las. Como consequência desta linha de raciocínio, defende-se que possui status de consequência (mais ou menos adiável), e não de escolha, a reconversão ou requalificação de membros de grupos

envolvidos com atividades tidas como inaceitáveis por dada sociedade, para outras profissões ou ocupações. No caso em estudo, foi possível notar que a conduta de resistência apresentada pela família teve, como protagonistas, membros de duas gerações, demonstrando que, embora esteja se processando em um ritmo mediano, o litígio em curso tende inevitavelmente a pender contra estes criadores familiares.

Adicionalmente, interessa notar que, em paralelo à emissão de normas direcionadas a aspectos cada vez mais específicos da vida em sociedade, ocorreu, no Município de Castanhal, a despeito do histórico de notável ligação do local com a esfera agropecuária, o progressivo declínio da complacência coletiva em relação à presença de atividades rurais sendo desempenhadas dentro e no entorno imediato de um local já categorizado como cidade (no sentido de centro urbano) pelo entendimento geral de seus habitantes e pelo registro oficial. Embora distintos, esses dois processos – de formulação de leis e de percepção compartilhada da organização social – estão intimamente relacionados, convergindo, atualmente, na impossibilidade de reprodução social dos produtores familiares em questão na zona periurbana de Castanhal.

Feitas estas considerações, é necessário, por fim, pontuar que o presente artigo traz relevante contribuição teórica ao debate relativo à influência das diferentes concepções acerca de desenvolvimento (significando a noção geral de progresso – econômico e da organização social – e de melhora das condições de vida) sobre as condições concretas de existência de grupos estruturados conforme lógicas que divergem dos modelos predominantes em determinado contexto. Por isso, reforça a discussão quanto à exclusão social relacionada aos programas, projetos, planos e paradigmas oficiais de desenvolvimento, que tendem a minimizar a magnitude dos impactos causados pelas citadas intervenções no modo de vida e nas expectativas de futuro dos grupos humanos diretamente afetados pelas propostas que, em tese, garantiriam benefícios para a maior parte da população. A persistente busca pela problematização do desenvolvimento, enquanto preocupação teórica, perpassa as consequências já registradas da adoção de diferentes matrizes de pensamento acerca do tema, e igualmente lança luz sobre as opções para o futuro, em grande medida calcadas nos discursos do presente.

Notas

(2) No ano de 2002, os servidores da Vigilância Sanitária de Castanhal, antes que fosse criado o Centro de Controle de Zoonoses, se preocuparam com a presença de carroceiros e vaqueiros nas ruas do Município e organizaram um rápido levantamento, que identificou 46 famílias de criadores urbanos de animais (das quais apenas registrou-se resistência em prestar qualquer informação sobre sua atividade justamente a família ora estudada, na figura de seu patriarca), cujas atividades produtivas envolviam bovinos, equinos e/ou caprinos. Dentre os respondentes, aquele com menos animais declarou possuir um equino, enquanto o de maiores posses detinha 28 bovinos. O total de animais contados por esse levantamento foi de 121, entretanto acredita-se que esta quantidade tenha sido subestimada. Apenas oito informantes (17%) declararam deixar seus animais soltos na rua, ou de alguma forma utilizar logradouros públicos para o pastejo do gado, sendo que todos moravam em setores urbanos ou periurbanos do Município, mas vários alegaram possuir ou ter acesso a terrenos privados, onde o gado pastava, sem ter acesso à via pública.

(3) A organização dos rebanhos não é fixa, ela se modifica conforme mudam as visões adotadas dentro dos diferentes núcleos familiares. Logo no início da pesquisa, havia dois irmãos vivendo e trabalhando no assentamento, mas um deles voltou com seu rebanho para dentro do setor urbano do município, alegando que a perda de controle sobre o fogo utilizado no preparo da terra em uma propriedade vizinha teria causado alastramento do incêndio ao longo de parte do seu lote. Sobressaiu-se, porém, no seu comentário sobre o ocorrido, que voltar a ficar próximo dos clientes compradores de leite no centro da cidade tornava o trabalho menos cansativo, demorado e dispendioso. Ademais, o outro irmão continuou no assentamento, enquanto um dos genros do patriarca, que possuía gado na cidade, tendo adquirido recentemente um lote no mesmo assentamento dos dois cunhados, já estaria pensando em se mudar para o lote comprado, para escapar da insustentável situação de conflito com as autoridades locais.

(4) Excetua-se, à manutenção do panorama preexistente, o fato de que, aos 17 meses da nova administração municipal, em maio de 2014, sob a titularidade de prefeito filiado a partido de oposição à sigla da qual fazia parte o prefeito anterior, ocorreu a exoneração do coordenador do CCZ mencionado ao longo do artigo, em decorrência de discordâncias quanto à orientação técnica ou política relativa ao cargo. Desse modo, não se sabe que direção tomará a interlocução da instituição fiscalizadora com o grupo aqui estudado, configurando-se, esta mudança, como mais uma descontinuidade das combinações assumidas em nome do poder público.

5. Referências bibliográficas

Abdissa, F., & Degefa, T. (2011). Urbanization and changing livelihoods: the case of farmers' displacement in the expansion of Addis Ababa. En Teller, C., & Hailemariam, A. (Eds.). *The demographic transition and development in Africa: the unique case of Ethiopia* (pp. 215-235). Londres/Nova Iorque: Springer. doi 10.1007/978-90-481-8918-2_11. Recuperado de books.google.com.br/books?id=V98tT0yIWRIC&pg=PA215&lpg=PA215&dq

Alcântara, D. M., & Germani, G. I. (2009). Fundo de pasto: um conceito em movimento. *Anais do Encontro Nacional da ANPEGE*, Curitiba, Brasil, 8, 1-15. Recuperado de <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/54e66ace5c85ed2ae6112cd0e98734c9.pdf>

Almeida, A. W. B. (2008). Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. En Almeida, A. W. B. (Aut.). *Antropologia dos Archivos da Amazônia* (pp. 15-126). Rio de Janeiro: Fundação Universidade do Amazonas. Recuperado de http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Livros/livro_archivosamazonia.pdf

Alves, R. N. B., Modesto Júnior, M. S., Cardoso, C. E. L., & Nascimento, R. P. (2011). Sistemas e custos de produção de raiz de mandioca desenvolvidos por

agricultores de Castanhal - Pará. *Anais do Congresso Brasileiro de Mandioca*, Maceió, Brasil, 14, 1-6. Recuperado de <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/51270/1/Resumo17.pdf>

Arnauld de Sartre, X., Florentino, L. G., Guerra, G. A. D., Mastop-Lima, L. N., Alves, A. M. N., & Guétat-Bernard, H. (2013). O “bom” casamento em áreas de fronteira ou a difícil autonomização das "tarefas" femininas em área de fronteira. En Neves, D. P., & Medeiros, L. S. (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos* (1ª ed.) (pp. 107-128). Niterói: Alternativa. Recuperado de http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf

Barbosa, M. R. (2012). Memória: articulações de narrativas e acepções do tempo. *Revista espaço acadêmico*, 12(139), 103-111. Recuperado de www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16984/10054

Barros, A. J. S., & Lehfeld, N. A. S. (2000). A pesquisa científica: A coleta de dados. En Barros, A. J. S., & Lehfeld, N. A. S. (Auts). *Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica* (2ª ed.) (pp. 89-100). São Paulo: Pearson Makron Books.

Becker, H. S. (1977a). Marginais e desviantes. En Becker, H. (Aut.). *Uma teoria da ação coletiva* (pp. 53-67). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Becker, H. S. (1977b). De que lado estamos? En Becker, H. (Aut.). *Uma teoria da ação coletiva* (pp. 122-136). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Berger, P. L. (1985). *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião* (1ª ed.). São Paulo, Editora Paulus. Traduzido de *The sacred canopy: elements of a sociological theory of religion*, por P. L. Berger, 1ª Ed., 1967, Garden City, NY: Anchor Books.

Berger, P. L., & Luckman, T. (2004). A sociedade como realidade objetiva. En Berger, P. L., & Luckman, T. (Auts.). *A construção social da realidade* (24ª ed.) (pp. 69-172). Petrópolis: Editora Vozes. Traduzido de *The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge*, por P. L. Berger & T. Luckman, 1ª Ed., 1966, Garden City, NY: Anchor Books. Recuperado de <http://cristianorodriguesdotcom.files.wordpress.com/2013/06/bergerluckman.pdf>

Biazzo, P. P. (2008). Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. *Anais do Encontro Nacional De Grupos De Pesquisa – ENGRUP*, São Paulo, Brasil, 4, 132-150. Recuperado de http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf

Borges, J. P. (2013). Viver no agreste. *Problemas brasileiros*, 420. Recuperado de http://www.sescsp.org.br/online/artigo/7152_VIVER+NO+AGRESTE#/tagcloud=lista

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

CASTANHAL. (2013). *Site do Município de Castanhal*. Online. Recuperado de

<http://www.castanhal.pa.gov.br/sobrecastanhal.php>.

Chayanov, A. V. (1966). Chapter 1 – The peasant family and the influence of its development on economic activity. En Thorner, D., Kerblay, B. & Smith, R. E. F. (Eds.). *The theory of peasant economy* (pp. 53-69). Illinois: The American Economic Association. Traduzido de *Peasant Farm Organization*, por A. V. Chayanov, 1ª Ed., 1925, Moscou: The Co-operative Publishing House. Recuperado de <http://pt.scribd.com/doc/24581176/Chayanov-The-Theory-of-Peasant-Economy>.

Chayanov, A. V. (1981). Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. En Graziano da Silva, J., & Stolcke, V. (Orgs.). *A questão agrária* (pp. 133-146). São Paulo: Brasiliense.

D'Araújo, M. C. (1992). Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, 40-55. Recuperado de http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_19/rbcs19_05.htm

Fernandes, C. T. C. (2004). A crítica da modernidade: breves reflexões de Anthony Giddens, Immanuel Wallerstein, David Harvey, Milton Santos e Edgar Morin. *Universitas – Relações Int.*, 2(2), 17-23. Recuperado de http://alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com/2012/09/fernandes_criticadamodernidade.pdf

Ferreira-Darnet, L. A. (2003). Evolução e perspectiva para a agricultura familiar do Município de Uruará: pistas para uma reflexão sobre a consolidação dos sistemas de produção agrícolas familiares. En Simões, A. V. (Org.). *Coleta Amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia* (pp. 88-110). Belém: Alves Editora.

Foschiera, A. A. (2009). *Da barranca dos rios para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Tecnologias, Presidente Prudente. Recuperada do Acervo Digital da Unesp. (<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/57327>)

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e terra. Recuperado de http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17337

Gonçalves, C. W. P. (2006). O conceito de natureza não é natural. A natureza no dia-a-a-dia. En Gonçalves, C. W. P. (Aut.). *Os (des) caminhos do meio ambiente* (14ª ed.) (pp. 23-27). São Paulo: Contexto.

Gouveia, A. G. F. (1998). Direito Natural e Direito Positivo. *Jus Navigandi*, 3(27). Recuperado de <http://jus.com.br/artigos/6>.

Huberman, L. (1981). Rumo à cidade. En Huberman, L. (Aut.). *História da riqueza do homem* (17ª ed.) (pp. 35-44). Rio de Janeiro: Zahar Editores. Traduzido de *Man's*

Worldly Goods: The Story of The Wealth of Nations, por L. Huberman, 1ª Ed., 1937, Londres: Left Book Club. Recuperado de http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/16574_huberman-historia-da-riqueza-do-homem.pdf

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2006). *Censo agropecuário de 2006: Município de Castanhal – PA*. Online. Recuperado de www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun=Castanhal&codmun=150240&tema=censoagro2006&desc=Censo%20Agropecu%20E1rio&legenda=Fonte%3A%20Censo%20Agropecu%20E1rio%202006.%20NOTA%3A%20Os%20dados%20com%20menos%20de%203%20%28tr%EA%29%20informantes%20est%30%20desidentificados%2C%20apresentando%20a%20express%30%20%3Cb%3EN%30%20disp%3C%20a%20fim%20de%20evitar%20a%20individualiza%20E7%30%20da%20informa%20E7%30.&uf=pa&r=

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2010). *Censo populacional de 2010: Município de Castanhal – PA*. Online. Recuperado de www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=150240

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2013). *Cidades/Pará/Castanhal*. Online. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150240>

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaio de Antropologia simétrica* (1ª ed.). São Paulo: Editora 34. Traduzido de *Nous n'avons jamais été modernes*, por B. Latour, 1ª Ed., 1991, Paris: Éditions La Découverte. Recuperado de http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/latour_jamais.pdf

Lebrun, G. (1981). *O que é poder* (1ª ed.). São Paulo: Brasiliense. Recuperado de <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgD-MAI/que-poder-gerard-lebrun>

Lins de Barros, M. M. (2011). Memória, experiência e narrativa. *Illuminuras*, 12 (29), 4-17. Recuperado em http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/25339/pdf_1

Maia, D. S. (2005). Currais e vacarias na cidade. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, 4(7), 35-48. Recuperado de <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/108>

Maia, D. S. (2010). Desvendando o campo na cidade: notas metodológicas. *GeoTextos*, 6(2), 35-57. Recuperado de <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/4830>

Mann, P. H. (1973). *Métodos de investigação sociológica* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. Traduzido de *Methods of social investigation*, por P. H. Mann, 1ª Ed., Oxford; New York: Blackwell.

Miranda, R. R. (2012). Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, 7(14), 1-36. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/14638/11244>

Monte-Mór, R. L. (2006). O que é o urbano, no mundo contemporâneo? *Revista paranaense de desenvolvimento*, 111, 9-18. Recuperado de <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/58/61>

Moreira, R. C. T. (2002). Abordagem etnobotânica acerca do uso de plantas medicinais na Vila Cachoeira, Ilhéus, Bahia, Brasil. *Acta farmacéutica bonaerense*, 21(3), 205-211. Recuperado de http://www.latamjpharm.org/trabajos/21/3/LAJOP_21_3_3_1_L8H8YN8M78.pdf

Neves, D. P. (2003). A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, 6(2), 149-173.

Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, 5(2), 37-48. Recuperado de www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf

PORTAL GLOBO.COM (Globo Comunicação e Participações S.A./Organizações Rômulo Maiorana – Portal Globo.com/G1-Pará). (2014). *Jovem de 22 anos morre após atropelar uma égua em Castanhal, PA*. Online. Recuperado de <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/05/jovem-de-22-anos-morre-apos-atropelar-uma-egua-em-castanhal-pa.html>.

PORTAL ODM (Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). (2010). *Perfil Municipal de Castanhal – PA*. Online. Recuperado de <http://www.portalodm.com.br/relatorios/pa/castanhal>.

Rahmeier, C. S. (2007). Sociedade, corpo e cultura: a materialidade e a formação identitária na perspectiva da arqueologia fenomenológica. *OPSIS*, 7(8), 33-42. Recuperado de <http://revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9328/6420#.Uqz0cLQ0Euc>.

Reijntjes, C., Haverkort, B., & Waters-Bayer, A. (1994). A sustentabilidade e os agricultores: a tomada de decisões em nível do estabelecimento agrícola. En: Reijntjes, C., Haverkort, B., & Waters-Bayer, A. (Auts.). *Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos* (pp. 31-45). Rio de Janeiro: AS-PTA. Traduzido de *Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture*, por C. Reijntjes, B. Haverkort, & A. Waters-Bayer, 1ª Ed., 1992, Londres: Macmillan Press.

Rohling, M. (2009). A ideia de lei legítima na Teoria da Justiça como equidade de John Rawls. *Jornal Jurid Digital*, 2009(1). Recuperado de <http://jornal.jurid.com.br/matérias/noticias/ideia-lei-legitima-na-teoria-justica-como-equidade-john-rawls>.

Satterthwaite, D., McGranaham, G., & Tacoli, C. (2010). Urbanization and its implication for food and farming. *Philosophical transactions of the Royal Society B*, 365, 2809-2820. doi: 10.1098/rstb.2010.0136. Recuperado de <http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/365/1554/2809.full>

Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 7(1), 70-81. Recuperado de <http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/210>

Timasheff, N. S. (1939). The ethical group conviction. En Timasheff, N. S. *An introduction to the sociology of law* (pp. 67-84). Cambridge: Harvard University Committee on Research in the Social Sciences. Recuperado de http://books.google.com.br/books?id=0MtCskYx9WoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Veiga, J. E. (2004). A atualidade da contradição urbano-rural. *Série Estudos e Pesquisas*, 71(1), 29-50. Recuperado de http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/patriciaramiro/LEAR/2004_a_atualidade_contradicao_urbano_rural.pdf

Veiga, J. B., Freitas, C. M. K. H., & Pocard-Chapuis, R. (2006). Cadeia produtiva do leite. En Veiga, J. B. (Ed.). *Criação de gado leiteiro na Zona Bragantina* (127-141). Belém: Embrapa Amazônia Oriental. Recuperado de <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/GadoLeiteiroZonaBragantina/paginas/cadeia.htm>

Witkoski, A. C. (2007). Organização social do trabalho da família camponesa. En Witkoski, A. C. (Aut.). *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais* (pp. 160-185). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.

Wolf, E. R. (1976). *Sociedades camponesas* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. Traduzido de *Peasants*, por E. R. Wolf, 1ª Ed., 1966, Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

Zhour, A., & Oliveira, R. (2007). Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, 10(2), 119-135. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a08v10n2.pdf>.

5. ARTIGO 2 - PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO FAMILIAR URBANA DE GADO LEITEIRO EM CASTANHAL (PARÁ, BRASIL)

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO FAMILIAR URBANA DE GADO LEITEIRO EM CASTANHAL (PARÁ, BRASIL)¹

RESUMO

Este trabalho analisa os processos de sociabilidade que caracterizaram a educação familiar recebida pelos filhos de um casal de pequenos criadores urbanos de gado leiteiro no Município de Castanhal (Pará, Brasil). Sua importância decorre da necessidade de se discutir sobre o paradoxo existente entre a manutenção da identidade cultural e a busca por melhores condições de vida da população envolvida com atividades rurais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Realizou-se um estudo de caso, composto de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados revelaram que o envolvimento dos filhos em atividades relacionadas ao aprendizado das ocupações de seus pais ocasionou seu distanciamento do processo de escolarização e posterior incapacidade de se adaptarem às limitações impostas pela nova lógica predominante de ocupação do espaço no setor urbano do município. Concluiu-se, por fim, que embora a formação social esteja ligada a condições de aceitação da pessoa como membro da estrutura familiar, não deve estar desatrelada da estrutura social mais ampla, sob o risco de ocorrer o isolamento do grupo familiar perante a sociedade local.

Palavras-chave: cultura; pecuária familiar; pecuária urbana; sociabilidade; vulnerabilidade social.

¹Texto formatado conforme as diretrizes para submissão de trabalhos originais ao periódico Extensão Rural (ISSN 1415-7802), para o qual o artigo foi enviado.

CHILD SOCIALIZATION PROCESSES IN THE CONTEXT OF A URBAN FAMILY ESTABLISHMENT OF DAIRY CATTLE IN CASTANHAL (PARÁ, BRAZIL)

ABSTRACT

This paper analyzes the sociability processes that characterized the family education received by children raised by a couple of small urban cattle breeders in the Municipality of Castanhal (Pará, Brazil). Its importance stems from the need to discuss the paradox between maintaining cultural identity and the search for better living conditions of the population involved in rural activities, especially in social vulnerability cases. It was conducted a case study consisting of semi-structured interviews and participant observation. The results revealed that the involvement of children in occupations related to learning their parents activities distanced them from the schooling process and made them incapable to adapt to the limitations imposed by the new dominant logic of space occupation in Castanhal urban sector. It was concluded that although the social formation is linked to acceptance conditions of one as a member in the family structure, it should not be uncoupled from the broader social structure, at the risk of isolation of the family group before the local society.

Key words: culture; family livestock; sociability; social vulnerability; urban ranching.

INTRODUÇÃO

A existência de estabelecimentos agrícolas, onde são realizadas atividades rurais, como o cultivo de vegetais e a criação de animais, segundo o senso comum formado pela experiência consciente do cidadão urbano mediano, deveria ocorrer em setores afastados dos centros urbanos (BELLOWS et al., 2000). Na concepção geral, que alimenta as expectativas do cotidiano, ao espaço da cidade estariam restritas ocupações residenciais e industriais, concentradas na periferia, e ocupações comerciais e governamentais, localizadas preferencialmente no centro, todas interligadas por linhas permanentes de transporte público, prontas a carregar pessoas ao longo das vias de circulação desse corpo considerado por muitos como moderno e civilizado (BARBOSA, 2000).

Pode causar estranheza, portanto, que surja, encravado nesse espaço descrito em termos tão absolutos, um entalhe de ruralidade. No entanto, foi o que ocorreu no Município de Castanhal (Estado do Pará), durante as décadas de 1960 e 1970, quando imigraram famílias de pecuaristas nordestinos, fugidos da seca em seus estados natais. No novo lugar, constituíram patrimônio, caracterizado por cabeças de gado (principalmente do tipo bovino, para fins de exploração leiteira) e por terrenos onde construíam suas residências e benfeitorias para ordenha. A composição do grupo familiar tinha uma lógica patriarcal, e o chefe e cabeça de cada estabelecimento era conhecido, no seu bairro e arredores, pelo nome de seu estado de origem: havia o Alagoano, o Ceará, o Pernambuco e assim por diante.

A opção desses pecuaristas, de reproduzir no Pará o mesmo tipo de ocupação produtiva realizada na terra de onde tinham emigrado, refletia tanto a força da identidade cultural relativa a seu universo de significação social, quanto a determinação oriunda das habilidades técnicas que dominavam, e que podiam subsidiar seu sustento e reprodução social (MARIN, 2008). Assim como no Nordeste, onde deixavam o rebanho pastando solto pelas vastas áreas livres, os criadores admitiam que o gado perambulasse pelas ruas de Castanhal, se alimentando da vegetação nascida à margem. Eles não se instalaram no setor rural do município, pois perceberam que, devido àquele contexto, além de tornar o produto final (leite) mais caro, devido à adição do custo com transporte, isso seria desnecessário, pois o setor urbano de Castanhal ainda possuía áreas pouco urbanizadas, com vegetação, e algumas áreas com baixo grau de continuidade de espaço construído e limites com terrenos de fazenda (posteriormente loteados e com atual ocupação por residências suburbanas, indústrias e comércios). Ademais, contavam com a leniência da administração pública à época de sua chegada, decorrente da insipiente presença da preocupação com questões de vigilância sanitária e urbanismo na discussão política dos idos tempos.

Os diferentes processos de crescimento (populacional, econômico, espacial) por que o Município de Castanhal passou, especialmente nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI, entretanto, representaram a passagem para um novo contexto, no qual as atividades produtivas desempenhadas pelos pequenos pecuaristas urbanos de base familiar passaram a ser objetivamente consideradas como um problema de saúde pública, sendo, portanto, alvos da ação fiscalizadora e punitiva do Centro de Controle de Zoonoses de Castanhal.

A despeito dos argumentos referentes ao risco de disseminação de zoonoses e de acontecimento de acidentes com automóveis, que em tese justificariam a aceitação de providências potencialmente danosas à estabilidade econômica de algumas poucas famílias (“em causa da saúde e da segurança do restante da população”), persiste a impressão de existirem outras intenções. Em decorrência das idealizações acerca da modernização do espaço urbano do Município de Castanhal, popularmente celebrado como “Cidade Modelo”, os governos buscam instaurar uma divisão entre aquilo que pertence ao domínio da cidade e aquilo que não pertence, para assim tentar igualar a ideia de morar em uma cidade, com a efetiva experiência de fazê-lo. Embora esta representação de sociedade urbana bem organizada seja referida por moradores de Castanhal de diversos extratos econômicos, sua expressa divulgação poderia ocasionar a antipatia contra os grupos políticos envolvidos em sua defesa, por ter ligação com ações antipopulares (p. ex. remoção de vendedores ambulantes, regulamentação do estacionamento de automóveis na via pública, eutanásia de animais errantes, expulsão de moradores de terrenos invadidos, etc.). Adstritas às confabulações de gabinete, essas pretensões desenvolvimentistas são implantadas à sombra de um discurso oficial.

No caso dos pecuaristas urbanos de Castanhal, a incômoda presença de seu gado vagando pelas ruas da cidade, incompatível com a noção de cidade ideal, vem sendo reprimida com o amparo da Lei Orgânica Municipal. A partir de argumentos verdadeiros, relativos a aspectos sanitários, pratica-se, então, uma política de ocupação do espaço revestida de legitimidade, e que torna admissível e plenamente compreensível a supressão das condições de trabalho de grupos sociais não alinhados à produção tipicamente urbana (assalariada), inclusive construindo uma imagem negativa a seu respeito, projetando neles uma espécie de responsabilidade por seu infortúnio. Embora não seja este o foco do presente trabalho, tais observações são fundamentais ao entendimento da noção de corrosão da perspectiva de sustentabilidade econômica da pecuária urbana além do curto prazo, que será retomada adiante.

A emergência da condição de ilegalidade dos pecuaristas, no entanto, não foi suficiente para cessar a criação de gado bovino no setor urbano de Castanhal, nem sua soltura pelas ruas da cidade. Embora haja casos de membros das famílias de migrantes que abdicaram da produção leiteira, assalariando-se em empregos urbanos, e outros, que deslocaram seu rebanho para lotes de assentamentos no

setor rural do município, a persistência de alguns grupos de trabalhadores familiares levanta questões relevantes acerca das motivações e da perspectiva de futuro dos pecuaristas, em relação à continuidade de seu trabalho nos moldes tradicionais.

Por conseguinte, este trabalho pretendeu resgatar dados acerca dos processos de sociabilidade que caracterizaram a educação familiar recebida pelos filhos de um dos casais de criadores nordestinos migrantes. Acredita-se que o entendimento acerca do modo como ocorreu a formação humana desses adultos da segunda geração possa explicitar os valores distintivos da identidade, as motivações e a lógica de ação e decisão do grupo familiar, provendo pistas que indiquem os fundamentos da resistência dos pequenos produtores em acolher as diretrizes da autoridade municipal acerca da ilegalidade em que foram inscritos.

O referido esforço se justifica pela importância de discutir o caso concreto mencionado frente a referenciais que abordam a construção e repasse cultural no âmbito de sistemas de reprodução social e as interações entre tais elementos com o aspecto histórico (portanto apto a sofrer mudanças) das estruturas sociais correlatas às leis, às instituições, à política oficial e às ideologias dominantes em diferentes períodos. Isso significa que, embora um determinado grupo social – como uma família – tenha um modo próprio de se organizar, de internalizar estes conhecimentos e atribuir-lhes valores e significados distintivos, repassando-os para as gerações seguintes com certo grau de objetividade, tais construções, de algum modo, se relacionam com o contexto onde o grupo restrito se insere, um universo mais abrangente, aqui denominado como sociedade local (BERGER; LUCKMAN, 1973; MARIN, 2008).

Quando a educação familiar molda a criança para se tornar um adulto que reproduz um modo de vida adequado ao contexto da sociedade local, o grupo familiar encontra maior facilidade para se manter íntegro na malha social (BRANDÃO, 1981; MARIN, 2008). Quando os valores, normas, significados e visão de mundo repassados às novas gerações informam relações, expectativas e possibilidades que não mais coadunam com a ideologia difundida pela sociedade local, pode haver o destacamento do grupo familiar da malha, e seu isolamento, acarretando risco de exclusão social (contexto de vulnerabilidade) (WANDERLEY, 2001). Daí, nasce a necessidade de se problematizar o paradoxo existente entre a manutenção da identidade cultural (que dá base às técnicas de produção e, portanto, condiciona e restringe as possibilidades de ação do sujeito sobre o mundo)

e a busca por melhores condições de vida da população envolvida com atividades rurais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (REIJNTJES; HAVERKORT; WATERS-BAYER, 1994; SEN, 1999; PAIVA; RICCI; OLIVEIRA, 2012).

Não se pretendeu diminuir o debate ao falacioso argumento da incapacidade da agricultura familiar e do pequeno estabelecimento agrícola em garantir o sustento de seus membros (SILVA, 2001), mas se quis lançar luz sobre a questão da apreensão do contexto por parte do pequeno produtor e de sua família, ou como também se poderia denominar, a recuperação de informações do meio externo, pelo sistema de tomada de decisões no nível do lote agrícola (REICHERT; GOMES, 2009). Por entender-se que os processos educativos de formação e sociabilidade do sujeito promovidos pela família exercem influência decisiva nas ações do adulto e nas estratégias que formula ao longo de sua vida (HEREDIA, 1979), este artigo, após apresentar os procedimentos metodológicos adotados no campo de pesquisa, discutirá os resultados alcançados no que concerne à (a) educação dos filhos do casal encabeçado pelo patriarca, à (b) educação dos netos do referido casal, e às (c) possibilidades e limitações decorrentes dos modelos de educação adotados.

METODOLOGIA

Participaram, como interlocutores da pesquisa, os membros de uma família de pequenos criadores de gado bovino leiteiro, oriundos do Estado do Ceará (Região Nordeste do Brasil). A referida família se organiza ao redor do casal formado pelo patriarca, visto como chefe da casa, e por sua esposa. Além deles, a pesquisa abrangeu seis filhos do sexo masculino, quatro filhas e dois genros. Alguns desses filhos são casados, outros solteiros, a maioria mora perto da casa do casal, e alguns já desistiram da lida com o gado e transitaram para outras atividades, mas tais especificações apenas serão citadas na oportunidade de serem necessárias ao entendimento dos mecanismos e características do processo de sociabilização das crianças nascidas no seio dessa família e formadas em seu contexto social. A idade dos interlocutores variou entre dezoito anos (filha mais nova, que ainda morava na casa dos pais) e setenta anos (o patriarca e cabeça do casal).

O método empregado na pesquisa foi o estudo de caso, composto pelas técnicas de observação participante e entrevistas com roteiros semiestruturados (MANN, 1973; BARROS; LEHFELD, 2000). A observação participante se constituiu por frequentes visitas à residência, aos espaços de trabalho e a outros espaços de convivência dos interlocutores, em situações variadas, e se estendeu desde julho até dezembro de 2013. Foi caracterizada pela visualização das atividades do cotidiano, pelo registro das falas ocasionais, por conversas espontâneas e pelo compartilhamento de momentos significativos, incluindo refeições e rodas de discussão informal.

As entrevistas complementaram a coleta de dados, e se constituíram por questões com respostas abertas, que solicitavam o resgate da memória dos interlocutores ao tempo de suas infâncias. Nesse ponto, a equipe de pesquisa pôde traçar um paralelo entre os relatos dos sujeitos – devidamente submetidos ao crivo da consistência mútua – e a relação construída no presente com as crianças da nova geração, seus filhos e sobrinhos. De modo diferente do que ocorreu na observação participante, as entrevistas tiveram um caráter dirigido, o que, por um lado, criou um ambiente artificial de elaboração de falas, mas, por outro, deu voz àqueles membros da família que teriam suas versões abafadas pelos indivíduos mais eloquentes ou carismáticos, que, por trás de sua iniciativa, poderiam, conscientemente ou não, abrigar uma ânsia por manter o controle sobre uma suposta versão oficial dos fatos, a qual reconhecidamente nem sempre traduz a experiência concreta de cada indivíduo implicado.

Tanto os registros fotográficos dos momentos de convivência com a família pesquisada, quanto a captação das falas elaboradas durante as entrevistas, foram autorizados pelos interlocutores, assim como seu armazenamento para fins de pesquisa. Do mesmo modo, as informações prestadas de boa-fé pelos participantes da pesquisa foram tratadas com o cuidado de resguardar a imagem e a reputação do grupo social do qual eles fazem parte, uma vez que a identidade particular dos sujeitos contatados não consta neste texto, nem é de interesse para o completo entendimento da problemática ora exposta.

Após a coleta de dados, a equipe de pesquisadores realizou um cruzamento dos diversos relatos, para compreender se as informações prestadas por cada sujeito poderiam ser generalizadas para o grupo, na tentativa de compreensão dos processos formativos familiares. Juntamente a este exercício, buscou-se dialogar

com literatura científica circunscrita aos campos temáticos da infância rural, da sociabilidade rural, da família camponesa, do parentesco e dos próprios conceitos de cultura e sociedade. A isto, seguiu-se a composição do texto e sua edição.

RESULTADOS

EDUCAÇÃO DE PAIS A FILHOS

À moda da família típica do nordeste rural (MARIN, 2008), os pequenos pecuaristas urbanos de Castanhal organizam sua estrutura familiar inicialmente a partir de um amplo círculo de filhos, opção (no sentido de comportamento decorrente do pensamento racional desempenhado em um grau variável de consciência e intencionalidade) que contempla a percepção formulada pelo casal de patriarcas acerca da necessidade de formação de força de trabalho para a manutenção das atividades produtivas do estabelecimento familiar em médio e longo prazo.

Foram criados, pelo casal, treze filhos biológicos, seis do sexo masculino e sete do sexo feminino, e acolhidos dez sobrinhos, filhos de uma irmã da matriarca (de acordo com o princípio da solidariedade, citado por Marin [2008]), além de outros filhos de criação. Morreram, entretanto, alguns filhos, devido a problemas na gestação ou durante o nascimento. As gestações foram próximas umas das outras, acarretando filhos cujas idades se organizam em uma série de números sucessivos que, em alguns casos, apenas escapam à sequência perfeita pela falha decorrente dos fetos abortados, natimortos e falecidos com menos de um ano.

Os cinco primeiros filhos biológicos que sobreviveram – três mulheres e dois homens, intercalados – nasceram em uma fase de união recente do casal, quando ainda morava no Estado do Ceará. Quando migraram para o Estado do Pará, o filho mais velho ainda não tinha completado cinco anos de idade. Dali em diante, os demais filhos nascidos foram todos paraenses. E apesar do número elevado de filhos (em comparação com a tendência observada na estrutura populacional urbana da atualidade), os nomes atribuídos a cada um geralmente possuíam as palavras Maria, Francisco ou Alexandrino, ou uma combinação entre elas, podendo ocorrer adequação das masculinas ao gênero feminino. Essa constância de nomes remete à

figura de antepassados, e a composição do nome de cada novo ente familiar pareceu se deslocar desta norma, no que tange à geração dos filhos do casal, apenas na medida para possibilitar a diferenciação de cada filho.

Os filhos mais velhos passaram por um processo de socialização diferente do vivenciado pelos mais novos. Os filhos mais velhos, desde cedo, foram instigados a observar as atividades do pai e da mãe na lida com o gado, ouviam as conversas a respeito e acompanhavam etapas pontuais da produção leiteira. Em meados dos oito ou nove anos de idade das crianças, uma maior participação delas era requerida, e elas passavam a acompanhar o processo produtivo em suas diferentes etapas, incluindo o pastejo do gado e a ordenha das vacas; os meninos aprendiam a executar os trabalhos do pai sob a supervisão dele, até que demonstrassem desenvoltura para realizar cada tarefa, ou pelo menos dada tarefa, desacompanhados.

A experiência proposta às crianças tinha a tônica de desafio, mas com forte apelo lúdico. Era não só uma forma de conviver com o pai e, através de seus ensinamentos, reforçar os laços familiares, mas também um processo entendido, pelas pessoas envolvidas (especificamente naquele período inicial), como algo natural, inevitável e positivo, por se configurar como habilitação dos filhos a serem homens com capacidade de trabalhar e prover sustento à sua casa (NEVES, 1999; MARIN, 2008), dentro de um modo de vida por eles considerado digno e, mais que isso, prazeroso e emocionalmente valioso, o que garantiria que gozassem de reconhecimento social e respeito entre seus pares.

O referido reconhecimento social advinha da capacidade de apreensão dos papéis sociais (BERGER; LUCKMAN, 1985; MARIN, 2008) inculcados durante as etapas de socialização das crianças no trabalho. Tal reconhecimento possui, no âmbito desses grupos sociais, expressiva importância para a constituição das relações de matrimônio (WOORTMANN, 1995), o que ajuda a entender a profusão de uniões conjugais entre primos – inclusive de primeiro grau – na família enfocada, tanto nas gerações atuais, pesquisadas e sitas no Pará, quanto nas atuais remanescentes no Ceará e nas gerações passadas.

A escolha do cônjuge (marido ou mulher) deve ocorrer dentro do circuito de relações sociais de reconhecimento (WOORTMANN, 1995), como clara estratégia para evitar a fragmentação patrimonial. A escolha de um cônjuge que os pais não reconhecem gera o confisco de bens designados, críticas e isolamento do núcleo

formado pela união indesejada. O reconhecimento, entretanto, pontualmente, pode vir de uma convivência longeva entre um ente não sanguíneo com o casal patriarca, em que se enquadra a relação de adoção informal. Nesse caso, assim como no caso dos primos, a união não é vista como tabu, mas como uma relação ideal. Mesmo nesses casos de grande proximidade, porém, há cuidado extremo para com a conservação do patrimônio; as terras de uso e controle dos filhos casados, por exemplo, permanecem registradas sob o nome da mãe (“a velha”).

Atrelado de modo íntimo ao aprendizado dos papéis sociais e igualmente importante para a obtenção do status de reconhecimento pelo grupo social, estava o aprendizado do serviço, ou seja, das técnicas e procedimentos relacionados ao trato do rebanho e produção do leite bovino, que garantia a plena integração entre reprodução social e reprodução biológica do grupo de familiares. O envolvimento precoce dos meninos na lida com o gado era, na visão do pai, o meio necessário para garantir o aprendizado de seus filhos, naquela atividade que poderia garantir seu sustento, sua permanência em uma posição distante das privações vividas no nordeste. Era a atividade que o pai conhecia; a atividade que ele sabia ser capaz de suprir as necessidades da casa; e era o que ele tinha de seu, para ser repassado a seus filhos. Portanto, esse conhecimento técnico, de certo modo, também pode ser entendido como patrimônio (BRANDÃO, 1981; NEVES, 1999; MARIN, 2008).

Os meninos iniciavam sua jornada a partir de três ou quatro horas da madrugada, ajudando a conduzir as vacas para o interior do curral, onde era realizada a ordenha. Cada vaca atendia por um nome, que elas pareciam reconhecer. Pela manhã, quando iam à escola, os jovens aprendizes tinham muito sono, dormiam durante as aulas, tiravam notas ruins, eram achincalhados pelos colegas de classe (pela diferenciação da educação para o trabalho rural que recebiam dos pais), disso decorrendo a interrupção de seus estudos antes de obterem os certificados da educação básica.

A crescente participação dos meninos no pastejo e ordenha do rebanho liberou mais tempo para a mãe se dedicar aos trabalhos domésticos e para cuidar da educação das filhas no nível familiar, que se entendia como as prendas do lar, como cozinhar, lavar a roupa e limpar a casa, propiciando algum conforto para os homens, que passavam o dia todo fora, trabalhando (como em Marin [2008]). Nos modelos de famílias que se aproximam dessa descrição sobre a divisão do trabalho familiar, existem expectativas em relação a papéis que devem ser desempenhados

por homens e mulheres. O homem teria a função de provedor, como responsável por garantir o sustento e reprodução da família. A mulher, por sua vez, teria seu trabalho visto como ajuda, trabalho leve, trabalho de mulher, trabalho de casa, trabalho secundário ou não-trabalho (HEREDIA, 1979; STOLCKE, 1982; SARACENO, 1992; FERRANTE, 1998; MANESCHY, 2001; WITKOSKI, 2007; MARIN, 2008; MOTA, 2008; LOPES E SILVA; MOTA, 2010) – até em circunstâncias em que consiste nas mesmas tarefas realizadas pelos homens (MARIN, 2008). A socialização dos filhos no trabalho costuma ser orientada pelos papéis masculinos e femininos (HEREDIA, 1979; LOPES E SILVA; MOTA, 2010; MARIN, 2008).

Os meninos mais novos, o que inclui os filhos de criação – acolhidos em uma fase posterior da vida do casal –, entretanto, não passaram por um processo de sociabilidade de caráter compulsório, como os irmãos mais velhos. O pai já tinha formado seu grupo de trabalho, um círculo organizado e articulado para assumir a demanda de força de trabalho. Como consequência, houve investimento consideravelmente menor na socialização desses meninos mais novos no trabalho com o gado, servindo como desestímulo para que se interessassem pelo assunto. As significações dos elementos relativos a esse universo ficou fragilizada, pois os pais não conseguiram estabelecer uma ligação emocional entre os filhos mais novos e esse mundo. Se os primeiros meninos se miraram no exemplo de trabalho de seu pai e sua mãe, e os acompanhavam para imitá-los, aprendendo a “ser gente” (no sentido de Brandão [1981]), os mais novos miravam, no mais das vezes, seus irmãos mais velhos (como também expresso por Marin [2008]), enxergando-os como ordenadores autoritários, competidores sempre vitoriosos nas batalhas pela atenção e pelos elogios do pai.

As meninas mais novas, por sua vez, ajudavam a mãe por solidarizarem-se com sua idade avançada, mas já não esboçavam o entendimento de que seu serviço estivesse em função do trabalho masculino, a ele servindo como mero suporte. Os filhos mais novos, em especial as mulheres, hoje relatam projetos de frequentar cursos de nível superior, apontando opções que não estão relacionadas com a pecuária, nem com objetos comumente associados à noção de mundo rural, como também observado na pesquisa de Carneiro (1998), em condição análoga.

SOCIALIZAÇÃO DOS NETOS: CRISE DE IDENTIDADE?

A socialização dos netos do casal ancestral ocorre de modo diferente dos processos vivenciados por seus filhos. Os netos acompanham o avô em passeios que se entrecruzam com o acompanhamento ao pastejo do gado. Apesar disso, não se pode dizer que nesses passeios esteja ocorrendo a socialização no trabalho. Percebe-se que são repassados valores morais e se faz referência ao repasse de significados e à valorização da figura do homem do campo, do homem que realiza atividades rurais, entretanto o teor desses encontros não transcende o caráter contemplativo. O avô trabalha e, enquanto isso, convive com seus netos e reforça a afetividade familiar, mas, durante este processo, não ocorre mais o repasse de conteúdos técnicos, relativos ao aprendizado do cuidado com o gado.

Há perceptível interesse dos filhos do casal e respectivos cônjuges em que seus próprios filhos tenham uma trajetória escolar bem-sucedida (alternativa ventilada como opção viável, por interlocutores de Neves [2003]). Essa geração intermediária chegou à constatação de que a atividade de seus pais é insustentável em longo prazo, devido às pressões das autoridades públicas, que incluem restrições legais à utilização do espaço público do setor urbano para realizar o pastejo do gado. Tais pressões – como é o caso da interferência legislativa – obrigam o grupo doméstico a reformular suas estratégias (WOLF, 1976), podendo ser bem ou malsucedido e vivenciando o que Ferreira-Darnet (2003, p. 103-104) denominou como “trajetórias evolutivas” e “trajetórias recessivas”. Adicionalmente, alguns deles consideram a pecuária leiteira, naqueles moldes, uma atividade desgastante, portanto procuram garantir que seus filhos obtenham uma qualificação formal que possibilite o ingresso no mercado de trabalho como profissionais especializados, escapando tanto do ciclo de reprodução social, quanto do risco de ficarem à mercê dos postos de assalariamento precário (NEVES, 1999; 2003), no dia em que a execução dos serviços de pecuária leiteira e a própria presença de rebanhos bovinos forem objetivamente proibidas no município.

O contato com alguns netos do casal permitiu perceber que eles têm uma imagem positiva acerca da pecuária, nascida dos momentos vivenciados com a família e com a proximidade do gado, que circula próximo às suas residências, pelas ruas do bairro. Alguns deles até afirmam que gostariam de seguir carreiras – especializadas e pautadas na formação em nível superior – ligadas à ideia comum

de mundo rural. Em relação a seus pais, no entanto, existe maior diversidade de posições:

a) Alguns se referem à pequena pecuária familiar como algo essencialmente positivo, como destacado no relato do filho que se retirou, com seu rebanho, para um assentamento na zona rural do Município de Castanhal; a possibilidade de prosseguir com sua atividade típica, sem a preocupação de lidar com os conflitos relativos à utilização do espaço urbano, possibilitou que se sobressaísse a impressão de apreço pela pecuária familiar e a vontade de perpetuar tal serviço, incluindo a retomada dos estudos, com vistas à obtenção de capacitação técnica formal, para complementar a educação técnica recebida do pai na infância.

b) Vários dos outros filhos se referem à pecuária familiar como uma atividade que, embora seja cansativa, desperta sua satisfação, pois está ligada à identidade que eles assumem, faz parte de quem são como pessoas, faz parte de suas vidas; apesar disso, reconhecem a inviabilidade de sua modalidade urbana e a vulnerabilidade social a que se submetem os que insistem em praticá-la, por isso aconselham seus filhos a buscar outras opções ocupacionais, ligadas à vida urbana.

c) No outro extremo, registraram-se duas situações em que pecuaristas urbanos, contrariados com a constância das investidas oficiais contra a continuidade de suas atividades, decidiram repassar seu rebanho (por venda ou por juntada a rebanhos de parentes com contrapartida da produção), para se empregar em postos de trabalho com baixa remuneração (salário mínimo) no centro da cidade e, em um dos casos, posteriormente, na economia informal, sofrendo críticas por parte dos demais familiares e um perceptível abalo na sua autoimagem (afinal, eram provedores autônomos, e passaram a ser executores de ordens alienados de sua sociabilidade, de seu trabalho, enfim, violentados e em conflito de identidade); estes, mostraram a imagem positiva que faziam da pecuária familiar, através de falas de saudosismo, esperando, entretanto, a superação também através de seus filhos e de sua trajetória na escolarização formal.

A insegurança em relação ao futuro das atividades de criação bovina em bairros situados no setor urbano do município talvez pudesse ser vencida se a família se mudasse para os assentamentos da zona rural, ou para outro lugar qualquer, onde sua atividade fosse aceita. Ocorre, entretanto, um conjunto de fatores que dificulta este deslocamento: ausência de recursos financeiros; dificuldade em vender as terras que possuem em Castanhal por um preço que

considerem satisfatório e que permita uma capitalização suficiente para comprar uma propriedade noutra lugar; ligação emocional com o município onde moram há tanto tempo (vários deles, afinal, nasceram ali); medo de perder as vantagens locacionais decorrentes de residir em uma cidade média (de acordo com o conceito formulado por Costa e Brondízio [2009] e Trindade Júnior [2011]), como, por exemplo, facilidade em escoar a produção leiteira, além das facilidades associadas à vida cotidiana, como acesso a produtos variados e serviços.

Embora sua atividade produtiva seja inapropriada ao setor urbano, não há indicativos de que a família de criadores se retirará (apesar do aparente sucesso e satisfação obtidos pelo filho que se retirou), nem de que deixem de produzir leite (pois aqueles que o fizeram não estão em situação econômica melhor, e declaram certo arrependimento). Assim, a manutenção das atividades de pecuária urbana poderia ser considerada como um bem precioso, respeitado por todos os membros da família e referido como algo positivo, que se deve valorizar; no entanto, não é um bem durável, pois, para sê-lo, deveria respeitar duas condições de possibilidade: (1) os elementos simbólicos que garantem unidade social e identidade cultural e (2) os conhecimentos de procedimentos e técnicas, que possibilitam a efetivação da atividade, execução das tarefas e obtenção de resultados (produção apta ao consumo e à venda).

Como o processo de sociabilidade dos netos se pauta pela valorização do símbolo, desacompanhada do repasse do acúmulo de conhecimentos técnicos e procedimentais, sua formação técnica ficará a cargo do ensino formal, incapaz de prepará-los para continuarem sendo pecuaristas urbanos. Talvez se tornem profissionais especializados, mas certamente desempenharão, como unidade familiar mais ampla, uma ruptura no ciclo de reprodução social do grupo, podendo, no decorrer de mais algumas poucas gerações, transcender também a dissolução do símbolo patriarcal e das referências ao mundo rural no imaginário e na educação familiar desenvolvidos no interior de cada núcleo resultante.

DISCUSSÃO

RESTRIÇÕES E ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO

O modelo de educação familiar instituído pelo casal primeiro na socialização de seus filhos guarda relação com as práticas produtivas e o repasse do conhecimento técnico, fortemente atrelado à reprodução social do grupo, à manutenção de sua identidade e valorização dos símbolos que a fundamentam. Pode-se afirmar, portanto, que esse modelo estimula a reprodução social e a manutenção da identidade, mediadas pela relação de trabalho no mundo (HEREDIA, 1979; MARIN, 2008).

Esse mesmo modelo, aliás, como qualquer outro modelo de socialização infantil (BRANDÃO, 1981; LARAIA, 1999; ARANHA; MARTINS, 2009), impõe limites às opções dos filhos; no caso específico em comento, limitações relacionadas às chances futuras de desenvolvimento (notadamente econômico) de crianças expostas a uma escolarização inadequada (NEVES, 1999; 2003). A socialização no trabalho pela qual as crianças – e mais acentuadamente os meninos – passaram foi intensa, dificultando um bom desempenho na escola. Devido ao histórico do casal central, suas vidas tinham-lhes ensinado que a comida na mesa era fruto de suor, e eles tinham conseguido sobreviver desde sempre em suas famílias, mesmo sem estudo, então havia uma racionalização para não estimular os filhos a se dedicarem aos estudos escolares, pois mesmo que eles não concluíssem nem o ensino básico, poderiam se sustentar e viver a vida do mesmo modo que seus antepassados, por sinal, uma vida considerada boa e satisfatória. Ademais, consideravam necessitar objetivamente daquela força de trabalho representada pelos filhos aprendizes.

O casal estava impregnado pela lógica de reprodução social, não de um modo fanático, nem impositivo, mas naturalizado, como frente a um fato inevitável, como parte da vida objetiva (BERGER; LUCKMAN, 1973; NEVES, 1999; 2003). Tal lógica, entretanto, por ser oriunda do contexto da vida no nordeste, talvez fosse apropriada ao interior, e eles não compreenderam que ao se instalarem em uma cidade que viria a crescer tanto quanto Castanhal, deixar de estimular um bom desempenho de seus filhos na educação formal significaria que aquelas crianças, futuramente, estariam submetidas à situação de insegurança e pobreza. A

insegurança decorreria da incompatibilidade entre a pecuária bovina e o ambiente urbano; a pobreza, da impossibilidade de ampliação do rebanho (devido às restrições citadas), da pressão pela sua redução (com vistas à futura eliminação) e da virtual impossibilidade de busca por outras opções de trabalho (além dos postos de serviço auxiliar, com baixos salários e árdua rotina de trabalho).

Como buscar outras opções ocupacionais, afinal, havendo a questão da desqualificação formal? A escolarização incompleta e com baixo aproveitamento e a falta de especialização técnica ou profissional em outras atividades que não a pecuária restringiram o acesso a uma quantidade grande de postos de trabalho. As crianças socializadas dentro do modelo regular dos pecuaristas urbanos se tornaram adultos que dominam os conhecimentos técnicos necessários para executar seu trabalho, mas somente aquele trabalho. Quando afirmam que “a vaca foi nossa escola”, essas pessoas permitem inferir que o modo como foram sociabilizados, apesar de ter garantido o aprendizado de um ofício (que também remete à transmissão de um modo de vida [MARIN, 2008]), impossibilitou que elas prosseguissem por outros caminhos, caso assim quisessem. Foram, desse modo, podados de um leque mais amplo de escolhas e oportunidades.

Modelo diverso de sociabilidade foi instituído a partir do nascimento da geração de netos do casal migrante. Estando ainda impregnados com o valor de sua identidade cultural, mas suficientemente atordoados com a pressão do entorno, os filhos do casal, juntamente a seus cônjuges, vêm fornecendo estímulos para a ruptura do processo de reprodução social, assim tornando viável a estabilização do outro modelo de sociabilidade, caracterizado como transição, e que supostamente possibilitaria às próximas gerações alcançar o desenvolvimento econômico.

Do mesmo modo como qualquer outra forma de socialização de crianças no âmbito familiar e de planificação de sua formação técnica, a nova estratégia formulada também apresenta restrições; no caso, ao não promover o repasse dos conhecimentos técnicos da pecuária urbana, retira a oportunidade de que as gerações vindouras optem pela manutenção do modo de vida de seus pares, caso assim o desejassem (SEN, 1999; PAIVA; RICCI; OLIVEIRA, 2012). Constatada tal contradição, torna-se necessário demonstrar que esta não é uma questão de juízo de valores, de escolha entre o certo e o errado; trata-se da tentativa de compreender o contexto e os fatos que se sucedem no tempo, transformando continuamente as

circunstâncias a que genericamente denominamos como realidade, cabendo a cada grupo social se adaptar às novas condições que se colocam.

Segundo Laraia (1999), a cultura de uma comunidade seria um “sistema de padrões de comportamentos socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos” (p. 60-61), e, assim como o processo de seleção natural, deveria ser mantida uma relação adaptativa entre dado grupo social e seu meio circundante. Havendo uma mudança nas condições externas, ou condições ambientais, caberia a operação de processos de mudança cultural, para adaptar as tecnologias, as práticas econômicas e a organização social ligada à produção – atingindo até domínios simbólicos menos evidentes – à nova configuração do entorno (LARAIA, 1999).

É, portanto, pela interação entre contexto, normas, oportunidades, técnicas e mecanismos de repasse e controle que opera a dinâmica de mudança cultural. Este é o caminho por onde segue o grupo pesquisado, e, ao mesmo tempo, um caminho que eles próprios estão construindo, pois não são meros sujeitos receptores, mudando de conformação na medida exata da influência externa. Essa mudança de direção, como uma construção social humana, é dotada de criatividade e desenvolvida com vistas a objetivos determinados, que se relacionam ao aumento da chance de sucesso de sobrevivência do grupo, considerados os recursos disponíveis e a referência à experiência e à memória acerca das estruturas de organização social precedentes.

É por esta dinâmica de ajustamento entre as condições externas consideradas como concretas (objetivas) pelo sujeito agente e os significados/valores a elas atribuídos, que não se pode condenar a atitude do casal migrante, de priorizar o repasse dos conhecimentos referentes à pecuária a seus filhos, em detrimento do processo de escolarização formal, pois a análise feita por eles, acerca da realidade em que se acreditavam inseridos, os levou à decisão de assim proceder, pois acreditaram que a estratégia adotada seria a mais apropriada para garantir sua sobrevivência.

Podaram as oportunidades de escolarização, assim limitando a liberdade dos filhos (NEVES, 1999; SEN, 1999), por acharem que aquele modo de sociabilidade era não só necessário do ponto de vista da obtenção do sustento imediato, mas talvez do sustento futuro (caso nada mudasse, também não mudaria o “fato” de que aquele tipo de serviço sempre fora suficiente para prover o sustento) e da formação

moral das crianças (como também descrito por Marin [2008], em contexto análogo). Do mesmo modo, não se poderá condenar os filhos do casal, por promoverem a ruptura dos processos familiares tradicionais de sociabilidade, ao adotarem uma postura diferenciada quanto à educação familiar propiciada a seus filhos, priorizando a aquisição de conhecimentos que supostamente seriam capazes de promover sua adaptação ao mundo urbano, suas restrições e oportunidades.

Não se considera que a opção escolhida de modo mais ou menos consciente pelos filhos do casal seja uma atitude de violência contra a identidade do grupo social, nem contra seus próprios pais, pois ao participar de passeios com seus netos e, dentro do mesmo contexto, não repassar-lhes os conteúdos técnicos nem exigir que seus filhos o façam, o “velho”, como é carinhosamente chamado, minimamente admite que a educação do filho caiba tão somente a seu respectivo pai, sendo indevida a interferência de qualquer outra pessoa, inclusive do avô, na definição dos rumos que deva tomar. Indo além, é possível, entretanto, sugerir que o silêncio do avô se dê pela percepção da insustentabilidade, da ausência de condições para formular uma visão de futuro acerca da pecuária urbana, e da suspeita de que a cidade, tão diferenciada de seu nordeste, exija um outro tipo de homem, que, apesar de tudo, ainda pode e deve enxergar a natureza, os animais e o trabalho do campo como algo positivo, mas que também – e talvez principalmente – esteja pronto para se integrar efetivamente à sociedade urbana, para se evadir da situação de constante ameaça e dos confrontos decorrentes, podendo, inclusive, alcançar o sucesso, conforme ideal convencionado pelo coletivo das percepções nesse tipo de espaço que ele ainda não decifrou completamente (e boa parte do que conseguiu decifrar, sabemos, não foi de seu agrado), mas que talvez as próximas gerações, depois de seus filhos, o possam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutiu-se sobre a socialização das crianças, no âmbito de um estabelecimento produtivo familiar voltado para a pequena pecuária bovina leiteira no Município de Castanhal. O referido processo, como demonstrado, esteve pautado, em um primeiro momento, na lógica da reprodução social, com o repasse de valores e conhecimentos técnicos relacionados ao objetivo de manutenção da

referida atividade produtiva. Como se destacou, entretanto, esta opção veio a representar uma restrição de oportunidades àquelas crianças, especialmente em face da mudança na expectativa quanto ao uso do espaço urbano no município, colocando a família como um todo em uma situação de isolamento e vulnerabilidade social.

Em algum outro local, tempo ou contexto político, poderia ter sido suficiente o modelo de educação familiar proposto no âmbito daquele grupo de migrantes, para ocorrer o prolongamento das atividades de pecuária urbana por mais algumas gerações. As circunstâncias encontradas no município e aquelas que posteriormente se desenvolveram, entretanto, foram marcadas por uma crescente pressão sobre a questão do uso do espaço. A existência de grupos sociais oriundos de diferentes localidades e os intensos fluxos de pessoas, materiais e dinheiro, ao conferirem dinamismo à vida da cidade, não impediram a tentativa de normatização e ordenação do espaço público, restando, aos indivíduos ou grupos dissonantes, buscar algum modo de se reconstituírem, sob uma nova ordem.

Enquadrando-se os sujeitos da pesquisa como um dos grupos afetados pela política municipal de ocupação do espaço urbano, percebe-se que o caso estudado se configura como fenômeno de reestruturação do processo de socialização familiar, pois os princípios que norteiam tais rituais diferem sobremaneira, em relação àqueles que sustentaram as práticas de educação familiar aplicadas na geração imediatamente anterior. Tal mudança aponta para a adoção de objetivos outros, relacionados à formação de um novo tipo de homem, um modelo de adulto que se inaugura e pretende romper com um determinado modo de vida, ora visto, pela família pesquisada, como insustentável, frente aos conflitos vivenciados por seus membros.

Sugere-se, também, que a mudança nos princípios, ao acarretar modificação no processo de sociabilidade propriamente dito, está ligada ao abandono de determinados elementos – no caso, conteúdos técnicos referentes à pecuária urbana – e manutenção de outros, que, no decorrer da estruturação de uma nova identidade, tendem a também se diluir. Ressalta-se, porém, que essas alterações não são propriamente perdas, mas ajustamentos necessários ao acoplamento das sociedades humanas ao ambiente que habitam, como forma de coevolução e manutenção de sua existência.

Assim, não é possível engessar uma posição que torne compulsória a preservação cultural como algo rígido, pois os significados e valores associados aos objetos do mundo devem ter relação com a experiência concreta com o mundo, portanto devem dialogar não apenas com a história do grupo familiar, mas também – e necessariamente – com o contexto local com o qual se integra. Novas pesquisas, em médio e longo prazo, poderão clarificar os reordenamentos ocorridos, com vistas à superação dos atritos entre o grupo em foco e as autoridades públicas de Castanhal, devendo obrigatoriamente registrar se de fato terá havido a formação de uma nova identidade estável para esses que, até então, tem sido, como referido popularmente no município, os “fazendeiros urbanos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. Natureza e cultura. In: ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4ª Ed. São Paulo: Moderna, 2009.

BARBOSA, J.L. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. **GEOgraphia**, v.2, n.3, p.69-88, 2000.

BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. A pesquisa científica: A coleta de dados. In: BARROS, A.J.S.; LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de Metodologia Científica: um guia para a iniciação científica**. 2ª Ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

BELLOWS, A.C.; ROBINSON, V.; GUTHRIE, J.; MEYER, T.; PERIC, N.; HAMM, M.W. Urban livestock agriculture in State of New Jersey. **Urban Agriculture Magazine**, v.1, n.2, p.8-9, 2000.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. A sociedade como realidade objetiva. In: BERGER, P.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

BRANDÃO, C.R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNEIRO, M.J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C.; CASTRO, A.C. **Mundo rural e política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

COSTA, S.M.; BRONDÍZIO, E.S. Dependência inter-urbana entre cidades amazônicas: crescimento urbano, deficiências em infraestrutura e redes sociais. **REDES**, v.14, n.3, p.211-234, 2009.

FERRANTE, V.L.B. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modelo de vida. In: ABRAMO, L.; ABREU, A.R.P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro/São Paulo: ALAST, 1998.

FERREIRA-DARNET, L.A. Evolução e perspectiva para a agricultura familiar do Município de Uruará: pistas para uma reflexão sobre a consolidação dos sistemas de produção agrícolas familiares. In: SIMÕES, A.V. **Coleta Amazônica**: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. Belém: Alves Editora, 2003.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LARAIA, R.B. Teorias modernas sobre cultura. In: LARAIA, R.B. **Cultura: um conceito antropológico**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LOPES E SILVA, M.C.; MOTA, D.M. Dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no município de Cametá – Pará. **Cadernos de educação**, n.37, p.161-184, 2010.

MANESCHY, M.C. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, M.J.J. **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

MANN, P.H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARIN, J.O.B. Infância camponesa: processos de socialização. In: NEVES, D.P.; SILVA, M.A.M. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MOTA, D.M. Reflexões sobre o trabalho e a família no espaço rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3., 2008, Campina Grande, PB. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2008. p.1-15.

NEVES, D.P. **A perversão do trabalho infantil**: lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.

NEVES, D.P. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, v.6, n.2, p.149-173, 2003.

PAIVA, M.P.V.; RICCI, F.; OLIVEIRA, A.L. A globalização e seus efeitos na identidade cultural e nos hábitos e costumes dos povos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA, 4., 2012, Taubaté, SP. **Anais...** Taubaté: UNINDU, 2012. Online. Acessado em: 23.12.2013. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf533.pdf>

REICHERT, L.J.; GOMES, M.C. Processo de tomada de decisão e a racionalidade administrativa na mudança do sistema de produção convencional para o de base ecológica na agricultura familiar. **Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, n.9, p.121-144, 2009.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. A sustentabilidade e os agricultores: a tomada de decisões em nível do estabelecimento agrícola. In: REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro**: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

SARACENO, C. Família, trabalho, economia. In: SARACENO, C. **Sociologia da Família**. 2ª Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SILVA, J.G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v.15, n.43, p.37-50, 2001.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada. Sistemas de trabalho e estrutura familiar: O caso das fazendas de café em São Paulo. In: ARANTES, A.A.; BIANCO, B.F.; BRANDÃO, C.R.; CORRÊA, M.; SLENES, R.; KOFES, S.; STOLCKE, V. **Colcha de retalhos**: Estudos sobre a família no Brasil. Editora Brasiliense, 1982.

TRINDADE JÚNIOR, S.C.C. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.13, n.2, p.135-151, 2011.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

WITKOSKI, A.C. Organização social do trabalho da família camponesa. In: WITKOSKI, A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2007.

WOLF, E.R. **Sociedades camponesas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E.F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

6. ARTIGO 3 - INFLUÊNCIA DA URBANIZAÇÃO NA MUDANÇA DE GRUPOS DE TRABALHO E PONTOS DE PASTEJO DA PECUÁRIA FAMILIAR DOS ARREDORES DE UM CENTRO SUB-REGIONAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL

INFLUÊNCIA DA URBANIZAÇÃO NA MUDANÇA DE GRUPOS DE TRABALHO E PONTOS DE PASTEJO DA PECUÁRIA FAMILIAR DOS ARREDORES DE UM CENTRO SUB-REGIONAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL¹

Resumo

A partir de um estudo de caso, o artigo analisa a relação entre o deslocamento dos pontos de pastejo de gado no interior da sede urbana do Município de Castanhal (Pará, Brasil, Amazônia Oriental) e as reconfigurações dos grupos de trabalho formados pelos membros de uma família de criadores, frente às mudanças das disposições sociais e da tolerância (inclusive política) à presença de gado bovino dentro do espaço urbano. Utilizando as técnicas de entrevistas com roteiros semiestruturados, debates, visitas guiadas, levantamento em fontes secundárias e georreferenciamento, cobre o período de 1999 a 2014, embora faça referência a momentos anteriores. O registro dos eventos em diferentes séries temporais permitiu constatar que houve aumento do tamanho da população residente e da área de terras usadas para fins urbanos, levando ao acirramento das pressões contra a criação de gado próximo ao centro da cidade. Concluiu-se, por fim, que a oposição à criação de gado na sede urbana se baseia na formulação de uma concepção peculiar de natureza pelo cidadão comum do lugar, associada à noção de atraso, que se origina do processo de constituição histórica do município e se consolida através da percepção da centralidade do governo municipal na sub-região.

Palavras-chave: espaço urbano; trabalho familiar; pecuária urbana; mudança social.

INFLUENCE OF URBANIZATION ON THE CHANGE OF WORKING GROUPS AND LIVESTOCK GRAZING POINTS RELATED TO THE FAMILIAR CATTLE RANCHING AROUND A SUB-REGIONAL CENTER IN EASTERN AMAZONIA

Abstract

From a case study, the paper analyses the relationship between the grazing livestock points displacement within the urban seat of Castanhal Municipality (Pará, Brazil, Eastern Amazonia) and the reconfigurations of the working groups formed by the members of a breeder family, related to the changes on social (including political) predispositions to tolerate the presence of cattle within the urban space. Using semi-structured interviews, debates, guided tours, secondary sources research and georeferenced data techniques, it covers the period between 1999 and 2014, though referring to previous moments. The register of events in different time frames allowed verifying the municipal population size increase and also the increasing use of land for urban purposes, which were associated to more intense pressure to restrict the continuity of the farmers' activity near the city center. It was concluded that the broad opposition to livestock in urban headquarters is based on the formulation of a particular conception about nature by the ordinary citizen, associated with an underdevelopment notion, which originated from that city historical constitution process and consolidated through the perception of the centrality expressed by the local government in the sub-regional context .

Key-words: urban space; family work; urban ranching; social change.

¹ Texto formatado conforme as diretrizes para submissão de trabalhos originais ao periódico Revista de Economia e Sociologia Rural (ISSN 0103-2003), para o qual o artigo será enviado.

INTRODUÇÃO

A ocupação do espaço não é um processo aleatório, acidental, nem completamente imprevisível, como pode fazer crer a diversidade de formas que assume o assentamento humano nas partes habitadas do mundo. Suas moradas, as instalações voltadas à produção agrícola ou industrial e às sedes das instituições responsáveis pela organização da vida em sociedade se equilibram entre dois extremos: a durabilidade das estruturas estáveis *versus* a emergência de configurações reformuladas (BERGER; LUCKMANN, 1973).

A ação do sujeito, em qualquer contexto espacial e temporal, é necessariamente propositada, mas poderá, conforme uma série de condições (como, por exemplo, o regime político adotado em determinado lugar), ser mais ou menos livre e mais ou menos consciente. Assim, a ocupação do espaço por uma sociedade não se trata de um processo ao acaso, pois é executada por sujeitos propositados, sendo, entretanto, falsa a sensação de plena liberdade do indivíduo ou grupo em sua deliberação (ARANHA; MARTINS, 2009).

Várias condições, como liberdade política, disponibilidade de informação e história do grupo, comprometem a liberdade de ação dos indivíduos, obrigando-os a agir conforme as disposições da tradição (LARAIA, 1999); porém, o comportamento das pessoas não é mera determinação, havendo espaço para variação, escolhas e inovações (ARANHA; MARTINS, 2009). Cabe, portanto, falar em probabilidades ou tendências. O grau de consciência dos membros de um grande grupo social acerca desses aspectos da cultura humana varia tanto entre diferentes sociedades, quanto entre subgrupos da mesma sociedade (BRANDÃO, 1981), e a percepção diferencial dessas estruturas de limitação/informação das liberdades (inclusive os mecanismos de mudança e questionamento do *status quo*) possibilita uma análise mais profunda sobre a sociedade e maior capacidade de ação sobre sua organização (SEN, 1999).

Tratando-se especificamente da constituição do espaço urbano, pode-se entendê-lo como produto da concretização do conjunto de tendências (termo escolhido para resgatar o sentido de determinações e grau de liberdade de ação) de ocupação de um espaço previamente vazio, ou ocupado por elementos considerados menores, secundários, desimportantes, de qualquer forma, disponível (GONÇALVES, 2006). A construção desse mundo humano se caracteriza pela distribuição (ou realocação) de pessoas, recursos e capitais. Embora possa ocorrer (ou ser efetivado) arbitrariamente, sendo imposto verticalmente, a partir de uma visão particular e autoritária, tal processo não é uniforme: acontece de modos diferentes nos diferentes lugares e, mesmo dentro de uma localidade, admite variação (LIMONAD, 1999).

O estudo das variações, oscilações e exceções permite registrar e elaborar medidas de comparação, que refletem o grau de generalidade das determinações sociais (conforme definição discutida por Lahire [2002] e Setton [2005; 2009] e sumarizada por Kerstenetzky [2003], como “atitudes, preferências mais ou menos compartilhadas socialmente” [p. 79]). Os pontos fora da curva, em vez de meras aberrações ou curiosidades deslocadas do contexto, devem ser considerados como evidências que exprimem a contradição entre o ímpeto da mudança (em alguns casos, identificado com o ideal de progresso e ganhos econômicos e/ou sociais) e a resistência conservadora (KONDER, 1981), encontrando, cada qual, uma diversidade de condições a que podem recorrer para garantir sua manutenção.

No âmbito dessa discussão, propôs-se estudar a presença de uma família de pequenos criadores de gado bovino na sede urbana do Município de Castanhal (Amazônia Oriental, Estado do Pará, Brasil). A existência de produtores de leite bovino dentro de uma cidade localizada a menos de 80 km da capital estadual, com um crescente grau de urbanização e que exerce influência política e econômica sobre os municípios próximos parece ser contraditória, por representar a arraigada oposição entre cidade (urbano) e campo (rural).

Já houve mais famílias produtoras de leite, como esta que se propôs conhecer, no Município de Castanhal, mas as pressões sociais, como a proibição de pastejo do gado nas ruas (alimentando-se da vegetação espontânea), a restrição da presença de gado em terrenos

vizinhos de residências e a permanente ação fiscalizatória da Prefeitura Municipal, na figura do Centro de Controle de Zoonoses do município, têm arrefecido os ânimos dos produtores em perpetuar sua atividade, na mesma proporção em que os demais habitantes se tornam menos indulgentes com a presença do gado na via pública.

No presente caso, a mudança social observada diz respeito à obtenção de ares cada vez menos interiores por parte do Município de Castanhal, incentivando a adoção de postura intolerante por parte do cidadão médio, que, em décadas passadas, convivia com os criadores urbanos de gado de modo menos conflituoso. Resta pouco lugar, então, para a ocupação do espaço urbano de Castanhal com atividades rurais de criação de gado e para propriedades com esse fim. As novas determinações (valores, expectativas e padrões de tolerância) não preveem liberdade de ação nesse campo, e os grupos remanescentes enfrentam constantes ameaças, mas persistem na lida, pois alegam não possuir outras opções para obter seu sustento.

Grupos familiares antes coesos, inteiramente dedicados à criação de gado bovino leiteiro, se fragmentaram em subgrupos de trabalho, deslocaram seus rebanhos para locais onde acreditavam que escapariam do assédio da autoridade municipal; alguns preferiram desistir da pecuária urbana e passaram a desempenhar atividades formais caracterizadas pela baixa qualificação educacional e profissional, ou mesmo atividades informais. Dos grupos resistentes, enumeram-se as separações e reuniões de membros de famílias outrora agrupadas no mesmo estabelecimento produtivo, refletindo a busca por locais apropriados, em meio a um espaço com cada vez menos terrenos desocupados – frequentemente destinados ao loteamento com vistas à venda para construção de casas e condomínios urbanos.

Dado esse cenário, buscou-se resgatar o histórico do recente crescimento populacional do Município de Castanhal (20 últimos anos), estabelecendo um paralelo desses dados com imagens de satélite, que ilustram, em cada série temporal considerada, a distribuição da área ocupada por terras urbanas – áreas construídas, de uso residencial, industrial ou comercial, que se configuram como a sede urbana municipal. Ademais, pretendeu-se apontar a localização das áreas de alocação dos rebanhos da família estudada e das áreas de pastejo do gado, tendo como referencial as imagens de satélite, para dar a noção do grau de contato do gado dos criadores urbanos com os setores ocupados pela sociedade cidadina (contato, este, que favoreceu a formação da visão negativa direcionada ao grupo de pecuaristas).

Acredita-se que, ao registrar as sucessivas etapas da existência do grupo de sujeitos em foco, foi possível ventilar as circunstâncias e motivações envolvidas em cada reconfiguração assumida ao longo do processo. Do mesmo modo, o presente percurso analítico permitiu formular hipóteses acerca da origem e desdobramentos dos esquemas interpretativos que pautaram a relação conflituosa entre criadores urbanos e sociedade local, dando pistas para a identificação das tendências que nortearam e continuam a guiar o referido fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção se concentra na explanação do processo de formação histórica do município estudado, buscando formular argumentos para embasar a tese de que a modificação das tendências de uso do espaço teria sido consequência do fortalecimento de esquemas de pensamento e disposições sociais e políticas historicamente determinadas.

Aspectos históricos da formação do Município de Castanhal

A compreensão da estrutura social e urbana e das tendências atuais de utilização do espaço no Município de Castanhal se relaciona ao processo histórico de ocupação humana da localidade que originou a referida cidade. A construção da Estrada de Ferro de Bragança e da Rodovia Belém-Bragança, especificamente, contribuiu sobremaneira para a constituição do município, fornecendo o substrato para a formação de uma visão compartilhada de desenvolvimento, que atribui valor positivo à evolução material e à efervescência econômica.

No período entre 1870 e 1883, anterior à construção da Estrada de Ferro, ocorreu a colonização pioneira, com núcleos agrícolas de populações tradicionais que desenvolviam atividades extrativistas e agricultura de subsistência, e também um pequeno núcleo urbano vinculado às casas de comércio tradicional (ALVES, 2012). A posterior construção da Estrada de Ferro de Bragança, ocorrida entre 1883 e 1908 (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2010), foi parte da política governamental de efetiva colonização da então região bragantina (afastada das principais zonas produtoras de borracha), entendida como o trecho entre os Municípios de Belém e Bragança (incluindo o atual Município de Castanhal) (MIRANDA, 2012).

Embora tenha tentado atrair imigrantes europeus – supostamente mais capazes de racionalizar a atividade agrícola – para os núcleos de colonização, o governo local encontrou dificuldade para fixá-los, pois a natureza selvagem das áreas situadas no eixo da ferrovia em construção os afugentou, direcionando-os a Belém ou a zonas urbanas de outros municípios; os imigrantes nordestinos, porém, já afluíam para a Província do Grão-Pará desde 1877 (eram cerca de nove mil em 1879), fugidos da seca do semiárido, sendo assentados nos novos núcleos de colonização e socorridos pelo governo (LEANDRO; SILVA, 2012).

Em 1885, a ferrovia já ligava Belém à *colônia do Apehú*, aproximando-se das *terras do Castanhal*. De 1886 a 1889, a construção da estrada pouco avançou, sendo retomada com o apoio dos nordestinos (especialmente retirantes cearenses), obrigados a cooperar, sob a pena de ter cessada a liberação dos “socorros públicos” para seu assentamento nos lotes cedidos às margens da ferrovia. Especificamente em 1889, foi criada a *colônia do Castanhal*, emancipada em 1893. Em 1894, a estrada já passava da colônia do Castanhal, contando com 75 km. A partir de 1910, ocorreu incremento das populações da região bragantina, devido ao início do declínio dos “negócios da borracha”, e os seringueiros (com acentuada composição nordestina) também se assentaram às margens da ferrovia (LEANDRO; SILVA, 2012). No Recenseamento Geral de 1920, Castanhal figurava como distrito do Município de Belém, e o desmembramento como novo município foi decretado apenas em 1932 (IBGE, 2014).

Após o declínio da economia da borracha e a restrição de recursos, o governo não pôde prosseguir com a abertura de ramais para a ampliação da Estrada de Ferro, nem continuar cobrindo os altos custos com a manutenção da infraestrutura ferroviária. Paralelamente, a ampliação da rede de vias terrestres de rodagem (em 1930, já eram mais de 400 km) influenciou a falência do sistema ferroviário, resultando em que, já em 1946, a antiga Estrada de Ferro se encontrasse em “estado de decomposição” (LEANDRO; SILVA, 2012).

O desenvolvimento das estradas de rodagem deu novo fôlego à ocupação da região bragantina. Na década de 1950, foi construída a Rodovia Belém-Bragança (depois integrada a duas rodovias federais, a BR-010 e a BR-316), paralela à antiga estrada de ferro, que intensificou as mudanças na paisagem da região, com clareiras cada vez maiores nas antigas matas e capoeiras, abertas pelas atividades agrícolas e madeireiras (MIRANDA, 2012).

Tanto Getúlio Vargas quanto os governantes militares objetivaram integrar a região amazônica à economia do restante do país (FERNANDES, 1999). Nesse sentido, na visão de Carvalho e Carvalho (2012), foi no governo de Juscelino Kubistchek, quando se construiu a Belém-Brasília, que teria sido feito “o mais importante investimento público para a economia paraense” (p. 246). Castanhal, em particular, foi o último município (partindo de Belém) em que a Belém-Brasília coincidiu com a já desativada (e extinta em 1966) Estrada de Ferro de Bragança (LEANDRO; SILVA, 2012), também vivenciando as repercussões advindas da obra (embora em menor escala) (MIRANDA, 2012). Antes, a vida nas cidades amazônicas diferia sobremaneira da atual ideia de urbano:

A urbanização da Amazônia paraense, nascida com os ciclos econômicos extrativos, permaneceu assim, em níveis do século XIX, pelo menos até a década de 1960. A disposição geográfica dos núcleos urbanos obedecia à distribuição fluvial, seguindo um padrão disperso, à exceção das cidades produto da colonização da Zona

Bragantina, no Pará, que foram criadas ao longo da ferrovia que ligava Belém-Bragança. (...) a maioria dos núcleos urbanos [da] (...) Amazônia paraense, a rigor, não se constituía rigorosamente uma cidade: não só pelo seu isolamento geográfico, mas também porque não possuía a infraestrutura urbana e nem vida urbana efetiva, com exceção das capitais (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 261-262).

Dentre as consequências negativas advindas da construção da Belém-Brasília, destacam-se a ampliação do desmatamento ao longo de seu eixo, especialmente pelo surgimento ou crescimento de cidades, pelo latifúndio agrícola e pela pecuária (PRATES; BACHA, 2011; MIRANDA, 2012), e a atração não apenas de mais colonos, mas também de grupos de empresários agrícolas do Centro-Sul brasileiro, que organizavam expedições para demarcar terras identificadas como juridicamente livres, expropriando posseiros, inclusive antigos colonos, com o aval do governo federal (FERNANDES, 1999; GUERRA, 2001).

As empresas capitalistas, atraídas pelos incentivos fiscais, de infraestrutura e da propaganda do “espaço vazio”, deixaram em efervescência determinadas áreas, como o sudeste do Pará, acirrando a disputa pela terra, a violência contra posseiros e contra o meio ambiente (GUERRA, 2001). As consequências negativas, porém, não se difundiram na mesma proporção na região bragantina, que possuía colonização antiga, com estrutura fundiária estável, pautada no minifúndio e em alguns lotes médios (MIRANDA, 2012).

A partir da década de 1970, houve importantes mudanças socioespaciais no Município de Castanhal, como a implantação de indústrias, instituições de ensino e a própria ampliação da BR-316, que fortaleceu o comércio no município; a partir da década de 1980, intensificou-se a imigração para a área urbana, motivada em parte pelo êxodo rural (LUZ JÚNIOR, 2011). Por fim, houve o Período de Metropolização do Espaço, entre 1990 e 2011, caracterizado pelo aumento das relações socioeconômicas e fluxos do Município de Castanhal com a Região Metropolitana de Belém, maior crescimento urbano e populacional, intensificação comercial e consolidação do município como entreposto rodoviário, também se destacando o aumento do número de moradias regulares e irregulares e fortalecimento da agroindústria (ALVES, 2012).

O modo como se processou a formação do espaço do Município de Castanhal, além de fundamentar a produção de valores que persistem na visão de mundo dos seus habitantes, deu origem a um modelo de cidade capacitada a lidar com uma intensa circulação de pessoas, bens e capitais (MOURA; MOREIRA, 2001; COSTA; BRONDÍZIO, 2009; TRINDADE JÚNIOR, 2011), figurando como exemplo de centro sub-regional A: “centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial; têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais” (IBGE, 2008, p. 11). A categorização A se refere ao fato de este grupo de cidades ser caracterizado por medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos na rede em que se conecta (IBGE, 2008).

METODOLOGIA

Área de estudo

O Município de Castanhal se localiza na porção nordeste do Estado do Pará (Figura 1), na microrregião de Castanhal, Região Metropolitana de Belém (PARÁ, 2011), a cerca de 70 km da capital estadual. Sua posição geográfica é latitude 01° 17' 49" Sul e longitude 47° 55' 19" Oeste, no extremo oriente da Amazônia brasileira. Possui uma área de 1.029 km², dividida entre a sede municipal e a zona rural circundante. A população estimada para o ano de 2013 era de 183.917 habitantes (IBGE, 2014).

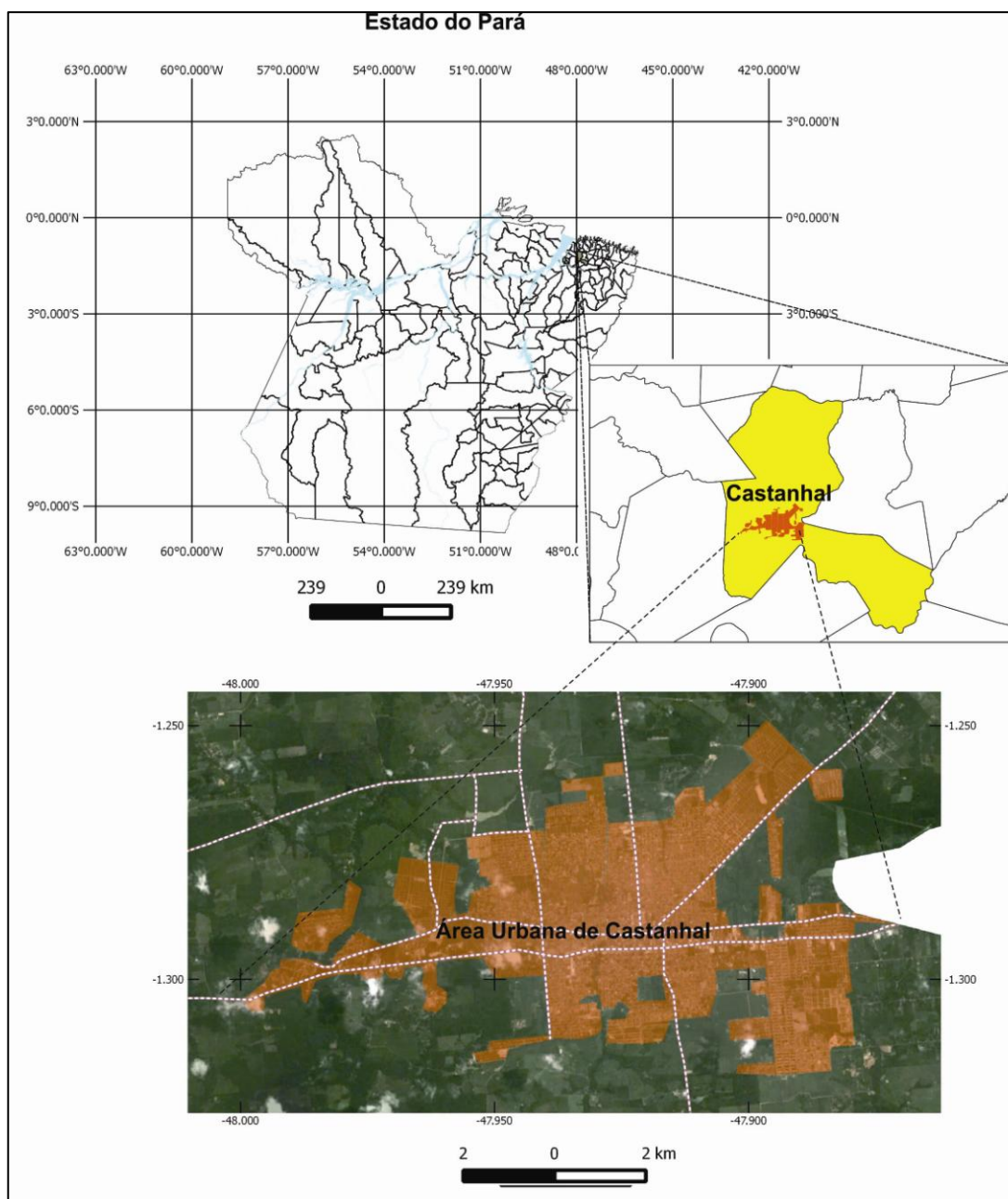


Figura 1 – O Estado do Pará e o Município de Castanhal. Editada por: Moacir José Moraes Pereira.

Informantes

Foram informantes da pesquisa os membros de uma família localmente conhecida por criar gado leiteiro no espaço urbano, mantendo um curral em um bairro residencial de periferia e permitindo às reses o acesso à via pública, para buscarem alimento na vegetação espontânea na orla das ruas e avenidas da cidade. A coleta de dados priorizou a interlocução com os nove membros diretamente envolvidos com o manejo dos rebanhos: o patriarca da família extensa (família formada por vários núcleos, no caso advindos do casamento e reprodução dos filhos do patriarca), cinco dos seus filhos (homens) e três dos seus genros. Esses interlocutores têm a identidade marcada pela origem da família, que emigrou da Região Nordeste do Brasil na década de 1970, buscando melhores condições para realização de sua atividade produtiva, mas também pelos constantes embates com outros moradores do Município de Castanhal e suas autoridades oficiais, insatisfeitos com a presença do gado na

sede urbana municipal. Na atualidade, o gado em posse da família está dividido em quatro rebanhos, cada qual com 16 cabeças, 65 cabeças, 75 cabeças e 150 cabeças, entre vacas leiteiras, outras vacas e machos reprodutores (excluídos os bezerros em todos os casos).

Método e técnicas de pesquisa

Utilizou-se o método do estudo de caso, que integrou a análise dos deslocamentos e reconfigurações de um grupo produtivo familiar com o registro do fenômeno de crescimento urbano e da população humana de um centro sub-regional da Amazônia Oriental. O Município de Castanhal, cuja transformação social e econômica se caracteriza por rápidas mudanças e pela ampla assimilação das tendências trazidas nos diferentes tempos históricos, figurou como cenário crucial para o estudo realizado, por ainda manter o convívio entre equipamentos urbanos avançados e formas de organização de caráter marcadamente interiorano.

Foram utilizadas as técnicas de entrevistas com roteiros semiestruturados, debates, visitas guiadas e análise conjunta entre dados do perfil demográfico municipal e imagens de satélite. As entrevistas foram realizadas com cada interlocutor individualmente, gravadas com auxílio de aparelho captador de voz, e buscaram resgatar a memória dos sujeitos inquiridos, a respeito das formas de mobilização da força de trabalho familiar ao longo das duas últimas décadas, trazendo à tona as circunstâncias dos acontecimentos e motivações que acarretam as decisões tomadas em cada momento de mudança das estruturas vigentes. Os debates foram realizados com grupos de tamanho variável, que englobaram os sujeitos respondentes das entrevistas supracitadas, e oportunizaram a percepção dos pontos de conflito e discordâncias.

As visitas guiadas permitiram conhecer os locais de circulação do gado em diferentes momentos da história do grupo. Além da percepção *in loco* do *status* urbano de alguns desses lugares na atualidade, tais visitas também possibilitaram o rastreamento dos pontos de pastejo por satélite. A recuperação dos dados de posição geográfica dos pontos de pastejo, associada à recuperação de imagens de cobertura do solo do Município de Castanhal em décadas passadas, permitiu que se demonstrasse a sobreposição entre as rotas de condução do gado e o terreno urbano (em franco processo de ocupação) da cidade.

Dados secundários

As informações relativas ao tamanho absoluto da população residente do Município de Castanhal abrangem os anos de 1994, 2004 e 2013. A referência temporal priorizou a atualidade do dado, ocasionando na determinação do ano de 2013 como termo final do período focado, pelo fato de ainda não existirem, até o momento de conclusão do trabalho, dados para o ano de 2014. Os intervalos de cerca de 10 anos entre cada registro, por sua vez, refletem a percepção de que a década representa um intervalo suficiente para ilustrar a transição demográfica experimentada na localidade em questão. Os dados foram obtidos no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e são valores estimados, uma vez que não houve censo populacional (contagem total) dos habitantes nos anos de interesse.

Dados georreferenciados e técnicas de mapeamento

A análise temporal/espacial utilizou, como recurso de geoprocessamento, o programa Quantum GIS. Foram obtidas imagens de satélite Landsat dos anos de 1984, 1994 e 2004, bandas 3, 4 e 5, com resolução espacial de 30 metros (<http://www.dgi.inpe.br/CDSR/>), e, para 2013, elaborou-se um mosaico de imagens do software Google Earth®, com imageamento de 25 de julho de 2013, como referência para a evolução da área urbana do município. O levantamento *in loco* dos pontos de pastoreio utilizou o GPSMAP 60CSx, Garmin®.

RESULTADOS

Deslocamentos e reconfigurações dos grupos de trabalho da família de pecuaristas

Após um período inicial relativamente longo de estabilidade, durante o qual a família de pequenos criadores urbanos de gado se manteve coesa nos aspectos ligados a sua atividade produtiva, passaram a ocorrer sucessivas e abruptas alterações nas configurações anteriores de organização para o trabalho, intimamente relacionadas com igualmente sucessivas e abruptas alterações do espaço ocupado para a consecução do serviço de pecuária leiteira.

De meados da década de 1970 até quase o final da década de 1990, houve pouco empenho das autoridades municipais de Castanhal e da sociedade local em eliminar a prática de atividades pecuárias na circunscrição da zona urbana. Apesar disso, o envolvimento em discussões com vizinhos e com transeuntes na rota de condução do rebanho fazia com que aquelas pessoas percebessem sinais de que o modo como a situação era tratada estaria prestes a ser formalmente modificada. Devido a essas condições sociais, externas, ora identificadas como pressões, os sujeitos da pesquisa passaram a buscar alternativas, decidindo por reformular a organização produtiva, seja pela reconfiguração dos grupos de trabalho, pela procura por novos locais de ocupação, por ambas as opções, ou até mesmo pela renúncia à produção familiar e adesão ao trabalho assalariado. A seguir, utilizam-se esquemas representativos dos momentos da experiência de intensa mudança vivida por aqueles sujeitos.

a) A virada do milênio

Pouco antes do início da década de 2000, o patriarca (P), cinco filhos (F1, F2, F3, F4, F5) e dois genros (G1 e G2), que antes concentravam seu rebanho no Bairro Cariri, resolveram transferi-lo para uma área mais distante, assim que “a rua passou” na localidade de origem (indicando seu temor pelo fortalecimento da urbanização, que se suspeitou estar em oposição à atividade praticada), fixando residência em um novo local. No Bairro Propira, já residia e concentrava seu rebanho um outro genro (G3), que indicou a área afastada, supostamente mais favorável à prática do livre pastejo de gado em área aberta; no momento em que ocorreu a mudança, a região de destino era menos urbanizada que a de origem. Esse primeiro deslocamento apresenta-se esquematizado na Figura 2.

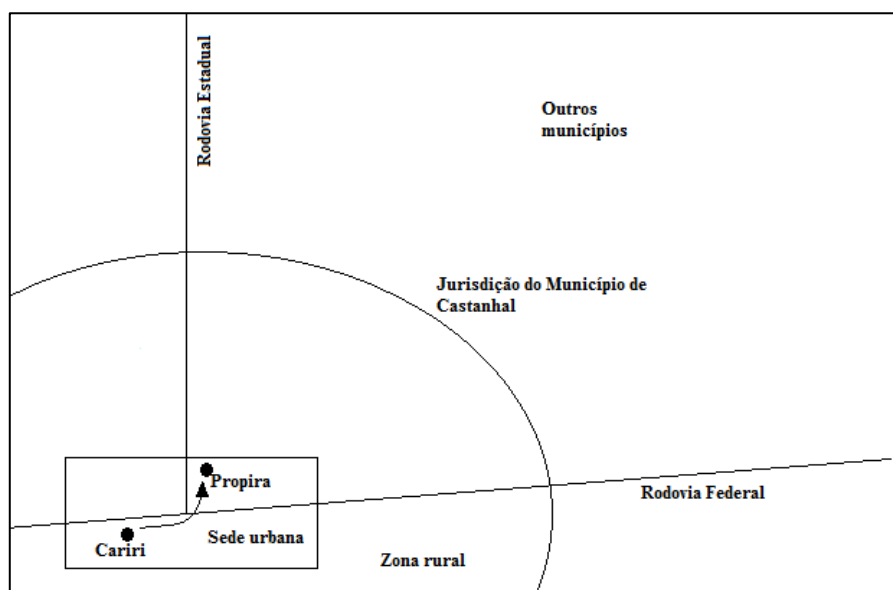


Figura 2 – Os criadores urbanos de gado se mudam pela primeira vez, mas se mantêm unidos (processo que se estendeu do ano de 1999 ao ano de 2001). Fonte: pesquisa de campo.

O grupo produtivo (juntamente com familiares não envolvidos diretamente com a criação bovina – esposas e filhos) que se assentou por último no denominado Ramal do Brillhante adquiriu seu lote por compra. A família acreditava que as dimensões do lote seriam apropriadas para garantir a alimentação do rebanho que, ao longo do tempo, oscilou dentro do intervalo entre 200 e 300 cabeças. Para tanto, planejaram fazer uma “capineira”: pretendiam plantar capim na parte maior do lote, localizada em um dos lados do Ramal do Brillhante, e deixar o gado cercado, preso, perto do curral, na banda menor do lote, localizada no outro lado do ramal, para onde levariam o capim cortado da primeira metade. Apesar dos esforços do grupo, a estratégia formulada não funcionou, pois não se logrou êxito no plantio das espécies vegetais forrageiras, devido a propriedades desfavoráveis do solo e ausência de conhecimentos aprofundados e assistência técnica capazes de possibilitar sua correção; o terreno, portanto, foi tomado por ervas daninhas e o gado permaneceu sendo solto, para alimentar-se da vegetação espontânea nas margens das vias públicas.

b) A diáspora de 2006

Como não foram capazes de restringir o acesso do rebanho às ruas e avenidas da sede municipal, e também devido à expansão da área efetivamente ocupada pela população humana no município, os criadores urbanos de gado passaram a ser pressionados pelo Centro de Controle de Zoonoses, que, com fulcro na Lei Orgânica do Município de Castanhal (Lei Orgânica Municipal nº 052, de 2005 [CASTANHAL, 2010]), realizou sucessivas apreensões de bovinos encontrados soltos pelas ruas da área urbana. Em decorrência das pressões, o grupo familiar de produtores se dividiu (Figura 3). Era consenso, entre os membros, que eles deviam encontrar lugares fora da sede urbana para realizar suas atividades de criação.

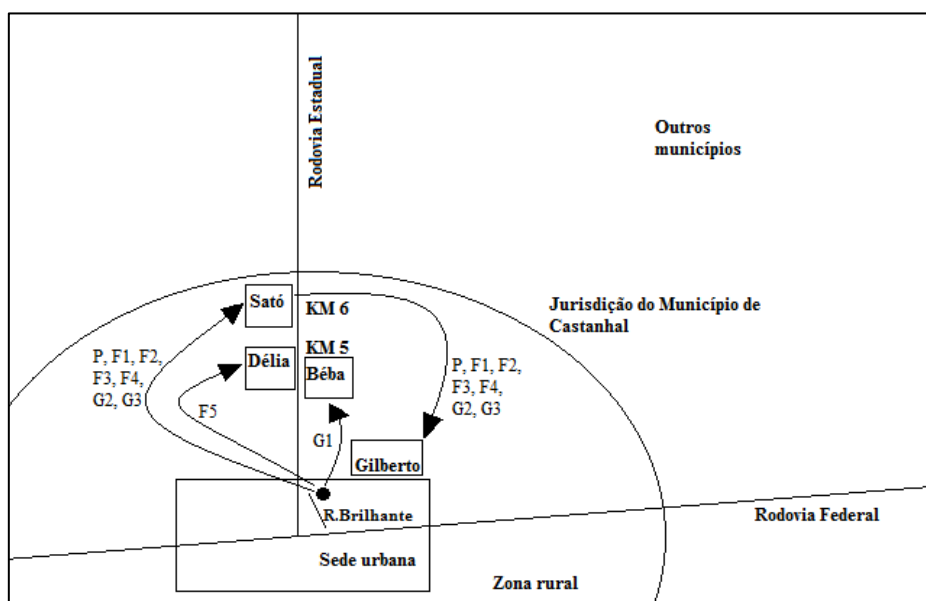


Figura 3 – Dispersão dos criadores urbanos em decorrência da ação do Centro de Controle de Zoonoses, marcadamente atuante a partir do ano de 2006. Fonte: pesquisa de campo.

O patriarca (P), quatro filhos (F1, F2, F3, F4) e dois genros (G2 e G3) alugaram terras para pasto na área do Sató (proprietário de ascendência japonesa, “o japonês”), no Km 6 da Rodovia PA-136 (Castanhal-Curuçá). Como o pasto não foi considerado suficientemente grande para ofertar suporte nutricional compatível com o tamanho do rebanho dos criadores, eles decidiram remover o gado para outra área; alugaram terras de posse do senhor Gilberto,

em uma região com características rurais, próxima à borda da zona urbana do município. Embora o pasto não fosse considerado bom pelos pecuaristas, era tido apenas como um local de ocupação provisória, enquanto continuavam a buscar por alguma propriedade que pudesse fornecer pasto de qualidade, em tamanho suficiente e dentro das possibilidades econômicas da família. Nessa transição, um dos filhos (F5) e um dos genros (G1) se destacaram do grupo maior. Embora tenham alugado terras em trechos próximos da mesma estrada para onde tinham se deslocado o patriarca e seus acompanhantes, esses dois sujeitos destacados não seguiram para o pasto do Gilberto, trilhando, a partir deste segundo momento, cada qual, sua trajetória particular.

É importante frisar que esses deslocamentos, embora pareçam muito simples se interpretados somente a partir dos esquemas apresentados, se constituíram, concretamente, em situações que envolveram dúvidas, ponderações, negociações e realocação de esforços e recursos econômicos. Essa forma de apresentação, a despeito de não refletir a complexidade dos eventos reais, entretanto, fornece valiosa noção acerca do processo de reconfiguração dos grupos de trabalho envolvidos na pequena pecuária urbana familiar de Castanhal, tornando acessíveis ao menos as informações suficientes para o entendimento da questão proposta. Isso se reflete no fato de que, mesmo sendo apresentados em um mesmo esquema, parecendo ser, portanto, eventos de um mesmo “momento”, cada evento ocorreu especificamente em seu tempo, e os casos de plena coincidência temporal entre esses eventos destacados constituíram-se exceção na história vivida. Tal constatação, porém, não gera prejuízo à presente pesquisa, uma vez que a análise se concentra em padrões do espaço-tempo, e não apenas do tempo.

c) Formulação de projetos e definição de posições no terço final da década de 2000

Em determinado momento, cerca de sete anos atrás, o genro G3 decidiu confiar suas cabeças de gado a um de seus cunhados, o filho F2, e se assalariou em um clube esportivo da cidade, exercendo atividades de serviços gerais. Após um ano no pasto do Gilberto, o grupo maior foi desfalcado pelo genro que restava, G2, que vendeu todo o seu gado para o patriarca (P) e viajou para Fortaleza. Durante essa ausência, o grupo liderado pelo patriarca (P) encontrou uma área de terra na direção do Município de Curuçá, quitando-o à vista, com a venda de algumas cabeças de gado. Eles resolveram transferir seu gado para o terreno do japonês Sató, onde já tinham estado, e para onde o filho F4 partira pouco antes. Se, por um lado, o filho F4 partira por acreditar que o pasto do Gilberto já estava enfraquecido, o grupo do patriarca (P) foi pastorear no Sató, pela maior proximidade deste terreno em relação ao terreno para onde planejavam se mudar após terminada a preparação do solo. O filho F3, nesse momento, vendeu suas 30 reses, em grande parte devido a desentendimentos entre seus familiares e sua esposa; preferiu não ir morar no outro terreno, distante, naquelas condições de contenda, e, assim, mais um pecuarista urbano abandonou a vida de criador de gado.

O genro G2, que havia viajado para Fortaleza, lá ficou por um ano, e depois voltou para Castanhal, ainda com a maior parte da quantia adquirida com a venda de seu rebanho. Quando chegou, encontrou a família do sogro (o patriarca P) criando gado na terra do Sató. Ele utilizou o dinheiro poupado para comprar um terreno mais afastado no Ramal do Brillhante e algumas reses, que pastoreava no Sató, juntamente com o grupo do sogro, enquanto sua própria terra não ficava pronta.

Em algum momento, dentre esses eventos, o genro G1 considerou que o pasto no Béba tinha ficado ruim, e levou seu rebanho para o terreno do Délio, no Km 47 da Rodovia PA Castanhal-Curuçá. Os elementos centrais dessa explanação estão esquematizados na Figura 4.

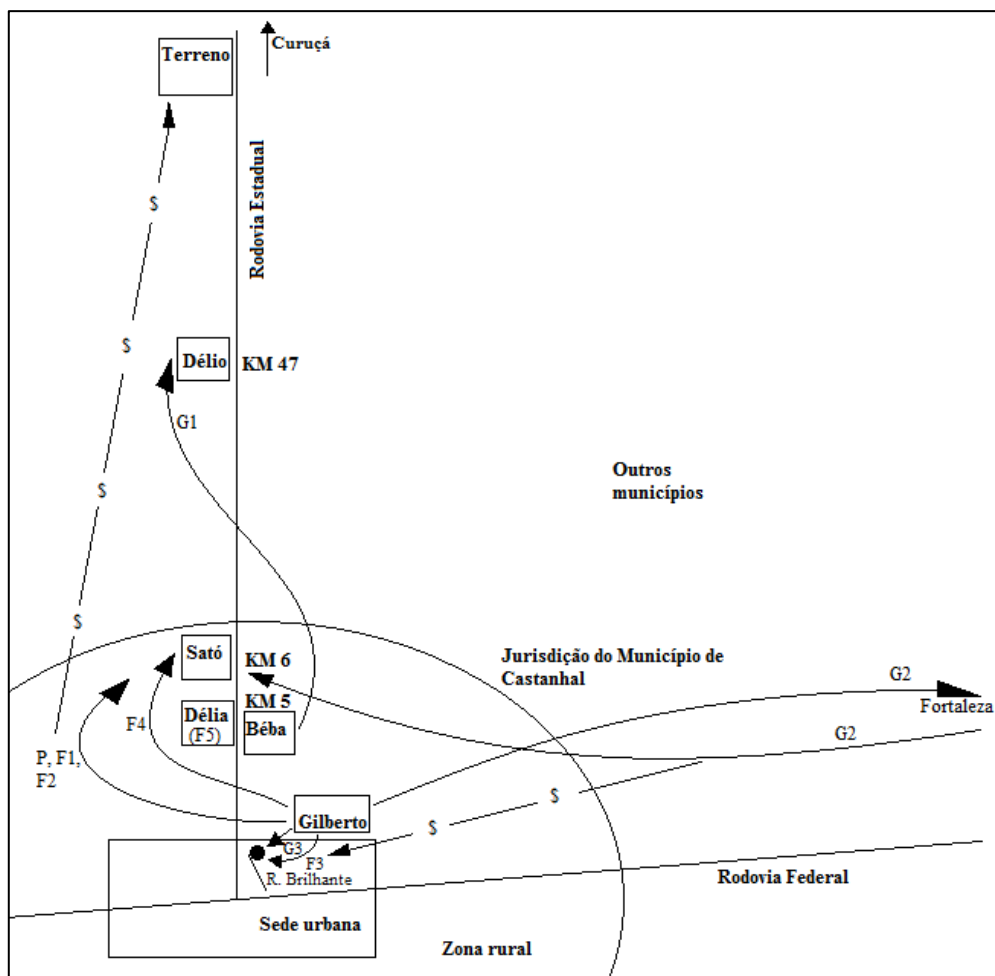


Figura 4 – Redefinições do período entre o ano de 2008 até final do primeiro semestre de 2009. Fonte: pesquisa de campo.

d) O retorno aos pastos da área urbana

O genro G2 possuía menos reses (16 cabeças, frente às 236 cabeças dos rebanhos combinados de P/F1/F2, F4 e F5), e encontrou mais facilidade para preparar seu terreno. Assim que concluiu as providências que entendia necessárias, o genro G2 retirou do Sató seu pequeno rebanho, alocando-o novamente no Ramal do Brilhante, em um ponto mais afastado e numa área suficientemente espaçosa e bem cercada, capaz de impedir o acesso do gado ao exterior da propriedade. Não demorou aos demais rebanhos ora mantidos no Sató serem transferidos para outro pasto. Por motivos razoavelmente diferentes, o filho F4 (alegava que o pasto do Sató era insuficiente para uma quantidade supostamente grande de gado) e o grupo P/F1/F2 (consideravam que o pasto passara a apresentar má qualidade) alugaram terras de pastejo no terreno de Délia (proprietária de ascendência japonesa, “a japonesa”), onde já estava, havia algum tempo, o filho F5. Nesse ínterim, o grupo ao redor do patriarca (P) ainda tentava obter recursos monetários para preparar o terreno adquirido na direção de Curuçá, porém os planos não estavam correndo como desejado. Como o pasto no terreno da Délia foi considerado fraco pelo patriarca (P) e pelos filhos F1 e F2, eles logo realocaram o rebanho de cerca de 150 cabeças no terreno do João (também referido como japonês), no Km 4 da Rodovia PA Castanhhal-Curuçá. Os filhos F4 e F5 ainda permaneceram no terreno da Délia.

Paralelamente, o genro G1 precisou sair da terra do Délio, pois o proprietário morreu e a família solicitou a liberação do espaço. O criador, então, conseguiu fazer um acordo com o senhor C. Gripp, que possuía um terreno no entorno da sede urbana, e que precisava ser ocupado, pois estava sob risco de confisco; por isso, não foi cobrado aluguel do genro G1, a

quem foi cedido, gratuitamente, o espaço. Os elementos apresentados nesses dois últimos parágrafos encontram-se esquematizados na Figura 5.

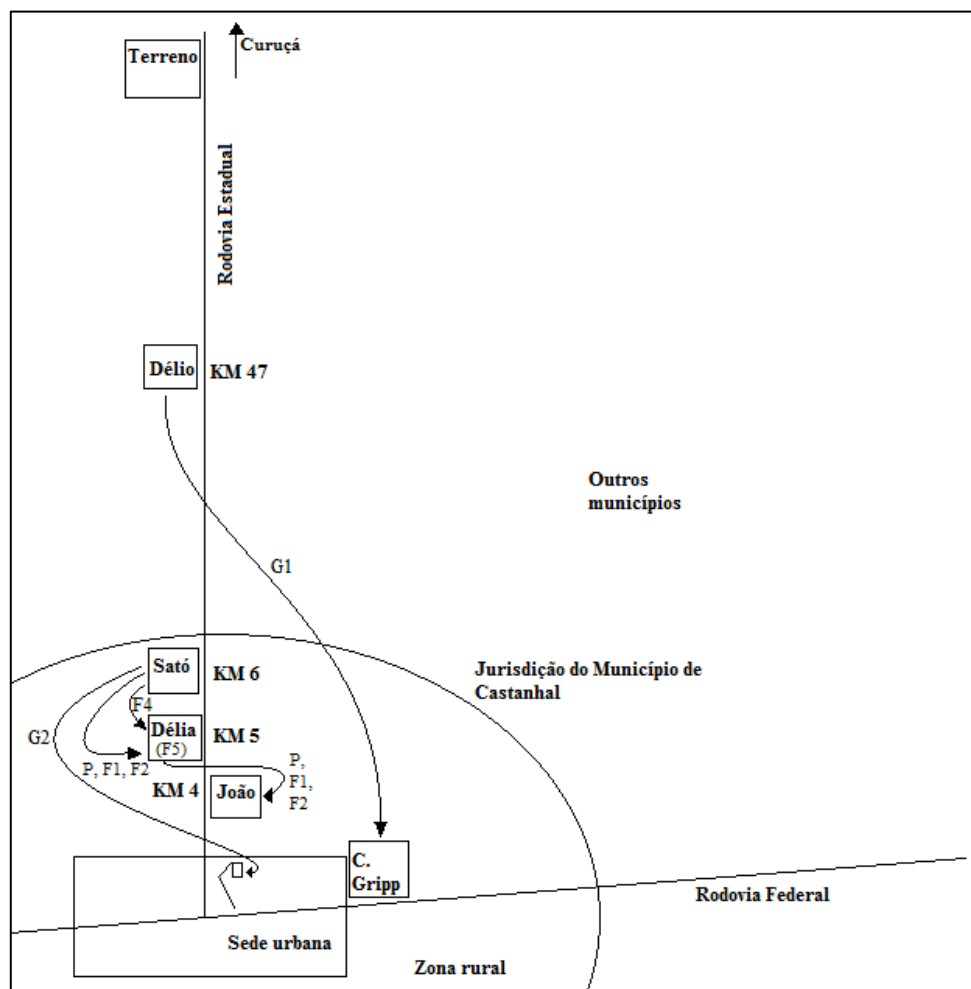


Figura 5 – Movimentos de reaproximação ao espaço urbano. Fonte: pesquisa de campo.

É importante ressaltar que os pastos localizados até o Km 6 eram para mero pastejo, mas no final da tarde o gado voltava para o curral, no Ramal do Brilhante. O uso de pastos fora da sede urbana ajudou a diminuir a presença do gado na via pública, vagando em busca de alimento, mas não fez o problema desaparecer, pois no trânsito entre o curral e os pastos, o gado passava pelas pessoas, perto de carros, e chegava até a se soltar, em decorrência da precariedade das cercas ao redor dos pastos alugados e cedidos. A família encabeçada pelo patriarca (P), em si, depois de lá chegar, nunca deixou de residir no Ramal do Brilhante, apenas ocorrendo deslocamento (com uso de cavalos) dos membros envolvidos na criação urbana de gado até as distantes áreas de pastejo.

e) O terço inicial da década de 2010

O uso do pasto do japonês João pelo grupo liderado pelo patriarca (P) também não se prolongou, pois o espaço não era suficiente para servir como área de pastejo para a quantidade de gado do maior rebanho. Isto coincidiu com a percepção de que eles não conseguiriam preparar o terreno na direção de Curuçá, devido à distância, falta de dinheiro e impossibilidade de obter ajuda de terceiros ou da administração pública municipal. O gado foi, então, realocado para o pasto do Gilberto, onde já pastejara anteriormente, por se tratar de

uma área mais próxima do Propira/Ramal do Brilhante, ou seja, mais perto das casas do patriarca P e de seus filhos F1 e F2. Ali, eles permanecem até a data desta pesquisa (2013), multiplicando-se as ocorrências de reses que escapam do cercado e são avistadas a vagar livremente pelas ruas do bairro.

No terreno da Délia, os filhos F4 e F5 tiveram que enfrentar outro tipo de problema. A proprietária decidiu negociar a terra, e pediu que os criadores que alugavam o pasto dali se retirassem e procurassem outro terreno para onde levar suas reses. O filho F4 passou pelo pasto do João (“japonês”) brevemente, mas considerou que o pasto era insuficiente para suas cerca de 75 cabeças de gado, então realocou seu gado em um pasto alugado no assentamento Cupiúba, para isso indo fixar residência fora da sede urbana de Castanhal. O filho F5 não conseguiu, a princípio, nenhum outro lugar para onde ir com seu gado, então, a contragosto da dona Délia, permaneceu por mais algum tempo em seu terreno. Os elementos centrais dessa explanação estão esquematizados na Figura 6.

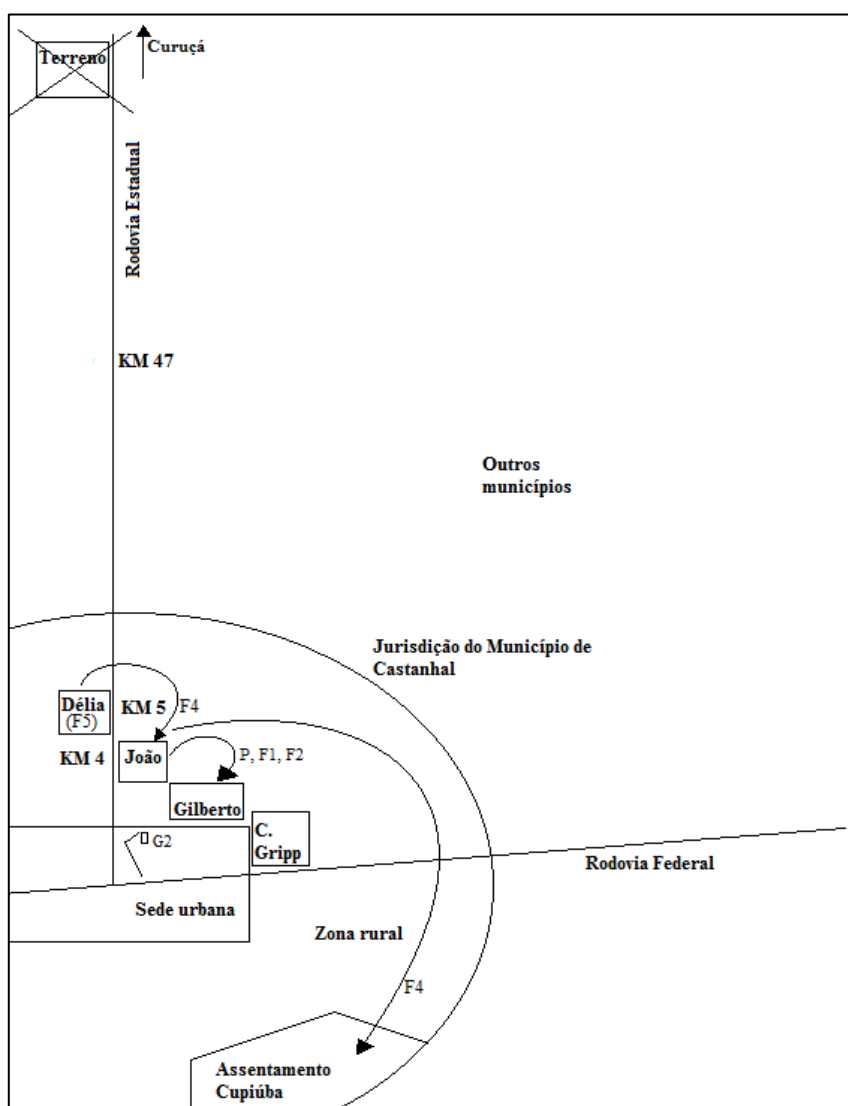


Figura 6 – Últimos movimentos do tempo recente (A). Fonte: pesquisa de campo.

Apenas depois que o filho F4 ofertou dividir o espaço que tinha alugado no Cupiúba, o filho F5 conseguiu satisfazer o pedido da dona Délia, partindo, com o rebanho, de sua propriedade. Em seguida, o filho F4 conseguiu comprar uma benfeitoria no Assentamento

João Batista, assumindo, deste modo, uma garantia informal de controle sobre determinada área de terra, suficiente para manter o pastejo do seu rebanho e para ali fixar residência. Seu irmão, o filho F5, foi para o Assentamento João Batista poucos meses depois, pois o filho F4 ofertou o aluguel de uma parte de seu terreno, para o pastejo do gado do irmão. Decorrido não muito tempo, o filho F5 deixou o pasto alugado no Assentamento João Batista e foi levar seu gado para pastejar no terreno que o senhor C. Gripp tinha cedido a seu cunhado, o genro G1; o motivo alegado para essa mudança foi que o pasto no João Batista não conseguiria “segurar” tantas cabeças, ou seja, não produziria forragem suficiente para nutrir os rebanhos combinados dos filhos F4 e F5. Por outro lado, pondera-se se o fato de morar mais longe (no assentamento), ter que fixar residência fora do Propira e ter mais trabalho para fazer o leite produzido chegar aos laticínios compradores teriam sido os motivos determinantes para a realocação do rebanho do filho F5 em um pasto na borda da sede urbana, onde, apesar das facilidades existentes, também é muito mais provável a fuga de gado para a via pública e a consequente elaboração de reclamações e denúncias contra os produtores urbanos de leite bovino. Os elementos centrais dessa última etapa estão esquematizados na Figura 7.

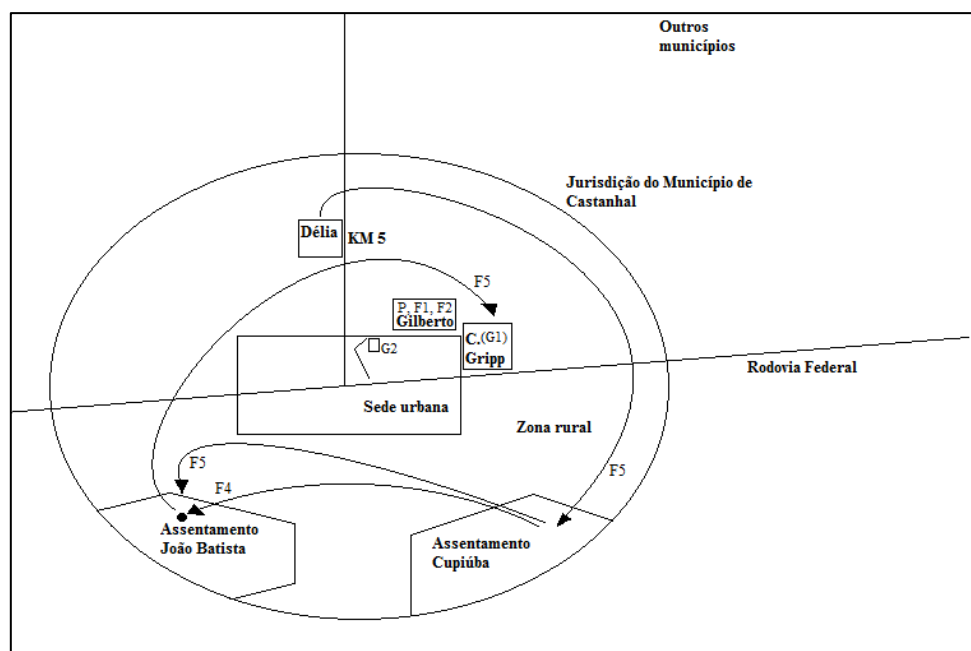


Figura 7 – Últimos movimentos do tempo recente (B). Fonte: pesquisa de campo.

Como consequência direta do ordenamento assumido pelos familiares que persistiram na atividade de criação de gado leiteiro urbano, verifica-se que apenas dois deixaram de ter problemas advindos da pressão das autoridades municipais: o genro G2, que, a despeito de manter suas reses em terreno considerado pertencente à sede urbana, restringe sua presença ao interior da sua propriedade; e o filho F4, que, mesmo se eventualmente soltar suas reses, não será alvo de advertências, por ocupar área na zona rural e distante das grandes vias de circulação de automóveis, onde a presença de gado solto praticamente não tem a quem incomodar, como ocorre no centro da cidade e seus arredores próximos. Quanto aos demais, vez e outra ainda têm problemas com o Centro de Controle de Zoonoses, com os próprios habitantes da sede municipal e com vizinhos de bairro, devido à impossibilidade de manter o gado restrito a espaços delimitados em tempo integral.

O enquadramento da história narrada

A exposição sequencial dos eventos marcantes da história de movimentação intramunicipal dos grupos de criadores urbanos, embora remeta a um quadro de intensificação das pressões sociais em favor da restrição da prática do livre pastejo de gado bovino ao longo das vias de circulação da sede urbana municipal, tem, na capacidade de fundamentar uma tipificação do comportamento dos sujeitos dos quais trata, sua principal função. Resta inconclusa, entretanto, a tarefa de correlacionar os dados levantados pela pesquisa realizada, com os dados recuperados de fontes secundárias, que permitam rastrear os pontos de contato entre a versão apresentada pelos interlocutores do estudo e o registro oficial, notadamente aquele relativo à evolução das dimensões de terras urbanas (identificadas como áreas mais intensamente povoadas) no Município de Castanhal, mas também os dados de contagem populacional do lugar.

A visualização de diferentes estágios do processo de evolução recente das dimensões das áreas classificadas como urbanas em Castanhal, em paralelo com a análise dos relatos de deslocamentos e alocação do rebanho dos criadores de gado nas diferentes temporalidades, permite que se associe ou não o avanço das fronteiras da urbanização à constituição da relação progressivamente conflituosa entre os referidos produtores e os setores da sociedade local desfavoráveis à presença de bovinos no interior de bairros urbanos.

a) Crescimento físico e populacional da sede urbana do Município de Castanhal

No que diz respeito à questão primária do aumento da população absoluta residente no Município de Castanhal, apresentam-se, na Tabela 1, dados referentes a três diferentes décadas, que evidenciam a orientação ascendente da curva de crescimento populacional, com uma suposta tendência de atenuação nos períodos vindouros que, presentemente, pode ainda ser qualificada como discreta.

Tabela 1 – Evolução da população absoluta residente no Município de Castanhal entre as décadas de 1990 e 2010.

Década	Ano de referência	Nº de habitantes	Aumento percentual em relação ao período anterior	Tipo de dado
1990	1994	111.168	-	Estimado
2000	2004	151.668	36%	Estimado
2010	2013	183.917	21%	Estimado

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

Em relação aos espaços utilizados para fins urbanos e aqueles densamente povoados, como pode ser observado pela análise da Figura 8, houve uma expressiva ampliação de suas dimensões ao longo dos últimos 30 anos, denotando o dinamismo da redefinição das fronteiras urbanas e, portanto, a transferência de expectativas sociais em relação às regras de apropriação do espaço (tanto do ponto de vista simbólico, ou seja, como o espaço é visto, analisado e problematizado, quanto nos aspectos concretos, de sua ocupação e dos impedimentos objetivados) (GIDDENS, 2005).

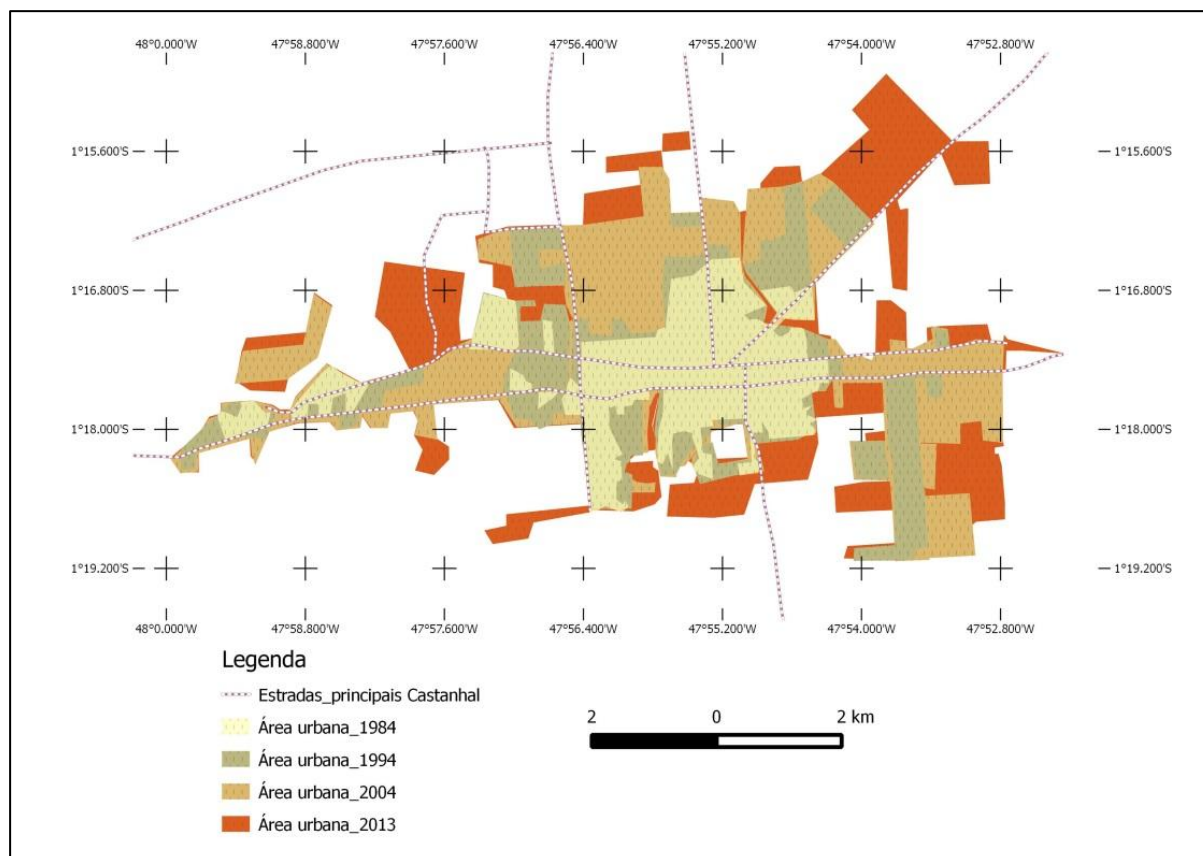


Figura 8 – Aumento da área ocupada por terras urbanas no Município de Castanhal em quatro diferentes décadas. Editado por: Moacir José Moraes Pereira.

Do mesmo modo como ocorre com os dados de crescimento populacional, é evidente a existência de uma tendência em direção à ampliação da área ocupada pela cidade que existe dentro do município. Quanto mais recente a integração das áreas de borda ao espaço (em construção) dito urbano, mais ambígua se faz sua apresentação ao observador. Enquanto sobrevivem resquícios de ruralidade, ou ares interioranos, como campos, casebres, quintais, bosquinhos, galinhas ciscando, impõem-se elementos que despontam como prenúncio da transição espacial: loteamento de terrenos, disseminação de novas residências (várias marcadas pela precariedade), aumento do fluxo de automóveis e motocicletas e incremento dos movimentos pendulares dos residentes ao centro de referência.

O subúrbio constituído na borda tende a progressivamente abandonar suas características híbridas, pois a lógica urbana se relaciona à valorização de um determinado tipo de sociedade, e a um leque não muito amplo de estilos de vida. O impasse que se gesta no espaço periurbano e floresce no subúrbio deste tipo de cidade que se assemelha ao caso do município focado não necessariamente se configura em situação conflituosa, de atritos, podendo tão somente significar a estruturação de uma nova realidade na qual a vida dos grupos sociais típicos das estruturas anteriores se torna ameaçada simplesmente por deixar de contar com as condições ótimas para o alcance de seu ponto de estabilidade (MAIA, 2005; 2010). Em Castanhal, entretanto, o impasse significou desentendimento e flagrante oposição entre o grupo de criadores urbanos e a opinião pública local.

Antes de analisar os fundamentos do direcionamento objetivo que tomou esse impasse, é necessário aprofundar a análise espacial do processo de constituição da área a que atualmente se denomina sede urbana de Castanhal. O entendimento das mudanças ocorridas no período abrangido pela Figura 8 (de 1984 a 2013) permite o resgate dos elementos históricos que representaram as condições de visibilidade da família de pecuaristas estudada

(no sentido de tornar-se perceptível ao olhar da sociedade e, assim, suscetível ao escrutínio popular, não de obter voz, projeção ou influência) e, portanto, a raiz da instalação do conflito em questão (conflito, como será discutido posteriormente, configurado como questionamento de legitimidade).

b) O paralelismo entre evolução da mancha urbana e alterações de pontos de pastejo

A soltura voluntária e intencional do gado para pastejar na via pública não costumava ser um comportamento considerado ofensivo, nem criminoso, na época em que o Município de Castanhal ainda abrigava, próximas às áreas centrais da sede urbana, grandes fazendas de gado. Não que este fosse o comportamento dos grandes fazendeiros – e de fato não era –, mas, quando assim procediam os patriarcas imigrantes e seus meninos, não causavam estranheza, escândalo, nem fúria à opinião pública. Geravam, possivelmente, contratempos inevitáveis face ao contexto vivido (p. ex., impregnando sujeira oriunda dos detritos do rebanho) e, conseqüentemente, reclamações especificamente direcionadas a este ou aquele indivíduo ou grupo. A crítica não estava direcionada à realização de atividades pecuárias em áreas tão intimamente próximas ao centro urbano, pois isso significaria renegar importantes símbolos de uma suposta grandeza responsável por alimentar o orgulho regionalista. Devido a essa orientação, torna-se compreensível a informação apresentada na Figura 9, que ilustra a existência de pontos de pastejo do gado dos criadores acompanhados pela pesquisa (alguns deles, crianças à época dos fatos narrados no parágrafo) em regiões centrais do espaço que, àquele tempo, se concebia como sede urbana municipal.

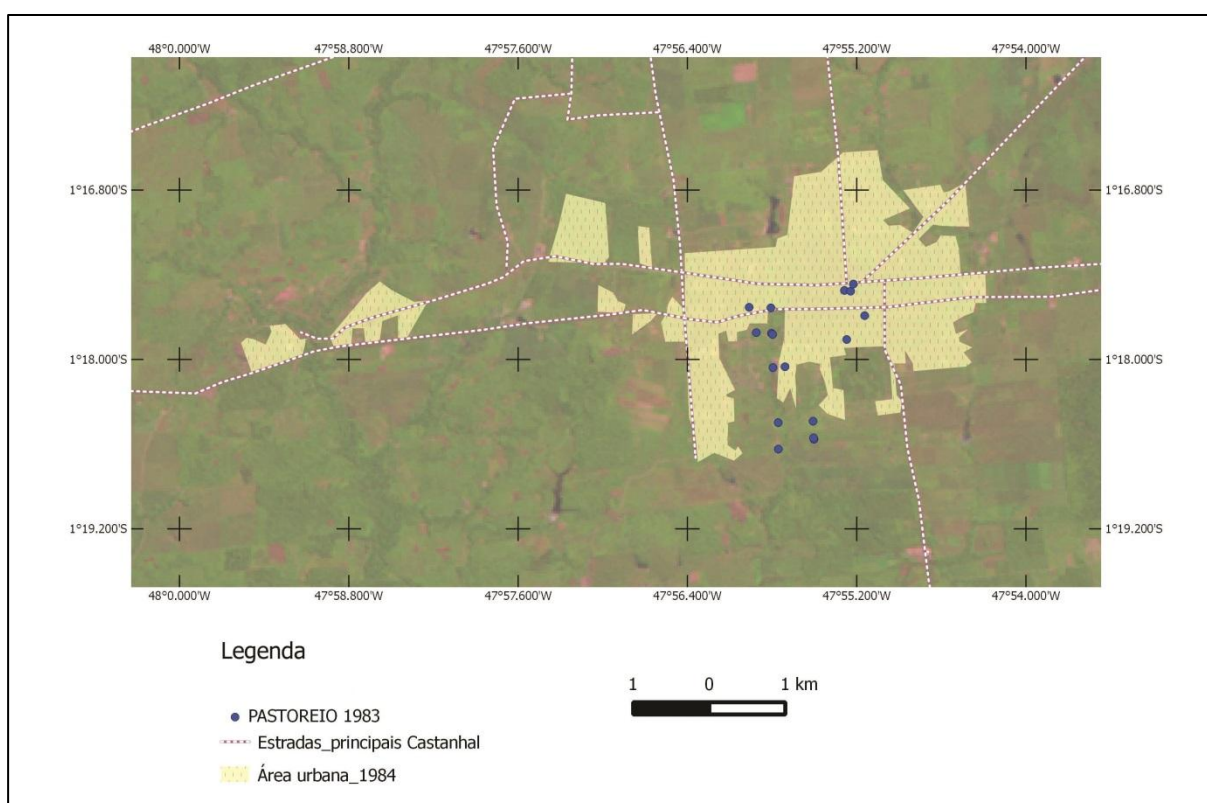


Figura 9 – Relação posicional dos pontos de pastejo frequentados até meados da década de 1990, tendo como referência a área da sede urbana registrada no ano de 1984. Editado por: Moacir José Moraes Pereira.

No período representado pela Figura 9, que compreendeu a década de 1980 e se estendeu até quase ao final da década de 1990, a família de criadores urbanos se concentrava

no bairro do Cariri, onde, inicialmente, havia pouca ocupação residencial e maior tolerância em relação às atividades de pastejo com gado solto e pastejo acompanhado por vaqueiro em terrenos urbanos livres, abertos e comuns, mesmo nas áreas centrais daquela sede municipal. O fato de não serem visados por nenhum regramento jurídico de organização espacial, entretanto, não significou que os criadores urbanos tivessem passado despercebidos por seus concidadãos. Peculiares, mas não necessariamente intoleráveis, aqueles produtores estavam então aptos a ser arrolados dentre os tópicos das reflexões que se desenrolariam em sequência, dentro da discussão sobre qual modelo de cidade nortearia a consolidação da identidade espacial da zona urbana do município em questão.

A progressiva alteração nas disposições do contexto de relativa tolerância ao trabalho dos sujeitos da pesquisa se fez sentir tanto por desentendimentos com vizinhos e transeuntes, mas também pela simples percepção de que estava ocorrendo, no Cariri, a instalação de elementos anunciadores de mudança, em sentido próximo à discussão promovida por Martins (1996, p. 33). Tais elementos informavam que um determinado conjunto de valores e expectativas sociais estaria prevalecendo sobre os valores e expectativas que até o momento tinham vigorado. Este conjunto, ora denominado, por economia de palavras, simplesmente como “lógica urbana”, inevitavelmente acarretaria o acirramento da oposição ao modo como os criadores urbanos se apropriavam do espaço público. Antes que se instalasse um aparato formal (que partisse das autoridades, do governo) de contestação de suas ações, decidiram deslocar os pontos de pastejo de seu gado para áreas mais distantes, agora localizadas quase integralmente fora da sede urbana municipal (Figura 10), e, para tanto, mudaram, inclusive, seu local de residência, indo ocupar um terreno em área da borda urbana, no bairro do Propira.

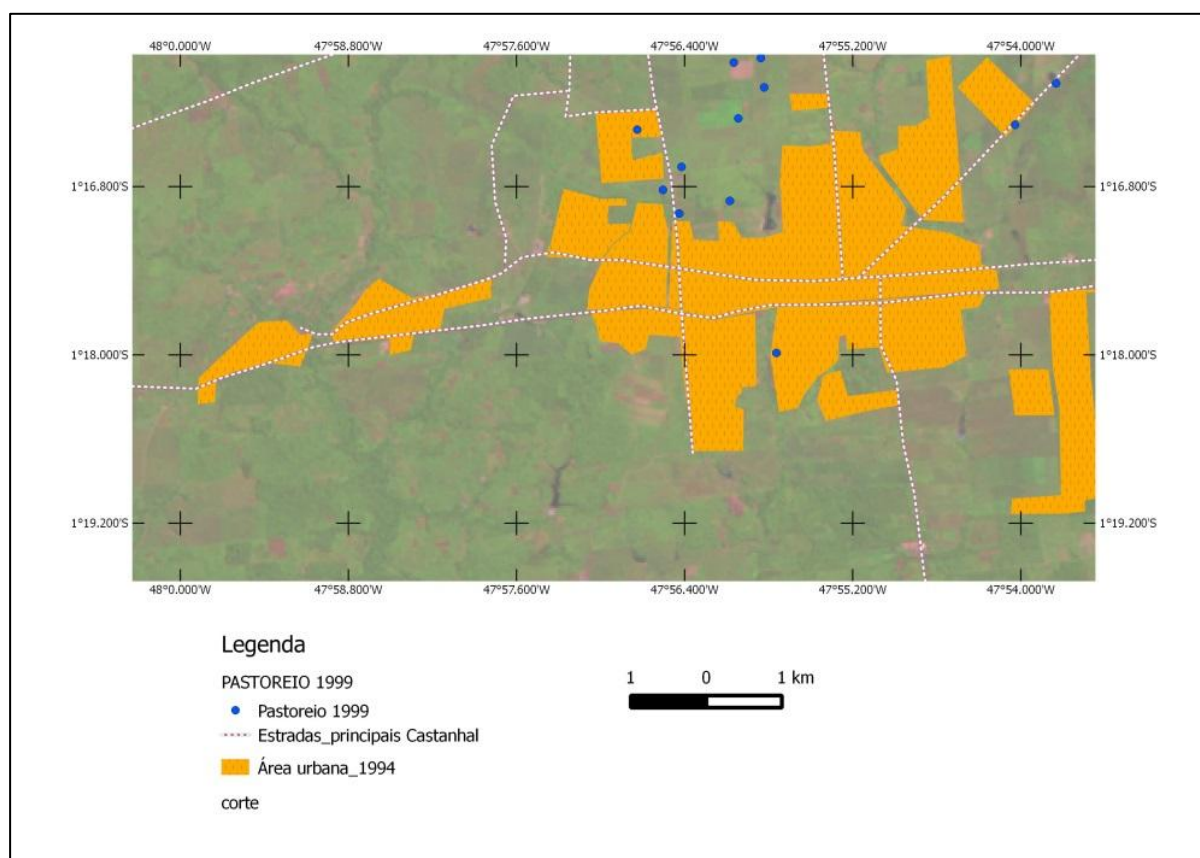


Figura 10 – Relação posicional dos pontos de pastejo frequentados em meados do ano de 1999, tendo como referência a área da sede urbana registrada no ano de 1994. Editado por: Moacir José Moraes Pereira.

A escolha da nova localidade, como já mencionado, foi influenciada por informação fornecida por um familiar já residente no ponto de destino do grupo maior. A adesão do núcleo decisório à proposta esteve pautada nos seguintes fatores: (i) as redondezas do terreno de fixação de nova residência reuniam características semelhantes àsquelas que o bairro do Cariri possuía cerca de 15 anos antes dos primeiros sinais mais definidos de mudança das disposições sociais de relação com o espaço ocupado, o que, se não resolvesse o problema, ao menos ofertaria, em tese, tempo para formular uma solução mais duradoura para a questão, (ii) manter-se-iam as facilidades advindas da proximidade das áreas de produção leiteira ao centro urbano consumidor e (iii) seria possível permanecer no lugar com o qual já tinham construído laços de identificação e estima e onde, após muito esforço, tinham conseguido formar patrimônio.

Mostrou-se equivocada, entretanto, a estratégia de buscar um lugar que representasse o que o Cariri tinha sido 15 anos antes, achando que levariam mais 15 anos para voltar a encarar as pressões populares contrárias ao livre pastejo na via pública. Os criadores urbanos efetivamente aceitaram sair da área urbana central, mas se refugiaram na borda, e nisso, como demonstrado na Figura 11, foram novamente encobertos pelo avanço da mancha urbana.

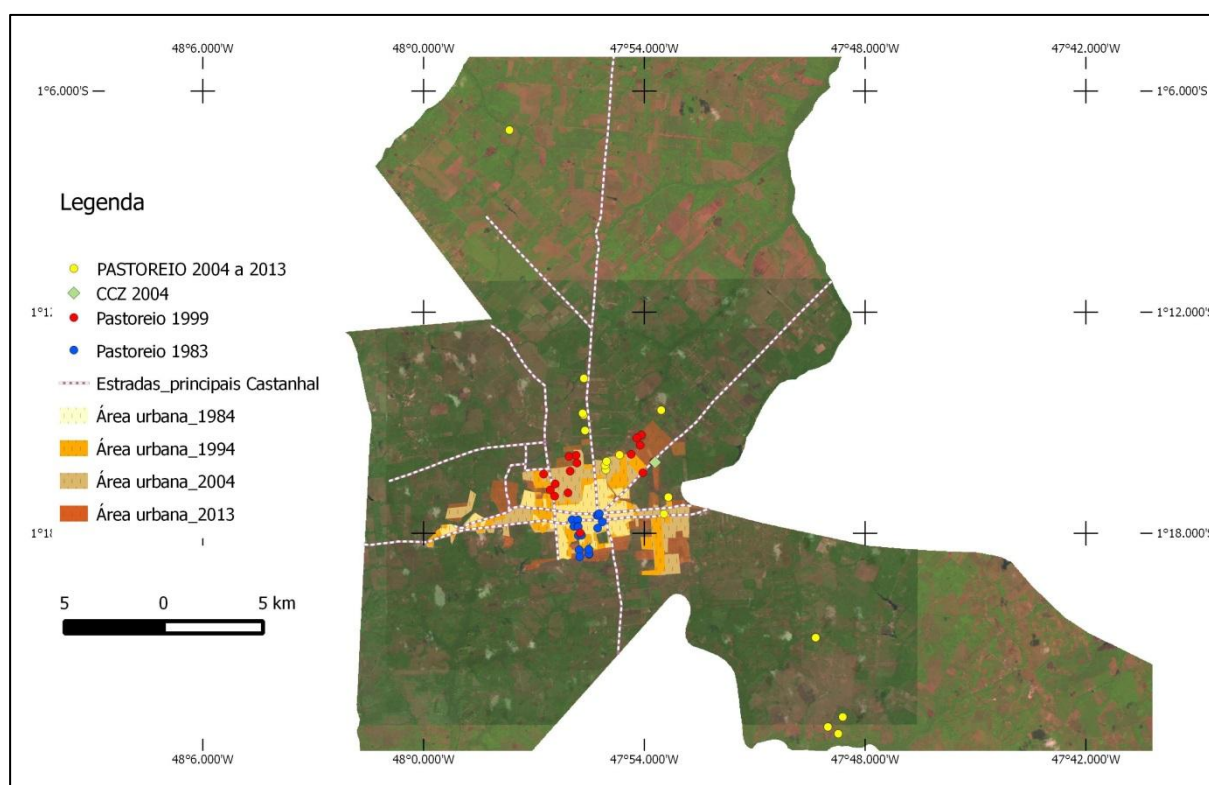


Figura 11 – Relação posicional dos pontos de pastejo frequentados em três temporalidades distintas, tendo como referência a área da sede urbana registrada em cada período. Editado por: Moacir José Moraes Pereira.

A análise da Figura 11 revela que, no ano de 2004, o alcance da sede municipal (representada, em relação ao citado período, pela mancha bege) já englobava as áreas utilizadas para o pastejo do gado a partir do ano de 1999 (representadas pelos pontos vermelhos), e que, tendo ocorrido a diáspora dos membros da família apenas no ano de 2006, como já mencionado, teria existido um período de sobreposição entre a classificação urbana desses novos setores espaciais e a presença de atividade pecuária com fins leiteiros na região. Tal constatação não apenas ilustra o equívoco cometido pelos criadores urbanos ao mudarem-se, com seu rebanho, para o Propira, como, principalmente, reforça a tese de que esses

criadores, após serem inscritos (em tempos ainda amenos), jamais saíram da pauta de discussões sobre as medidas necessárias para atingir a plena urbanidade municipal. Tinham se tornado símbolos de anacronismo, recapitulando “arcaísmos de pensamento e conduta que coexistem com o que é atual” (MARTINS, 1996, p. 31).

A sobreposição entre a classificação urbana e a presença de pastejo de gado em determinada área do município, em um tempo menos ameno, de certezas maiores sobre a noção de progresso e do esfacelamento das grandes propriedades rurais de Castanhal, então vertidas em loteamentos para fins residenciais, gerou uma reação de pronunciada contrariedade da opinião pública em relação àqueles produtores de leite. Mas não era um discurso original, e sim uma elaboração iniciada em um momento anterior, quando os criadores urbanos primeiramente se fizeram notar.

Por fim, destaca-se a localização dos pontos de pastejo do gado durante a fase em que os pecuaristas estudados alocaram seus rebanhos em pastos mais distantes da sede urbana para, posteriormente, voltarem a pô-los a pastear na nova borda (Figura 12).

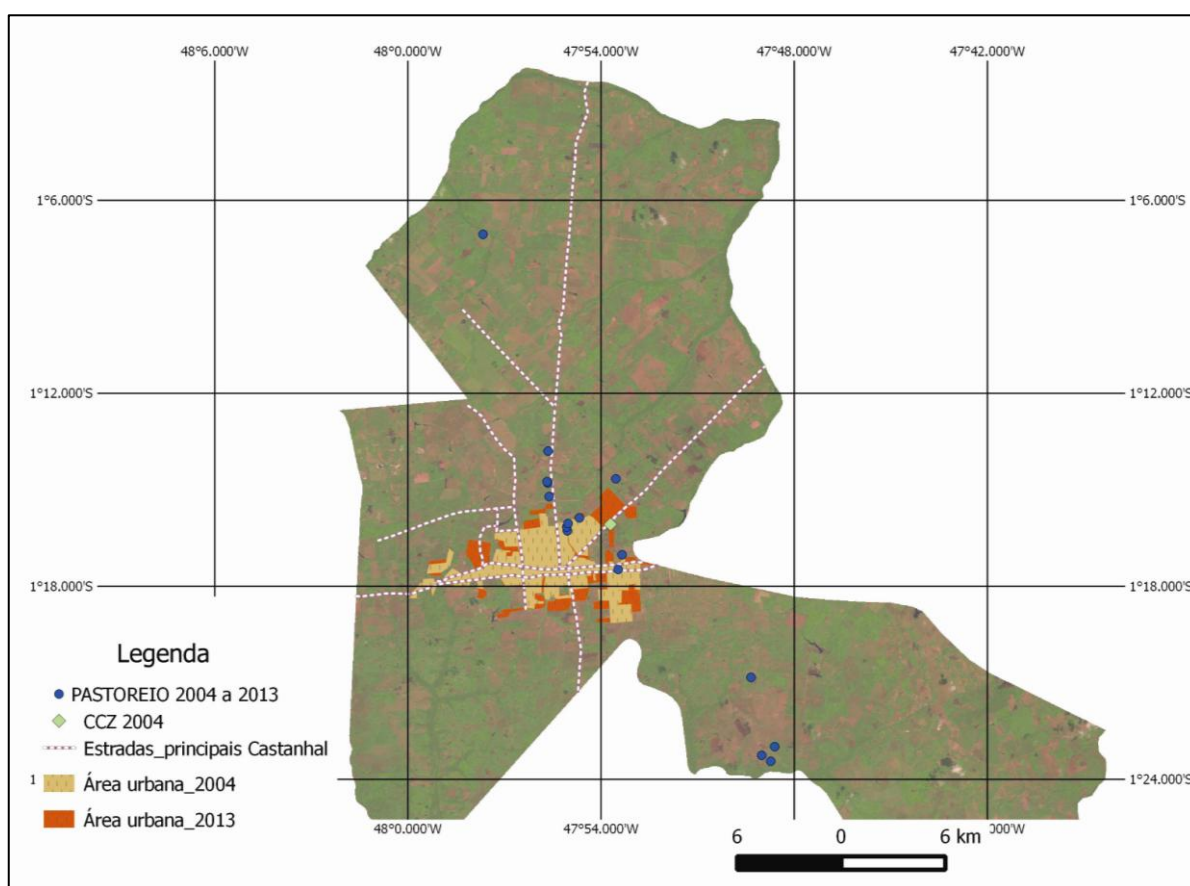


Figura 12 – Relação posicional dos pontos de pastejo frequentados a partir de 2006, tendo como referência a área da sede urbana registrada no ano de 2004 e extensões até 2013. Editado por: Moacir José Moraes Pereira.

A visualização desses pontos, em conjunto com a releitura da primeira parte dos resultados, fornece a noção de complementariedade entre a versão narrada pelos interlocutores e o registro geográfico disponível; a trajetória e as temporalidades referentes aos deslocamentos e realocações do rebanho coincidem com a disposição dos pontos e contornos recuperados com o uso de tecnologias de rastreamento geográfico. Percebe-se, assim, a manutenção da tendência de ampliação da área ocupada pela sede urbana, assim como da tendência dos pecuaristas urbanos em tentar se equilibrar na borda. A questão que se

levanta, entretanto, é se a alocação dos rebanhos na borda da sede municipal garante a segurança desejada pela família em foco.

Como a maior parte dos rebanhos permanece sendo levada do curral no Propira para os pastos na borda, submetendo os transeuntes a cruzarem com o gado semiurbano, e por ser corriqueira a fuga de reses através de buracos no precário cercamento dos pastos alugados e cedidos para seu pastejo, a presença do gado no centro municipal ainda se faz sentir, viva e incômoda ao cidadão comum, que classifica os episódios envolvendo os rebanhos bovinos como exemplos de desordem e caos, de falta de urbanidade. Frente a esse quadro, diz-se que a borda, nessa perspectiva de produção, já não oferece mais a devida segurança, mas representa, ao menos nesse que parece ser um momento de incerteza e certo pessimismo, o derradeiro ponto de sobrevivência da tradição familiar, ao menos enquanto não forem enrijecidos mais ainda (até o previsível momento da ruptura) os regramentos da ordenação espacial urbana e seu aparato jurídico-institucional correlato. Pelo fato de viverem na mesma época, porém agirem em graus variados de desacordo com o sistema socioeconômico vigente, que cedo ou tarde as alcança (MARTINS, 1996), esse grupo não deve conseguir estabelecer uma convivência pacífica duradoura com a cidade que circundam, pois seus objetivos permanecerão divergentes do bloco urbano habitado.

DISCUSSÃO

Partindo da constatação da concretude dos eventos de realocação dos pontos de pastejo urbano de gado bovino e reordenação dos grupos de trabalho dos criadores envolvidos, e considerando o caráter perceptivelmente conflituoso dos desdobramentos assumidos pela relação entre pecuaristas urbanos e sociedade local, passa-se a discutir sobre os fundamentos da constituição do conjunto de valores e da perspectiva que subsidiaram o direcionamento tal dos fatos até então apresentados.

Neste tópico, busca-se demonstrar o argumento de que as pressões seletivas externas (WOLF, 1976) encaradas pelo grupo em foco refletiram determinadas disposições sociais, elaboradas a partir de uma referência temporal específica, relativas ao valor positivo atribuído a uma determinada concepção de progresso e ao valor negativo atribuído aos elementos ou símbolos de atraso (ALMEIDA, 2008).

A concepção de progresso se relaciona à expectativa de crescimento do espaço urbanizado, ocupado por residências, comércios e indústrias, e deve ter suas raízes no histórico de colonização da Região Bragantina, caracterizado por empreendimentos causadores de intensas mudanças sociais (inclusive demográficas) e econômicas em cada um dos núcleos de ocupação que emergiram em seu âmbito (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2010; LEANDRO; SILVA, 2012; MIRANDA, 2012), juntamente à elaboração da noção de centro sub-regional (IBGE, 2008), patamar alcançado pelo Município de Castanhal e que estimula a construção e o reforço da antonomásia que atribui ao local a qualificação de “cidade modelo” (epíteto cuja origem possui difícil rastreamento, mesmo entre seus habitantes).

O fato de ter se originado de uma mistura de imigrantes e alguns povos locais e de ter respirado surtos de crescimento que não permitiram o arrefecimento dos fluxos de entrada de pessoas se liga à formação de um orgulho regionalista, que faz vigorar, nas falas dos habitantes, o engrandecimento das supostas qualidades locais. Essas qualidades, entretanto, geralmente são identificadas, atualmente – e diferentemente do que ocorria em décadas anteriores –, com características que denotam uma expectativa de desenvolvimento informada por um senso mais geral que local, mais global (no âmbito do modelo ocidental aplicado ao país) que regional, como em uma tentativa de homogeneização que permitisse comparabilidade e colocasse o município em condições de competir com os demais do estado ou servir de exemplo para os de mesmo porte e características semelhantes em termos de demografia, economia e influência regional.

Nesse sentido, a valorização do meio ambiente – do natural, do manejado e do artificial – não é prezada, pois, em tal esquema de apreensão simbólica do espaço do mundo ao redor, não são considerados importantes aqueles elementos não nascidos do poder transformador do homem. Somente através das atividades de dominação da natureza e consequente construção de um mundo artificial que reflete os desejos humanos (ARENDR, 1958), empreendimento custeado pelo poder financeiro de uma sociedade supostamente bem sucedida, poderiam ser elaborados os itens dignos de apreço. Quanto àqueles elementos intermediários, artificializados pelo gênio científico, mas que ainda guardassem traços do mundo natural (exemplos de híbridos [LATOUR, 1994]), como a agricultura dita moderna (FLORIT, 2004), caberiam estar confinados a locais específicos.

Gonçalves (2006) remete à noção de estratégias de depreciação do conceito de natureza, que seriam os esquemas interpretativos formulados e disseminados para fundamentar ações pautadas na referência da natureza como algo inferior, de que o homem pudesse dispor e dela também pudesse se livrar, se lhe fosse vantajoso, sem, com isso, haver sentimento de culpa. Quando as ideias sugeridas pelas estratégias de depreciação da natureza ganhassem a adesão da sociedade, esta passaria a conviver pacificamente com episódios de devastação ambiental, a despeito dos focos de protesto, cujas reivindicações geralmente não chegariam a obter sucesso (FÜRSTENAU-TOGASHI; SOUZA-HACON, 2012).

Ressalve-se que a hipótese formulada coaduna com as observações feitas a partir do diálogo com as evidências coletadas em campo, e não se generaliza a toda cidade com ritmo acelerado de crescimento populacional e dinamismo econômico. Há, por exemplo, no Centro-Oeste brasileiro, municípios que cresceram e até foram fundados com dinheiro oriundo do agronegócio, onde as referências à produção agrícola indicam alta estima pelo setor (BERNARDES, 2007). Esses casos exemplificam a tese de Latour (1994), para quem embora a natureza tenha uma base material inquestionável, sua apreensão não é objetiva, pois, como conceito que é, só passa a ser (só existe) através da consciência dos homens em sociedade e de sua sistematização pelo cientista (embora ela os preceda e os transcenda).

No Município de Castanhal, diferencialmente, os espaços onde ainda existe vegetação são comumente considerados como espaços vazios, espaços disponíveis, remanescentes de uma conformação arcaica que denunciaria a incapacidade da gestão política em verter integralmente o espaço em mundo humano. A natureza, nessa perspectiva, desqualificada como sendo conteúdo amorfo, irrelevante, ausente e até incômodo, deveria ser progressivamente removida, para liberar espaço a ser vertido em propriedade – pública ou privada – e receber conteúdo e relevância, refletindo esquemas em que os humanos tentariam se pôr fora da natureza, com avidez para se construir como seres independentes (GONÇALVES, 2006). Diz-se, portanto, que a visão negativa de natureza emergiria da percepção de que os elementos desse tipo de ambiente seriam símbolos do atraso, por caracterizarem o espaço onde o progresso ainda não chegou.

Estende-se também, como advertido por Gonçalves (2006), o *status* de natureza aos grupos humanos ligados a atividades de uso direto de recursos naturais em pequena escala (considerando os aspectos econômicos). Essas pessoas seriam vistas como primitivas, incultas, atrasadas, inferiores, em referência ao pensamento predominante sobre o desenvolvimento socioeconômico e espacial em contextos semelhantes ao comentado. Esses sujeitos, inclusive, sequer seriam pensados como legítimos mercedores de voz, pois, como parte da natureza que seriam, não fariam parte do mundo humano, do mundo ordenado, organizado, regido pelas leis da civilização, mas sim pela lei da selva (GONÇALVES, 2006). Conforme descrita tal concepção pelo autor, “a natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser dominado por um sujeito: o homem”, “embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza” (GONÇALVES, 2006, p. 26).

Identificando os sujeitos do estudo com o conceito de natureza localmente formulado, é possível afirmar que a atenção às representações formuladas acerca do meio ambiente natural é um ponto prioritário da presente análise, pois constitui indício das tendências de formação e transformação do espaço ocupado e urbanizado do Município de Castanhal. Entender o caráter das disposições da organização social e política de determinada região facilita a compreensão de eventos do passado (LIMONAD, 1999), pois contextualiza as motivações dos atores sociais implicados nos diversos fenômenos enfocados. O acompanhamento dessas tendências permite visualizar seu grau de estabilidade (COELHO, 2010), se sofrem modificações ou perduram no transcorrer dos anos.

Os desdobramentos decorrentes da efetivação das tendências de mudança afetam de diferentes modos e em diferente intensidade os setores da sociedade, sendo frequentes os casos de ambiguidade, em que os atores situados em alguns setores são beneficiados pelos mesmos acontecimentos que prejudicam os atores ocupantes de outros grupos sociais (PAIOLA; TOMANIK, 2002; HARTNACK, 2009). Dependendo do nível de expressão, projeção e oportunidade de exposição de suas falas na arena pública, os grupos afetados podem pleitear proteção contra os efeitos das ações que se alinham com as disposições do contexto (CEFAÏ; PASQUIER, 2003; MAGALHÃES, 2007), mas esse não é o caso dos criadores urbanos de gado, numericamente inexpressivos, politicamente fracos e isolados e malvistas pela população municipal, como desordeiros inconvenientes.

No caso em estudo, a incompatibilidade entre a atividade produtiva desenvolvida pela família pesquisada e a visão idealizada de cidade, compartilhada pelo cidadão médio e propagandeada nas campanhas eleitorais a cada dois anos, estão ligadas à indisposição em acatar a permanência de elementos tão rústicos a um espaço que deveria ser ocupado pela modernidade, pelo avanço e pela vida civilizada. Embora essas tendências tenham uma história já longa, há, entre seus defensores, aqueles que acreditem que se trata de um fenômeno recente, como se apenas a partir de determinado estágio do crescimento, tornasse-se inaceitável a ocupação da cidade com formas ditas arcaicas de organização (MARTINS, 1996). O que se pode notar, seja pela fala de pessoas idosas, seja pelo discurso oficial registrado, é a antiguidade com que as ideias de avanço e desenvolvimento econômico e espacial hoje apresentadas e disseminadas obtiveram sua formulação inicial.

Dessa feita, mais que descrever com máxima precisão temporal cada movimento empreendido pelos grupos sociais que ocupam a urbe, em posição privilegiada, média ou divergente, torna-se necessário reconhecer que disposições gerais (políticas, sociais, econômicas) e quais motivações pessoais estiveram envolvidas nas reordenações do espaço e das alianças entre pessoas e grupos de pessoas em cada momento identificado como ponto de mudança ou transformação social. Por tal razão, acredita-se que a análise da breve história de mobilizações dos pecuaristas urbanos de Castanhal possa contribuir com o estudo das mudanças por que passou o município, mas especialmente com a percepção da estabilidade de determinadas tendências que norteiam tais mudanças.

CONCLUSÕES

O estudo dos deslocamentos e reordenações de grupos de trabalho de pecuaristas urbanos e o registro de mudanças na área habitada e urbanizada do Município de Castanhal possibilitaram analisar em paralelo algumas tendências da transformação socioespacial em curso no local referido, e as tendências advindas do seu processo de construção e desenvolvimento histórico. Com base nas evidências apresentadas, propõe-se que, a despeito de promoverem alterações em estruturas anteriores, não raramente abruptas e de vulto, as tendências que guiam tais mudanças apresentam estabilidade, estando pautadas na polarização entre elementos associados a valores positivos e elementos associados a valores negativos. Esta ponderação e a classificação dela resultante se baseiam na expectativa pelo avanço

econômico, produtivo e espacial (nesse caso, urbano), e identifica o meio ambiente natural como símbolo de atraso.

Conclui-se, portanto, que as tendências de modificação e reordenamento das estruturas, do espaço e da sociedade no âmbito do centro sub-regional amazônico pesquisado recapitulam representações de desenvolvimento relacionadas a alterações abruptas e necessariamente positivas (conforme a visão dominante de progresso) da ordem vigente, e que geram perdas a grupos menos representativos da população, em especial aqueles que realizam atividades primárias, associadas ao meio ambiente natural, a quem se atribui caráter negativo, como grupos de seres não civilizados, a quem caberia se manter no lugar supostamente devido, fora da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: _____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p. 15-126.

ALVES, Cyntia Santos Daltro. **Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia: a dinâmica socioespacial do Município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Natureza e cultura. In: _____. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 4ª Ed. São Paulo: Moderna, 2009. p. 46-53.

ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University of Chicago, 1958.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A sociedade como realidade objetiva. In: _____. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. p. 69-172.

BERNARDES, Júlia Adão. Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, David Ferreira; CARVALHO, André Cutrim. Crescimento econômico na fronteira e dinâmica urbana na Amazônia: uma abordagem histórica. **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 239-272, 2012.

CASTANHAL. Lei Municipal n. 052, de 2005, revisada em 15 de dezembro de 2010. Institui a versão revisada da Lei Orgânica Municipal. **Lex**: Diário Oficial do Município, n. 179. Legislação Municipal.

CEFAÏ, Daniel; PASQUIER, Dominique. Introduction. In: _____. **Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques**. Paris: PUF, 2003. p. 13-59.

COELHO, Marina Pino de Barros. **Associando dados socioeconômicos com mudança de uso do solo na escala intraurbana**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Sandra M.; BRONDÍZIO, Eduardo S. Dependência inter-urbana entre cidades amazônicas: crescimento urbano, deficiências em infraestrutura e redes sociais. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 3, p. 211-234, 2009.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terras**: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 187 p.

FLORIT, Luciano. Natureza, agricultura e alimentação. In: **A reinvenção social do natural**. Blumenau: Edifurb, 2004. p. 99-124.

FÜRSTENAU-TOGASHI, Henrique; SOUZA-HACON, Vanessa de. A evolução do debate socioambiental no Brasil: legislação, etnoconservação e racionalidade ambiental. **Economía, Sociedad y Territorio**, v. 12, n. 39, p. 403-424, 2012.

GIDDENS, Anthony. As cidades e os espaços urbanos. In: _____. **Sociologia**. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 455-478.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O conceito de natureza não é natural. A natureza no dia-a-dia. In: _____. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 14ª Ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-27.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira**: Campesinato e sindicalismo no Sudeste paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 170 p.

HARTNACK, Andrew. Transcending global and national (mis) representations through local responses to displacement: the case of Zimbabwean (ex-) farm workers. **Journal of refugee studies**, v. 22, n. 3, p. 351-377, 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A rede urbana brasileira. In: **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 11-18.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades/Pará/Castanhal**. Online. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150240>. Acessado em 25 fev 2014.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Desigualdade como questão política. **Observatório da cidadania**, v. 7, p. 77-84, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & sociedade**, v. 23, n. 78, p. 37-55, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. Teorias modernas sobre cultura. In: _____. **Cultura**: um conceito antropológico. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 60-65.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: Ensaio de Antropologia simétrica. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEANDRO, Leonardo Milanez de Lima; SILVA, Fábio Carlos da. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v. 15, n. 2, p. 143-174, dez. 2012.

LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 71-91, 1999.

LUZ JÚNIOR, Raimundo Silva da. História e Memória da Formação do Bairro Jaderlândia na Cidade de Castanhal – Pará. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo-SP. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

MAGALHÃES, Sônia Maria Simões Barbosa. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. Currais e vacarias na cidade. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 4, n. 7, p. 35-48, 2005.

MAIA, Doralice Sátyro. Desvendando o campo na cidade: notas metodológicas. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 35-57, 2010.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MIRANDA, Rogério Rego. Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 7, n. 14, p. 1-36, 2012.

MOURA, Hélio Augusto de; MOREIRA, Morvan de Mello. A população da Região Norte: processos de ocupação e de urbanização recentes. **Parcerias estratégicas**, n. 12, p. 214-238, 2001.

PAIOLA, Lucy Mara; TOMANIK, Eduardo Augusto. Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná. **Acta scientiarum**, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PARÁ. Lei Complementar n. 076, de 28 de dezembro de 2011. Inclui o Município de Castanhal na Região Metropolitana de Belém. **Lex**: Diário Oficial do Estado do Pará de 29 de dezembro de 2011, caderno 2, p. 8. Legislação Estadual.

PRATES, Rodolfo Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, 2011.

SEN, Amartya. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 2, p. 335-350, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do *habitus*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, p. 296-307, 2009.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson; SILVA, Fábio Carlos. Colonização japonesa, história econômica e desenvolvimento regional do Estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 121-152, 2010.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 135-151, 2011.

WOLF, Eric. Aspectos sociais do campesinato. In: _____. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 88-113.

Sistema de Classificação do Journal of Economic Literature (JEL):

J. Labor and Demographic Economics

J1 Demographic economics

J15 Economics of Minorities, Races, Indigenous Peoples, and Immigrants • Non-labor Discrimination[†]

J18 Public Policy

J6 Mobility, Unemployment, Vacancies, and Immigrant Workers[†]

J61 Geographic Labor Mobility • Immigrant Workers

J62 Job, Occupational, and Intergenerational Mobility

J7 Labor Discrimination

J71 Discrimination

J78 Public Policy

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

A pesquisa realizada representou uma aproximação ao grupo dos criadores familiares de gado da sede urbana do Município de Castanhal. Analisaram-se os aspectos do conflito social, das mudanças na orientação das práticas de sociabilização das crianças no âmbito familiar e da ocupação do espaço municipal em períodos ligados a disposições sociais que variaram ao longo do tempo. A partir da leitura e apreensão conjunta dos três textos apresentados, espera-se que tenha sido possível elucidar as questões centrais referentes ao problema de pesquisa proposto, da relação entre os criadores de gado e o Município de Castanhal, na figura de seus setores sociais envolvidos no conflito enfocado, e da caracterização dos movimentos de adequação, reordenamento, mas também de resistência, executados pelos sujeitos da pesquisa em diferentes momentos e variados graus no decorrer da interlocução travada com seus concidadãos.

Primeiramente, cabe ressaltar a relevância local e regional do tema abordado, pois as conclusões extraídas da vivência em campo (associadas ao debate com autores interessados em temas correlatos) fornecem informações que resgatam não apenas trechos da história do município visitado, mas, especialmente, versões que contestam a visão oficial, predominante, de que existe, no Município de Castanhal, um processo de pleno desenvolvimento urbano, identificado com a eliminação dos símbolos de atraso, e que tal projeto, do modo mesmo como é executado, seria intrinsecamente positivo, provendo benefícios para toda a população. Além disso, a pesquisa possibilitou tornar mais completa a compreensão da organização do espaço municipal, ao caracterizar a evolução de algumas de suas tendências e sugerir as matrizes ideológicas sobre as quais elas se assentam. Essas formulações contribuem para o contínuo esforço de análise do município no contexto regional onde se insere, permitindo, inclusive, maior comparabilidade com outros municípios, a respeito dos processos de urbanização ocorrentes em cada lugar.

No nível mais amplo, a pesquisa alcança valor exemplificativo, somando-se aos estudos que, ao prover visibilidade aos grupos que de algum modo se veem como vítimas do desenvolvimento, questionam as concepções, os modelos e as práticas dos projetos governamentais que propõem a dotar o espaço nacional das estruturas que, em tese, garantiriam maior possibilidade de crescimento econômico, atendimento de serviços à população e alcance de padrões ditos modernos de vida e organização social. Ao mesmo tempo em que aponta a ambiguidade dos projetos de mudança planejada, este tipo de pesquisa colabora para a reflexão sobre a possível criação de mecanismos capazes de prever, listar e amortecer (em alguns casos, quando possível, até impedir) os custos sociais advindos

da realização de obras ou da implementação de políticas que impactem negativamente o modo de vida das pessoas, especialmente aquelas em situação de desassistência, isolamento e até vulnerabilidade social.

Em um nível mais particular, destaca-se que esse trabalho possibilitou uma valiosa oportunidade para os pesquisadores que estiveram envolvidos em sua realização. O exercício de dialogar com pessoas já conhecidas de contatos prévios, como é o caso dos interlocutores da pesquisa, foi desafiador e exigiu a habilidade de que, na oportunidade de realização das entrevistas, fosse assumida uma postura diferenciada, capaz de encenar uma situação de pesquisa acadêmica, mas sem incorrer no equívoco de acreditar que, naqueles contatos, os interlocutores deixariam de perceber quem os inquiria; o rosto da pesquisa, a imagem a quem aquela iniciativa era associada foi o mesmo rosto da pessoa que, em contatos anteriores, emprestara sua imagem ao serviço municipal de fiscalização, representando o Centro de Controle de Zoonoses, na sua atribuição de rechaçar a presença de gado bovino nas ruas outrora utilizadas como pontos de livre pastejo. A desassociação dos dois papéis, desempenhados pela mesma pessoa em dois momentos diferentes, foi um processo que se iniciou logo no começo do trabalho de campo, somente possível por já ter havido conciliações entre as duas partes envolvidas (como explicitado no primeiro artigo do presente volume), e que permanece inconcluso, devido à profundidade das marcas que se acredita permanecerem após a participação em cada um desses desgastantes conflitos. Apesar disso, há convicção de que as reservas e possíveis mágoas dos membros da família pesquisada não prejudicaram a coleta de dados, nem representam risco à confiabilidade dos pareceres proferidos.

Do mesmo modo que os interlocutores do estudo precisaram desassociar duas percepções diferentes a respeito do pesquisador que os visitava, também foi necessário, ao pesquisador, se construir além de sua história e identidade como coordenador do Centro de Controle de Zoonoses; precisou estabelecer a postura de pesquisador: não um ser necessariamente neutro, mas consciente de sua orientação.

E é pelo grau de envolvimento com os sujeitos da pesquisa que se percebe ainda haver vários pontos de interesse para pesquisas futuras. A análise de outros aspectos que poderiam promover a ampliação deste estudo requer esforços, principalmente no que compete ao acompanhamento dos próximos desdobramentos do conflito entre a família de criadores urbanos e os setores da sociedade local, mas também em relação aos aspectos produtivos, como a avaliação da eficiência técnica da atividade, seu itinerário técnico e a avaliação econômica das variáveis comerciais e financeiras. Do mesmo modo, merecem atenção os padrões de parentesco, fundamentados na preservação de determinados esquemas de

constituição e organização familiar, como a preferência por casamentos consanguíneos entre primos; tais padrões refletem percepções acerca de pertencimento e identidade de grupo, e foram trazidos do nordeste brasileiro, sendo reproduzidos como parte de uma estratégia para impedir a dissolução do patrimônio familiar (cabendo, portanto, também uma discussão sobre herança neste tipo de família). Adicionalmente, pensa-se ser interessante realizar um levantamento que englobe outros grupos remanescentes de criadores urbanos de gado do Município de Castanhal, para que se obtenha uma compreensão mais ampla e segura das demandas referidas.

Considera-se, enfim, que a iniciativa empreendida compõe peça relevante e atual para o diálogo dentro do campo temático onde se situa, e deve ser seguida pelo aprofundamento de sua investigação.